

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS - NÍVEL MESTRADO

OBEDIAS MIRANDA BELARMINO

**A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE  
FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS  
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS**

PONTA PORÃ – MS  
2021

OBEDIAS MIRANDA BELARMINO

**A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE  
FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS  
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.

Linha de pesquisa:  
Dinâmicas do Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Rosele Marques Vieira.

OBEDIAS MIRANDA BELARMINO

**A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE  
FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS  
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS**

Data de aprovação: Ponta Porã, 30 de novembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosele Marques Vieira  
Orientadora – PPGDRS-UEMS

---

Prof. Dr. Alexandre de Souza Corrêa  
Examinador – UFGD

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliana Lamberti  
Examinadora – PPGDRS-UEMS

B371d Belarmino, Obedias Miranda

A dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense : uma discussão a partir dos indicadores socioeconômicos / Obedias Miranda Belarmino. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

124 p.

Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2021.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosele Marques Vieira.

1. Desenvolvimento fronteiriço 2. Faixa de fronteira sul mato-grossense 3. Indicadores socioeconômicos 4. Desenvolvimento socioeconômico I. Vieira, Rosele Marques II. Título.

CDD. 23. Ed. – 338.98171

*“As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais”*

***Amartya Sen.***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade e privilégio de poder realizar o mestrado em uma universidade pública e de qualidade. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul por meio de toda sua equipe docente e administrativa por colaborarem para que esse período fosse enriquecedor e transformador para minha trajetória pessoal e profissional.

Agradeço em especial a minha querida orientadora, professora Rosele Marques Vieira, que ao longo dessa jornada além de orientadora se tornou também uma amiga. Agradeço por toda paciência, compreensão e carinho ao longo dessa caminhada. Obrigado por todas as dicas, conselhos e conversas, seu papel foi fundamental para realização e conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) que tive a oportunidade de conhecer e adquirir conhecimentos, cada aula, atividades, conversas e discussões foram fundamentais para meu processo formacional.

Em especial agradeço a professora Eliana Lamberti, a qual desempenhou um papel importante durante esse percurso. Desde o momento enquanto cursei sua disciplina como aluno especial pude aprender a aprender, fui instigado a olhar para o mundo com um senso mais analítico e crítico. Através das leituras e discussões esse senso foi crescendo e se ampliando e nesse percurso o seu exemplo foi essencial pra mim.

Agradeço ao professor Alexandre de Souza Corrêa o qual desempenhou um papel importante desde o início dessa pesquisa. Sou grato por todas as correções, dicas e sugestões que ocorreram desde o pré-projeto, qualificação e defesa desse trabalho, elas foram muito significativas.

Agradeço ao professor Giovane Silveira da Silveira, com o qual dividi diversos momentos de aprendizado e compartilhamento de conhecimento. Todas as dicas, ideias e técnicas compartilhadas foram de extrema importância. Em especial agradeço pela parceria na cartografia por meio das representações geográficas para este trabalho, os quais trouxeram clareza e beleza na transmissão dos dados.

Agradeço a todos os meus queridos e estimados colegas da turma 6 do PPGDRS vocês são incríveis, viver esse período com vocês foi desafiador e maravilhoso! Em especial agradeço pela amizade e companheirismos de vocês, Mônica, Nidene, Jacqueline, Daniele e Jorge os quais além de colegas se tornaram amigos, onde dividimos muitos momentos de alegria, tensão e descontração. Foi especial demais conhecer todos vocês.

Agradeço a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul por esta oportunidade de capacitação e pela bolsa de estudos concedida por meio do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-graduação (PIBAP/UEMS) a qual viabilizou a realização desse sonho e sem a qual não seria possível ter chegado até aqui. Por fim agradeço minha família em especial minha mãe, Irma Coinete Miranda a qual sempre me apoiou, auxiliou e incentivou, para que eu pudesse me tornar quem eu fui criado para ser.

Obrigado parece ser uma palavra pequena para expressar o que estou sentindo, meu sentimento é de gratidão!

BELARMINO, Obedias Miranda. **A dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense: uma discussão a partir dos indicadores socioeconômicos.** 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2021.

## RESUMO

O desenvolvimento em regiões de fronteira é permeado por singularidades dos mais diversos aspectos, como econômicos, jurídicos, sociais, culturais e ambientais, geralmente esses territórios apresentam dinâmicas socioeconômicas diferenciadas das demais regiões brasileiras. Ao longo do tempo a literatura evidencia que os municípios localizados sobre a faixa de fronteira apresentam menores desempenhos em relação ao seu desenvolvimento socioeconômico. No entanto, percebe-se a necessidade de se analisar se essa premissa também pode ser comprovada por meio dos indicadores socioeconômicos. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar por meio dos indicadores sociais e econômicos elementos que afetam a dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, no período de 2005 a 2016. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa descritiva, elaborada a partir do levantamento de dados secundários, disponíveis nos sites oficiais da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), Atlas Brasil e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO). O IFDM foi utilizado como o indicador base para análise do desenvolvimento socioeconômico e as variáveis analisadas foram, educação, saúde, emprego e renda. Os resultados mostraram que esses municípios apresentam desempenho pouco expressivo nos seus indicadores sociais e econômicos. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nesses municípios é marcada por diversas fragilidades, tais como: poucas oportunidades de emprego, menor renda per capita, elevada informalidade, baixo desempenho da educação básica e alta porcentagem da população beneficiária do Programa Bolsa Família. A desigualdade também chama atenção, a renda concentrada nas mãos dos 10% mais ricos é alta e em contrapartida a porcentagem de pobres e extremamente pobre também é elevada. Os menores indicadores são os de emprego e renda, os indicadores de saúde apresentam melhores desempenhos, no entanto, carecem de avanços. Já os indicadores de educação são moderados e em alguns municípios são baixos. Os municípios na situação de círculo virtuoso representam 22% e são Bonito, Maracaju, Dourados, Rio Brillhante, Caarapó e Naviraí, esses demonstram melhores desempenhos de educação, saúde, emprego e renda. Já os municípios em situação de círculo vicioso em 2016 representam 12% e são Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru, esses municípios demonstram baixos desempenhos nos indicadores, estando em situação crítica de desenvolvimento. Desse modo, a situação socioeconômica presente nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense demonstrada por meio dos indicadores revela que esse contexto de menores desempenhos nos indicadores favorece a desigualdade e a baixa qualidade de vida de seus habitantes, além de aumentar as chances de estagnação ou defasagem do desenvolvimento socioeconômico. O que evidencia a necessidade de ações rápidas e efetivas direcionadas as especificidades fronteiriças, para que assim essa região possa alcançar melhores condições de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento fronteiriço. Faixa de fronteira sul mato-grossense. Indicadores socioeconômicos. Desenvolvimento socioeconômico.

## ABSTRACT

The development in border regions is permeated by singularities of the most diverse aspects, such as economic, legal, social, cultural and environmental, generally these territories present different socioeconomic dynamics from other Brazilian regions. Over time, the literature evidences that the municipalities located on the border strip present lower performances in relation to their socioeconomic development. However, there is a need to analyze whether this premise can also be proven through socioeconomic indicators. Thus, the objective of this work was to analyze, through social and economic indicators, elements that affect the dynamics of development in the municipalities of the southern border strip of Mato Grosso, from 2005 to 2016. For this, a descriptive quantitative research was developed, elaborated from the survey of secondary data, available on the official websites of the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (FIRJAN), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Secretary of State for the Environment, Economic Development, Production and Family Agriculture (SEMAGRO), Atlas Brasil and the Single Registry for Social Programs of the Federal Government (CADÚNICO). The IFDM was used as the base indicator for the analysis of socioeconomic development and the variables analyzed were education, health, employment and income. The results showed that these municipalities present little expressive performance in their social and economic indicators. The dynamics of socioeconomic development in these municipalities is marked by several weaknesses, such as: few job opportunities, lower per capita income, high informality, low performance of basic education and a high percentage of the beneficiary population of the Bolsa Família Program. Inequality also draws attention, the income concentrated in the hands of the richest 10% is high and, on the other hand, the percentage of poor and extremely poor is also high. The lowest indicators are employment and income, health indicators present better performances, however, they lack progress. On the other hand, education indicators are moderate and in some municipalities they are low. The municipalities in the virtuous circle represent 22% and are Bonito, Maracaju, Dourados, Rio Brillhante, Caarapó and Naviraí, these demonstrate better performances in education, health, employment and income. The municipalities in a vicious circle in 2016 represent 12% and are Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos and Tacuru, these municipalities show low performance in the indicators, being in a critical situation of development. Thus, the socioeconomic situation present in the municipalities on the southern border of Mato Grosso, demonstrated through the indicators, reveals that this context of lower performance in the indicators favors inequality and low quality of life for its inhabitants, in addition to increasing the chances of stagnation or lag in socioeconomic development. This evidences the need for quick and effective actions aimed at border specificities, so that this region can achieve better development conditions.

**Keywords:** Border development. Southern border strip of Mato Grosso. Socioeconomic indicators. Socioeconomic development.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira	58
Figura 2	Faixa de fronteira Brasil	60
Figura 3	Municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense	63
Figura 4	Valor Adicionado dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por setor de atividade – 2016	72
Figura 5	Pessoal ocupado por setor nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em 2006 e 2016	73
Figura 6	Empresas e outras organizações por setor nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense – 2016	74
Figura 7	IFDM Emprego & renda para os anos de 2005, 2010 e 2016	75
Figura 8	Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Emprego & renda.	76
Figura 9	IFDM Educação para os anos de 2005, 2010 e 2016	77
Figura 10	IDEB Ensino fundamental e médio nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2017	79
Figura 11	Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Educação	80
Figura 12	IFDM Saúde para os anos de 2005, 2010 e 2016	81
Figura 13	Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Saúde	82
Figura 14	IFDM Educação, Saúde, Emprego e renda para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense nos anos de 2005, 2010 e 2016.	83
Figura 15	IFDM Geral para os anos de 2005, 2010 e 2016	87
Figura 16	Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Geral	88
Figura 17	Coeficiente de GINI	89
Figura 18	Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2005	91
Figura 19	Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2010	93
Figura 20	Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016	95
Figura 21	Panorama da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense nos anos de 2005, 2010 e 2016	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Variáveis componentes do IFDM por área do desenvolvimento	66
Quadro 2	Classificação Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM	66
Quadro 3	Classificação dos municípios quanto ao desenvolvimento	68
Quadro 4	Síntese de alcance dos objetivos	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense	61
Tabela 2	População no ano de 2010	101
Tabela 3	Trabalho e Rendimento no ano 2016	102
Tabela 4	Renda e Pobreza no ano de 2010	103
Tabela 5	Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2021	104
Tabela 6	PIB no ano de 2016	105
Tabela 7	IDHM no ano de 2010	106
Tabela 8	Indicadores de saúde no ano de 2016	107
Tabela 9	Coeficiente de GINI no ano de 2010	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
PDIF	Plano de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira/MS
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
IDH-M	Índice de desenvolvimento humano municipal
PIB	Produto Interno Bruto
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSFF	Programa Social da Faixa de Fronteira
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Economia Aplicada
MEC	Ministério da Educação
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
CEINF	Centro de Educação Infantil
PBF	Programa Bolsa Família
PCN	Projeto Calha Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SEMAGRO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
TC	Tendendo ao Crescimento
TD	Tendendo ao Desenvolvimento
CVIC	Círculo Vicioso
CVIR	Círculo Virtuoso
DPD	Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica
COGEI	Coordenação Geral de Educação Infantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDESF	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS.....</b>	<b>18</b>
1.1 Diferenciações conceituais entre desenvolvimento e crescimento econômico.....	18
1.2 Desenvolvimento e subdesenvolvimento.....	24
1.2.1 A dinâmica centro periferia e seus pensadores.....	30
1.3 O percurso das desigualdades: social, regional e socioeconômicas.....	38
1.3.1 O surgimento de instrumentos de mensuração do desenvolvimento.....	45
<b>2. A FRONTEIRA E SUAS SINGULARIDADES: CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM.....</b>	<b>49</b>
2.1 Dinâmica fronteira e o desenvolvimento socioeconômico.....	49
2.2 A faixa de fronteira Brasileira e Sul Mato-grossense.....	56
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>65</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>	<b>71</b>
4.1 A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense.....	71
4.2 A situação do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato- grossense.....	90
4.3 Municípios em situação crítica de desenvolvimento socioeconômico.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

Os diálogos sobre as regiões de fronteira têm crescido nas últimas duas décadas, o desenvolvimento, a integração e a segurança são elementos sempre presentes e evidenciados por eles. Esses aspectos geralmente recebem mais atenção, pois são necessidades latentes dessas regiões. Os municípios localizados sobre a faixa de fronteira, apresentam características diferenciadas, e isso se deve a um conjunto de fatores multidimensionais, ligados principalmente às dimensões sociais, econômicas e culturais que permeiam e se intercalam constituindo a dinâmica fronteiriça.

De acordo com Ferrera de Lima (2020, p.10) "A região fronteiriça é mais sensível às mudanças institucionais, econômicas e sociais impostas pela globalização". Por estarem na divisa internacional ou sobre a faixa de fronteira, as mudanças nos municípios fronteiriços acontecem de maneiras mais rápidas e dinâmicas. Em geral, esses municípios apresentam certas singularidades que os distinguem das demais regiões brasileiras, pelo fato de nelas as interações internacionais serem uma realidade cotidiana, que costumam ser mais intensas principalmente nas cidades-gêmeas.

Frequentemente essa região é permeada por debates, planos e políticas de desenvolvimento, entretanto, na prática, são poucos os resultados efetivos percebidos por sua população (BELARMINO E VIEIRA, 2020). Seja pela dificuldade de diálogos, gestão, implantação ou atenção para regiões periféricas do país. Histórica e politicamente constituída, a faixa de fronteira<sup>1</sup>, é normatizada pela Constituição Federal de 1988. No Brasil a faixa de fronteira é a região de influência do limite político internacional, definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, como a área composta pelos municípios total ou parcialmente inseridos em uma faixa interna de 150 km de largura paralela ao limite internacional. Atualmente o Brasil faz fronteira com dez países, cerca de 27% do território faz parte da faixa de fronteira, o que totaliza mais de 143 mil km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

Uma das características marcantes na faixa de fronteira é a baixa densidade demográfica, decorrente do processo histórico de concentração do desenvolvimento nas regiões litorâneas e centrais do país, associado às grandes distâncias, o que naturalmente colaborou para que essa região fosse povoada tardiamente. As dificuldades de comunicação com os principais

---

<sup>1</sup> Compreende-se por Faixa de Fronteira aquela definida pela Constituição Brasileira (1988) que abrange os municípios situados na faixa de 150 km a partir fronteira demarcatória brasileira. A mesma também é definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979.

centros decisórios, inicialmente, devido à distância do litoral e dos grandes centros fez com que, desde sua criação, a faixa de fronteira experimentasse limitações ao desenvolvimento. Ao longo do tempo foram sendo conferidos incentivos pontuais de ocupação territorial, tais como o Programa Calha Norte<sup>2</sup> (PCN) e Marcha para o Oeste<sup>3</sup>, os quais auxiliaram no povoamento de grande parte da região Norte e Centro Oeste, bem como as áreas de fronteira (BRASIL, 2005; BRASIL, 2009a).

Em Mato Grosso do Sul, dos 79 municípios, 44 deles estão localizados e fazem parte da faixa de fronteira, o que representa mais de 55% de seu território. A faixa de fronteira sul mato-grossense está localizada no arco central<sup>4</sup> e faz divisa com dois países, o Paraguai e a Bolívia. Cerca de 40% dos 357,1 mil km<sup>2</sup> que formam o território de Mato Grosso do Sul fazem parte da faixa de fronteira (IBGE, 2020). Uma área significativa do estado que carece de olhares e políticas que fomentem seu desenvolvimento. De acordo com Machado (2005) e Torrecilha (2013) a faixa de fronteira é considerada uma região de necessidades latentes, carente de ações consistentes, que promovam seu desenvolvimento.

Assim, o menor desenvolvimento presente nos municípios localizados sobre a faixa de fronteira é resultado de um processo histórico que abrange diversos aspectos. No entanto, ele tem como base a preocupação do estado com a garantia de sua soberania e independência nacional desde os tempos de Colônia. Até o século XX o poder público ao olhar para a fronteira

---

<sup>2</sup> Criado em 1985 e integrado ao Ministério da Defesa desde 1999, o Programa Calha Norte (PCN) tem a missão de contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável na sua área de atuação. No cumprimento dessa missão, possui como objetivos estratégicos o aumento da presença do Poder Público; a melhoria da infraestrutura nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico. Também busca a promoção do desenvolvimento sustentável; a ocupação de vazios estratégicos; a melhoria do padrão de vida das populações; a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da região onde atua (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2021).

<sup>3</sup> A Marcha para o Oeste foi um projeto criado durante a ditadura varguista do Estado Novo com o objetivo de promover a integração econômica e incentivar a povoação de vastas áreas no Centro-Oeste e Norte brasileiros, que eram pouco povoadas e estavam à margem na economia brasileira. As principais características do projeto eram: integração; reforma agrária; incentivos econômicos; desenvolvimento populacional; integração dos grupos indígenas e ampliação da malha rodoviária. A marcha para o oeste atingiu seu objetivo em relação ao desenvolvimento populacional das regiões que foram promovidas. Além disso, registrou o crescimento da malha rodoviária existente e gerou crescimento econômico nos estados das regiões Norte e Centro-Oeste. Entretanto, o governo não conseguiu desarticular os grandes latifúndios conforme desejava. Além disso, a falta de incentivo do governo fez com que os colonos vivessem em condições muito precárias nas regiões onde foram desenvolvidas as colônias (SILVA, 2021).

<sup>4</sup> Divisão realizada a partir da proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração. Para realização dessa divisão foram adotados critérios baseados nas diferenças na base produtiva e na identidade cultural. No Arco central estão localizados os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

terrestre via a mesma como um limite de proteção ao país, não se pensava em desenvolvimento ou integração para essas áreas, mas apenas no seu povoamento e a fortificação militar visando à segurança do território brasileiro (KRÜGER et al., 2017). Visão essa que também condiz com as leis de defesa nacional e defesa de território vigentes na época. O que fez com que essa região ficasse a margem do progresso, apresentando sempre características de regiões periféricas e subdesenvolvidas.

Segundo Rocha (2013) na transição entre o final do século XX e primeira década do século XXI, o interesse governamental passou a se concentrar no desenvolvimento e na integração dessa região com o restante do país. Pois é no final da década de 1990 que foi instituído o Programa Social da Faixa de Fronteira (PSFF) pelo governo de Fernando Henrique Cardoso vigente até 2002. Em 2003, o mesmo passou a ser denominado de Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e, a partir de 2005 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) que, posteriormente em 2007, foi inserido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com Scherma (2016) todos esses programas reconhecem que a região de fronteira se trata de uma área tradicionalmente relegada a segundo plano nas políticas nacionais e que justamente por isso, apresentam um desenvolvimento socioeconômico menor. Assim esses programas e políticas foram criados com vista a gerar cooperação e desenvolvimento entre os municípios dessa área, deixando de lado apenas a defesa nacional e passando a pensar no desenvolvimento e integração regional dessas áreas periféricas do país (RAIHER, 2020).

Nesse sentido, em Mato Grosso do Sul, tendo como base o PDFF e suas reformulações, foi criado em 2012 o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do estado de Mato Grosso do Sul (PDIF/MS). Este Plano visa o favorecimento da integração fronteiriça, com vistas a possibilitar a diminuição das desigualdades entre as regiões do estado, e aumentar a riqueza, com responsabilidade social e ambiental, por meio do fortalecimento institucional e uma conservação transnacional com arranjos geradores de sustentabilidade contínua e permanente (PDIF/MS, 2012).

No entanto, Corrêa (2019) em sua tese de doutoramento concluiu que a Política e os programas (PNDR, PDFF e PDIF-MS) apesar de conterem uma argumentação de que foram direcionadas para promover o desenvolvimento dos municípios da fronteira, na prática os resultados com relação a esse aspecto foram poucos percebidos pelos atores locais entrevistados

em sua pesquisa. O autor concluiu que tais municípios permanecem em uma situação de isolamento, com muitas limitações para se desenvolverem, culminando na baixa mobilidade econômica e social.

Foi após o surgimento desses programas e políticas para a promoção do desenvolvimento (PDFF, PDIF-MS, PNDR entre outros), que a necessidade de entender a situação socioeconômica da faixa de fronteira se tornou mais frequente no estudo e na formulação de políticas públicas. Assim, os indicadores socioeconômicos são fontes essenciais para mensurar a situação social e econômica de uma região, permitindo a compreensão do contexto local. No entanto, a discussão sobre os indicadores socioeconômicos assume um caráter diferenciado ao se colocar na análise a categoria “fronteira” ou “regiões fronteiriças” e isso se deve as singularidades presentes nessas regiões, tais como, conflitos jurídicos, desigualdades socioeconômicas, criminalidade, migrações, poucas oportunidades de trabalho, baixos índices de educação, saúde e renda etc. O que afeta diretamente o desempenho dos indicadores.

O Brasil, em razão de sua formação territorial e histórica, é um país de grandes desigualdades. Elas podem ser notadas quando se compara dados referentes às regiões brasileiras. De acordo com dados do Atlas Brasil (2010) as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam maiores índices de Gini com 0,575 e 0,573 respectivamente, sendo consideradas as regiões mais desiguais do país, superando a média registrada pelo Brasil 0,566. Ou seja, a região Centro Oeste onde se localiza o estado de Mato Grosso do Sul e os municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense, apresentam elevada desigualdade quando comparadas as demais regiões brasileiras.

No estado de Mato Grosso do Sul, a partir do século XXI diversos estudos se debruçaram sobre a temática do desenvolvimento social e econômico da faixa de fronteira sul mato-grossense, com destaque para os trabalhos de: Machado (2005); Lamberti (2006); Ghetti (2008); Torrecilha (2013); Barbosa (2013); Scherma (2016); Baptista (2016); Goettert (2017); Pedrollo-Machado (2018); Brito (2018); Oliveira (2019); Corrêa (2019); Barbosa; Moreira; Marin, (2019); Costa (2019); Farias (2019).

Esses trabalhos constataram que os municípios da fronteira sul mato-grossense apresentam características de regiões subdesenvolvidas. Barbosa; Moreira; Marin, (2019) detectaram por meio do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que existe um corredor de pobreza abrangendo os municípios situados na divisa do estado de Mato Grosso do Sul com o

Paraguai ou próximos, que na sua maioria estão sobre a faixa de fronteira, esses municípios apresentam uma profunda desigualdade em termos de acesso a capacitações básicas, além de padrões de concentração espacial de incidência de pobreza. Scherma (2016), constatou que a área de fronteira é comumente deixada em segundo plano nas políticas nacionais, apresentando um desenvolvimento socioeconômico menor que o restante do país. Lamberti (2006) menciona em seu estudo da dinâmica comercial da fronteira que o desenvolvimento nem sempre é simétrico nesse território, dado que vigoram leis e objetivos difusos, mesmo ambos os países estando estreitamente próximos.

De acordo com estes estudos, os 44 municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense têm em comum a baixa densidade demográfica, as disparidades econômicas e sociais aliadas à concentração latifundiária, e a presença intensa de atividades voltadas ao setor agropecuário, além de pequena expressão no setor industrial. Assim, o perfil desses municípios retrata o predomínio de atividades em setores que agregam pouco valor na economia, ou seja, atividades voltadas para o setor primário pouco intensas em tecnologia e com baixa transformação na produção. Perfil típico de regiões periféricas com menor dinamismo econômico e baixo desenvolvimento como é o caso dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Apesar dessas similaridades, alguns municípios divergem quando o assunto é o desenvolvimento socioeconômico, possuindo desempenhos variados decorrentes de especificidades próprias como gestão, cultura, aspectos geográficos entre outros. Assim esses fatos nos levam a pensar: Quais os elementos sociais e econômicos contribuem para o baixo dinamismo na fronteira sul mato-grossense?

Visando esclarecer esta questão, essa dissertação tem como objetivo geral: Analisar por meio dos indicadores sociais e econômicos elementos que afetam a dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, no período de 2005 a 2016. Os objetivos específicos contemplados foram: Descrever a dinâmica socioeconômica dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Identificar a situação de municípios em condições de subdesenvolvimento. Analisar os fatores que afetam a dinâmica dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em situação de círculo vicioso da pobreza.

De acordo com Ferrera de Lima (2020) frente a regiões avançadas ou atrasadas, cumpre saber quais foram os diferenciais que conduziram o processo de desenvolvimento ao longo do tempo nessas regiões. Desse modo, estudos sobre a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico, são de grande relevância, no sentido de demonstrar o desempenho dos



indicadores sociais e econômicos, considerando suas limitações, diferenças e singularidades. Fornecendo uma série de informações sobre gargalos e fragilidades aos quais as políticas públicas devem focar, no sentido de melhorar o quadro socioeconômico dos municípios (FERRERA DE LIMA; HERSEN; KLEIN, 2016).

Nesse sentido as informações disponibilizadas por esse trabalho auxiliam os órgãos públicos na formulação de planos e políticas públicas mais eficientes e assertivas, para o desenvolvimento das regiões de fronteira. Podendo também servir de base para guiar ações sociais coletivas que visem criar um ciclo virtuoso de desenvolvimento, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico dessa região. Uma vez que esse trabalho, apresenta um panorama do desenvolvimento desses municípios a partir da discussão de seus indicadores socioeconômicos, demonstrando as principais dificuldades e lacunas a superação do subdesenvolvimento.

Deste modo, para atender aos objetivos propostos, este trabalho estrutura-se em quatro capítulos. No primeiro se discute as contribuições teóricas para o desenvolvimento em contextos periféricos, são abordados temas relevantes para o entendimento acerca do desenvolvimento em regiões subdesenvolvidas como é o caso dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Ao longo do capítulo são contemplados os seguintes temas: Diferenciações conceituais entre desenvolvimento e crescimento econômico; A questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento; A dinâmica centro periferia e seus pensadores; O percurso das desigualdades: social, regional e socioeconômicas; e por fim o surgimento de instrumentos de mensuração do desenvolvimento.

No segundo capítulo foi realizada uma reflexão sobre a fronteira e suas singularidades como caminhos que se entrelaçam. Este capítulo aborda dois tópicos: Dinâmica fronteira e desenvolvimento socioeconômico e a faixa de fronteira brasileira e sul mato-grossense. O terceiro capítulo se destina aos procedimentos metodológicos que norteiam o trabalho, assim é apresentado de forma detalhada a maneira como ele foi desenvolvido, qual sua abordagem, estratégia de pesquisa e meios para o alcance do objetivo proposto. O quarto capítulo apresenta a análise e discussão dos dados, e está dividida em três seções, a primeira aborda a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. A segunda descreve a situação do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense e a terceira seção analisa os municípios em situação crítica de desenvolvimento socioeconômico. O trabalho é finalizado com as considerações finais e referências.

## **1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS**

Este capítulo se dedica a apresentação e discussão das reflexões teóricas para o desenvolvimento em contextos periféricos, serão abordadas as teorias/pensamentos de seus principais percussores, Raul Prebisch (1949), Gunnar Myrdal (1957), Celso Furtado (1957) e Albert Hirschman (1958). Além desses autores, se fará uso de demais autores contemporâneos que complementam e colaboram com as reflexões sobre a temática. O capítulo está dividido em cinco seções: A primeira seção apresenta as diferenciações conceituais entre desenvolvimento e crescimento econômico; A segunda expõe a dinâmica centro periferia e seus pensadores; A terceira aborda o percurso das desigualdades: social, regional e socioeconômicas; A quarta seção reflete sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento e finalmente a quinta seção aborda o surgimento de instrumentos de mensuração do desenvolvimento.

### **1.1 DIFERENCIAÇÕES CONCEITUAIS ENTRE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Com o passar do tempo a questão do desenvolvimento ganhou mais destaque nos diálogos públicos, surgindo assim a necessidade de distinção entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico. As teorias contemporâneas, fundamentadas por economistas, sociólogos, e pesquisadores também apontam para a necessidade de se medir não apenas o crescimento econômico, uma vez que o mesmo apresenta apenas métricas voltadas para renda e produção e não são suficientemente adequadas para expressar a expansão das capacidades humanas. Nesse sentido, entender o conceito de desenvolvimento permite compreender aspectos que não podem ser mensurados apenas pela renda, porém essenciais para o bem-estar humano.

De acordo com Raiher (2014), até o final da Segunda Guerra Mundial, os modelos de desenvolvimento econômico tinham como sinônimo o crescimento econômico. A simples acumulação de capital já era suficiente para assegurar condições de vida à população. Por isso, poucas considerações eram dirigidas a outros fatores, como bem-estar, a diminuição da

desigualdade, da pobreza etc. A hipótese era a de que o avanço da economia gerava recursos, os quais beneficiariam o conjunto da sociedade.

Ressalta-se que as primeiras tentativas de desvincular o crescimento do desenvolvimento econômico ocorreram no pós-guerra (meados do século XX), quando se efetivaram diversos projetos de reconstrução da periferia devastada da Europa (SACHS, 2008). Nesta época, os economistas embora restritos ainda à dimensão econômica, defendiam a relevância do estado de bem-estar, argumentando a necessidade de planejamento e de intervenção estatal.

Contudo, a real distinção entre esses dois conceitos (desenvolvimento e crescimento econômico) se deu na década de 1970, quando estudos ampliaram o debate sobre a importância da alimentação como necessidade básica para a realização do potencial de cada indivíduo, tendo como segunda condição, o emprego, e como terceira, a igualdade. Nesta ótica, se desvincula o desenvolvimento da abordagem puramente econômica, considerando-o como condição humana (BOISIER, 2001).

O processo de desenvolvimento se realiza seja por meio de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja pela introdução de inovações técnicas (FURTADO, 1962). Nesse sentido, o desenvolvimento econômico consiste em um processo sistemático de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem estar de uma determinada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2010). Sendo assim o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados nação que realizaram sua revolução capitalistas, já que apenas no capitalismo se pode falar em acumulação de capital, salários e aumento sustentado da produtividade.

Após o surgimento da teoria do desenvolvimento regional, surgem as distinções entre crescimento e desenvolvimento econômico. A diferenciação feita por Furtado (1961) mostra o crescimento como aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, representando basicamente pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Já o desenvolvimento econômico caracteriza-se pelo crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população.

O desenvolvimento, na teorização de Furtado (2000, p. 22), possui pelo menos três dimensões:

[...] a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico.

O conjunto dessas dimensões dá suporte para o que Furtado denominou de desenvolvimento econômico e social. Sendo assim quando uma sociedade alcança um nível elevado de desenvolvimento socioeconômico, sua população desfruta da liberdade de oportunidades além de bem-estar, progresso e justiça social.

Segundo Bresser-Pereira (2010) o desenvolvimento econômico implica não apenas aumento da renda per capita, mas transformações estruturais na economia. Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais no sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Schumpeter usou a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação, ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com Schumpeter (1982), crescimento é resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico. E desenvolvimento é um processo de outra natureza, a saber, uma mudança qualitativa mais ou menos radical na forma de organização desse sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com seu movimento regular e ordenado. Ou seja, o desenvolvimento está diretamente relacionado a essas alterações. Segundo o autor crescimento econômico não apresenta nada qualitativamente novo e desenvolvimento corresponde às mudanças de vida, que ocorrem por auto iniciativa.

Para economistas não ortodoxos a identificação do desenvolvimento econômico com crescimento seria ideológica: ela ocultaria o fato de o desenvolvimento econômico implicar melhor distribuição de renda enquanto que crescimento, não (BRESSER-PEREIRA, 2010). Sen (1989), cujo nome está ligado à formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é talvez o mais radical nessa matéria: para ele desenvolvimento econômico implica expansão das capacidades humanas ou aumento da liberdade. A noção de desenvolvimento proposta por Sen (2000) sustenta que este somente pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos

“meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos preexistentes que condicionem ou restrinjam a liberdade de escolha.

Para o autor, os benefícios do crescimento ampliam as capacidades humanas, o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Quando se dá a expansão dessas capacidades, as pessoas têm as condições necessárias para fazer suas escolhas e alcançar a vida que realmente desejam. Sen (2000, p. 10) define: “[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”.

Em outras palavras, a partir do instante em que as pessoas deixam de estar submetidas à privação de suas capacidades, pode-se estimular o desenvolvimento. Nessa perspectiva, a construção de capacidades busca melhorar a condição humana, focalizando a liberdade de “ser” e de “fazer” dos indivíduos, ou seja, de exercer ponderadamente suas condições enquanto agentes do processo de desenvolvimento (NIEDERLE; RADOMSKY; 2016).

Furtado (2004, p.1) por sua vez, afirma que “crescimento econômico, tal como conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”. Sendo assim, para esse autor desenvolvimento econômico implicaria distribuição.

De acordo com Erber (2011) no debate sobre as diferenças entre o crescimento econômico e desenvolvimento econômico, o autor aponta que o primeiro consiste em mais do mesmo, e o segundo, implica em transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais.

Lewis (1960) considera que o crescimento econômico é importante para alcançar o desenvolvimento, isso porque permite uma maior liberdade de escolha de como melhor aproveitar o tempo. O autor ressalta que graças ao crescimento é possível fazer escolhas, reservando mais tempo para o lazer ou mais tempo para a produção de bens e serviços. Para Bassan (2014) o desenvolvimento está relacionado a um processo de transformação na estrutura econômica, mas ressalta que este deve resultar em melhorias na área social.

Segundo Hirschman (1961), o processo de desenvolvimento acontece a partir de um impulso econômico de determinada região e/ou indústria e se propagaria de modo desequilibrado para os demais setores. Essa propagação pode se dar por desencadeamento para

frente (grandes empresas de insumos ou bens de capital), para trás (empresas de grande porte do setor de bens de consumo duráveis), ou, ainda, por encadeamentos da demanda final (impulso a investimentos nas indústrias de bens de consumo).

Apesar dos conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico estarem relacionados, Sachs (2004) esclarece que pode ocorrer crescimento, sem que ocorra desenvolvimento, e desenvolvimento só ocorre após o crescimento. Segundo o autor para que ocorra desenvolvimento em seu sentido pleno, é necessário que o crescimento aconteça primeiro, uma vez que o crescimento econômico atua como facilitador do desenvolvimento. Sem os recursos necessários dificilmente uma nação conseguirá se desenvolver, criando apenas polos nos quais isso ocorre, devido às potencialidades locais, mas não podendo ser generalizado para um contexto de totalidade. Para Sachs (2004, p.38) “desenvolvimento econômico é puramente uma variável qualitativa e o crescimento econômico uma variável quantitativa”.

Sachs (2004) ressalta ainda que o desenvolvimento não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica deve ser incluyente e apoiado por um crescimento com alta densidade de empregos, e voltado à consolidação e expansão do núcleo modernizador da economia nacional. No qual podemos aferir que o desenvolvimento tem relação direta com a qualidade de vida da população.

Sendo assim, o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de melhoria na qualidade de vida acompanhado de alterações estruturais na economia. O qual depende das características de cada país ou região, da sua história econômica, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais e potencialidades existentes. O desenvolvimento econômico implica mudanças na estrutura, na cultura e nas instituições da sociedade, de forma que é impossível analisá-lo apenas do ponto de vista econômico. Entretanto, é preciso salientar que não existe um consenso em torno do termo desenvolvimento, de acordo com Souza (2009, p.5):

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

No entanto o desenvolvimento de uma sociedade não é alheio à sua estrutura social, e tampouco a "formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação é concebível

sem preparação ideológica" (FURTADO, 2000, p.22). Esse pensamento e posição de Furtado é reconhecida e compartilhada por outros autores (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p.64):

O crescimento econômico pode ocorrer espontaneamente pela interação das forças de mercado, mas o desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada. Se as forças sociais dominantes são incapazes de promover essa política, o desenvolvimento se inviabiliza ou assume formas bastardas.

Feijó (2007) em estudo sobre a relação entre crescimento e desenvolvimento, afirma que nível elevado de produto per capita não é sinônimo de desenvolvimento econômico, o que enfatiza a ideia de que variáveis quantitativas se relacionam com crescimento e nada podem inferir em relação ao desenvolvimento. Segundo Feijó (2007, p.44):

Países com elevado indicador de riqueza média podem apresentar, ao mesmo tempo, indicadores sociais ainda sofríveis. [...]. Isto é possível pela brutal desigualdade na distribuição de renda, de educação e de oportunidades. Pensando em termos de localizações dentro do mesmo país, há cidades que apresentam um PIB per capita maior que o de outras, mas com indicadores sociais piores.

Segundo Myrdal (1960) e Sen (2001) o desenvolvimento econômico não se consegue apenas com melhorias na distribuição de renda e na ampliação da produção, mas também com a garantia ao acesso a serviços públicos de qualidade, em especial aqueles que mantêm os níveis de vida e têm reflexo nos indicadores sociais. Sendo assim, o desenvolvimento econômico é um processo por meio do qual se obtém melhorias na qualidade de vida em caráter cumulativo. Uma vez que esse processo de desenvolvimento se inicia seu efeito cíclico e cumulativo dinamiza a economia da região (ou país).

No entanto, mesmo avançando economicamente, uma região (ou país) pode não elevar o bem-estar da sua população, seja por conta da má distribuição da riqueza, bem como pela dissociação existente entre os bens materiais e outros "bens" intangíveis, mas igualmente importantes para elevar o bem-estar de uma sociedade como, por exemplo, a coesão social, os laços familiares e o lazer (SANT'ANA, 2008). Neste contexto, a insuficiência de renda seria apenas uma das dimensões do subdesenvolvimento, e seu crescimento, por si só, não tenderia a ser a única medida do desenvolvimento econômico. Estabelecidas as diferenciações entre desenvolvimento e crescimento econômico e tendo-as como base, seguiremos para a próxima seção onde será apresentada uma breve discussão sobre a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento nos territórios, na visão de autores clássicos e contemporâneos. São apresentados os componentes que distinguem uma região desenvolvida de uma

subdesenvolvida. Além de alguns elementos que auxiliam no alcance do desenvolvimento e outros que tornam uma região subdesenvolvida.

## 1.2 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Conforme as concepções teóricas para o desenvolvimento expressa por diversos autores como (FURTADO, 1960; MOURA, 1990; MYRDAL, 1977; PREBISCH, 1949; HIRSCHMAN, 1977; FERRERA DE LIMA, 2011 *et al*) foi a partir dos últimos anos da década de 1950 que a discussão sobre o desenvolvimento econômico se generalizou e ganhou maiores proporções na esfera social. Esse florescer acabou movimentando e fomentando diálogos políticos, sindicais, e empresariais em grande medida, entretanto, pelas dificuldades e conflitos de interesse pouco progrediram em termos práticos de reversão do subdesenvolvimento em regiões periféricas.

Segundo Myrdal (1957) a expressão subdesenvolvimento passou a ser utilizada como consequência do novo nacionalismo de pós-guerra, tornando possível com a eliminação das diversas estruturas de controle que mantinham o sistema de poder estabelecido no mundo, isso permitiu aos povos mais pobres reivindicação por uma nova posição. De acordo com o autor esse termo somente veio a prevalecer depois da II Guerra Mundial, o que reflete a grande mudança ocorrida na situação sociopolítica no globo terrestre. A expressão que se usava anteriormente era o termo estático "países atrasados".

Antes da década de 1950 o debate sobre a possibilidade de desenvolvimento econômico era praticamente inexistente, falava-se em países pobres e países ricos, em regiões atrasadas, ou estagnadas, e progressistas. Mas raramente em desenvolvimento seja local, regional ou nacional, e, muito menos, em subdesenvolvimento (MOURA, 1990). Para se ter uma noção de como os termos "desenvolvimento econômico" e "subdesenvolvimento" são novos, Moura (1990) relata que quando os estadistas de vários países se reuniram após a II Guerra Mundial para a criação da Organização das Nações Unidas na cidade norte-americana de São Francisco em 25 de abril de 1945, ainda não se utilizava esses termos. Segundo o autor ao redigir a Carta das Nações Unidas, a própria expressão "desenvolvimento econômico" até a metade da década de 1940, não tinha uma delimitação muito clara. A carta publicada e assinada em 26 de junho de 1945 mostra que seus autores preferiram utilizar os termos "progresso social e econômico",



referindo-se a "desenvolvimento" uma única vez, no art.55, e ainda assim associando-o a ideia de progresso.

De acordo com Myrdal (1957) o uso do conceito “países subdesenvolvidos” envolve o juízo de valor de que a política governamental dos países assim designados deve ser orientada no sentido do desenvolvimento econômico. É com essa conotação que se usa o termo nos países pobres e se impõe seu uso nos países mais ricos. Para Moura (1990) isso explica, em grande parte, por que os políticos das regiões desenvolvidas evitam falar atualmente em subdesenvolvimento, preferindo o eufemismo de "regiões em desenvolvimento", como se as desenvolvidas não tivessem, também, se desenvolvendo cada vez mais.

Segundo Moura (1990) o desenvolvimento não é um simples sinônimo de riqueza, uma modificação de natureza puramente quantitativa, mas é um processo acompanhado de mudança de natureza qualitativa. Ou seja, o desenvolvimento é um fenômeno sinérgico onde tanto o crescimento econômico ligado a aspectos quantitativos quanto o desenvolvimento seja ele na área social, cultural, saúde ou educação relacionado a aspectos qualitativos, andam juntos e de maneira complementar. Sendo assim quando uma região alcança elevados índices quantitativos e qualitativos, pode-se considerar desenvolvida.

Ao analisar a literatura, percebe-se que existe um consenso entre os pesquisadores de diversas correntes do pensamento econômico de que a pobreza e o subdesenvolvimento podem ser "vencidos". Esses autores afirmam que para superar a pobreza e o subdesenvolvimento existe uma necessidade de investimentos em saúde e educação. Onde ambos os investimentos são essenciais para a melhoria da qualidade de vida e para superar o atraso e as desigualdades sociais. As despesas nessas duas áreas são consideradas investimentos, pois além de ampliar o conhecimento estimulam a produtividade e a capacidade produtiva dos indivíduos. Neste sentido, investir em saúde e educação tem desdobramentos diretos no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, melhorando as condições de emprego e renda de um país (PREBISCH, 1949; MYRDAL, 1977; SCHULTZ, 1987; SEN, 2001; RAIHER, 2014).

Cabe destacar que o processo de desenvolvimento humano atrelado ao desenvolvimento econômico não ocorre de igual modo no espaço. Rostow (1954), ao traçar a teoria das etapas de desenvolvimento, explica que as etapas do desenvolvimento entre países e regiões não acontecem ao mesmo tempo, o que justifica a condição de subdesenvolvimento no decorrer da história de algumas economias.

Ferrera de Lima (2011) ao trabalhar sobre o desenvolvimento regional mostra que mesmo as economias regionais se dinamizando, sempre haverá diferenças no perfil econômico das regiões. Para o autor, essa característica é inerente ao processo de produção capitalista, uma vez que se implica na coexistência de regiões desenvolvidas e outras menos desenvolvidas, refletindo-se em um processo de polarização.

Nesse contexto surge, então, o fenômeno do subdesenvolvimento, decorrente da expansão das economias industrializadas europeias entre os séculos XVIII e XIX para lugares recentemente ocupados em termos populacionais, mas como um modelo ainda pré-capitalista (CORRÊA, 2019). Para Furtado (1983), captar a natureza do subdesenvolvimento é uma tarefa complexa, devido este possuir muitas dimensões facilmente visíveis, mas que não são as mais significativas. Em uma perspectiva histórica, o subdesenvolvimento não pode ser compreendido com a idade de uma sociedade ou de uma nação. O grau de acumulação de capital aos processos produtivos e o grau de acesso aos bens finais, que condicionam ao “estilo de vida moderno” são considerados parâmetros que podem medir o grau desse subdesenvolvimento.

Segundo Furtado (1981), o progresso tecnológico existente em determinadas áreas, que são os polos de desenvolvimento internacional, culminou na acumulação e na elevação da produtividade. No caso das chamadas economias subdesenvolvidas, na história moderna, essas são marcadas por grande heterogeneidade tecnológica, desigualdades na produtividade do trabalho entre o urbano e rural, uma proporção estável da população vivendo ao nível de subsistência e o crescente subemprego urbano.

A cada dia o hiato entre os países ricos e pobres está se tornando maior. Segundo Myrdal (1970) esse hiato ou diferença ocorre gradativamente e tem acontecido por um longo tempo, na verdade, pelo século afora ou mais, durante o qual os países desenvolvidos fizeram sua revolução industrial, enquanto os subdesenvolvidos foram deixados em relativa estagnação, voltando-se apenas para o setor primário. Esse cenário colaborou para que os países ricos progredissem no seu desenvolvimento ainda mais rápido, enquanto os países pobres regrediam e perpetuavam-se no subdesenvolvimento.

Uma vez que a maioria dos países subdesenvolvidos tem grande, e usualmente, crescente desigualdade social e econômica, as massas de pessoas pobres, particularmente os que residem em áreas periféricas do país, vivem na mais abjeta pobreza, enfrentando dificuldades até mesmo no suprimento das necessidades básicas de subsistência como alimentação, saúde e moradia. Além de conviverem diariamente com falta de oportunidades de

escolha que são limitadas devido à situação de escassez econômica e exclusão social em que vivem, o que por sua vez não é mensurado pelos indicadores socioeconômicos. Para Ferrera de Lima (2020, p.9):

O processo de subdesenvolvimento que muitas regiões imergiram se fortaleceu, sobretudo, pela incapacidade em criar uma mentalidade de desenvolvimento, estimular a aprendizagem coletiva e formar cidadãos capazes de empreender, gerenciar e liderar o processo de desenvolvimento.

Isso significa que a própria situação de subdesenvolvimento ao ser estendida por longo prazo acaba moldando a mente dos indivíduos, os impossibilitando de pensar e agir de maneira a reverter à situação, o que atualmente se assemelha a ideia de desalento social, ou seja, pessoas que desistiram de tentar reverter sua realidade seja através da procura de trabalho, profissionalização ou empreendimento. Entretanto, segundo Ferrera de Lima (2020, p.9) "[...] a possibilidade de inovar das regiões de fronteira é tão igual a qualquer outra região da nação". Porém, o apoio estatal para essas regiões é uma necessidade real, dificilmente essa situação será revertida apenas com o movimento do mercado, pelo contrário esse movimento pode afetar sobre medida essa região a perpetuação do ciclo vicioso da pobreza e a marginalização social.

Segundo Brandão (2007) o subdesenvolvimento é uma malformação estrutural, e sendo assim deve ser enfrentada de maneira consciente e enérgica. As políticas públicas das regiões subdesenvolvidas devem tencionar o conjunto de forças responsável por ganhar com o atraso estrutural dessas regiões. Tais forças estão em todas as escalas, e em todas as escalas devem ser combatidas. O conformismo por parte da população dessas regiões colabora para perpetuação da condição de subdesenvolvimento.

Essa diferença tende a se intensificar ficando cada dia maior entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, pois, os avanços científicos e tecnológicos nas nações ricas e desenvolvidas são maiores, o que atua diretamente no desenvolvimento e crescimento desses países, melhorando consideravelmente a qualidade de vida e o bem-estar social de sua população. Já nos países subdesenvolvidos acontece o oposto, em geral a economia desses países é caracterizada por atividades produtivas vinculadas a agricultura, pecuária e ao extrativismo (vegetal, animal e mineral) ligados ao setor primário, com baixa agregação de valor, o que colabora consequentemente para o menor dinamismo da economia e para o baixo desenvolvimento dessas regiões.

Para Myrdal (1970, p. 41) "[...] não basta adaptar e adotar moderna tecnologia em países subdesenvolvidos, más ter uma substancial parte de uma atividade de pesquisa, crescente

dirigida aos problemas concretos de produção dos países subdesenvolvidos onde as condições são variadas e diferentes". O que efetivamente implica em assistência técnica de uma magnitude muito maior e de caráter diferente do que acontece atualmente.

Outros fatores que acentuam o aumento das desigualdades e situação de subdesenvolvimento é a alta concentração de capital. Essa manifestada no Brasil através dos grandes latifundiários e rentistas<sup>5</sup> os quais concentram altos aportes de capital usado frequentemente para fins especulativos ou improdutivos, em ambas as formas concentrado na mão de poucas pessoas, as quais são consideradas a "elite brasileira". Especificamente no caso das grandes propriedades rurais ou popularmente conhecidas como latifúndios, Myrdal (1970) considera como medida para reduzir essa situação às reformas agrárias, segundo o autor essa medida quando realizada proporciona maior igualdade social e econômica além de colaborar para divisão do capital e dinamização da economia.

Segundo Myrdal (1970, p. 60) "[...] a propriedade da terra é, quase em toda parte, a principal prova da desigualdade e da rigidez pela qual é mantida". De acordo com o autor a presença de latifundiários é reflexo da estrutura desigual em muitos países subdesenvolvidos fortalecidas também por diferenças de etnia, sexo, nível de escolaridade entre outros.

Moura (1990) afirma que desenvolvimento e subdesenvolvimento são conceitos inter-relacionados. Ou seja, possuem uma relação mútua, o que os distingue é o estado superior de um em relação ao outro, por exemplo, um país desenvolvido apresenta índices de saúde educação e renda elevados já nos países subdesenvolvidos esses mesmos índices apresentam percentuais baixos. Apesar de serem inter-relacionados, se distinguem em termos de desempenho.

Para Furtado (1992, p.39-40) "a noção de subdesenvolvimento advém de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação no nível de vida médio da população". Tais fenômenos são os fatores determinantes do processo de subdesenvolvimento. Segundo Furtado (1974) o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, essencialmente, atravessado as economias que já alcançaram nível superior de desenvolvimento. Ou seja, o subdesenvolvimento não é uma fase inevitável do processo de formação das economias capitalistas, constituindo, antes, na realidade, uma "deformação".

---

<sup>5</sup> Pessoas que vivem de rendas, aplicações financeiras ou rendimentos, em geral de altos montantes de capital.

Além disso, o subdesenvolvimento é o resultado de uma conexão, surgida em certas condições históricas, entre um processo interno concentrador e um processo externo de dependência, onde se instalaria uma parte dos sistemas industriais dos países do centro da economia mundial, detentores de um alto grau de acumulação de capital. Este traço, com a dimensão cultural da cópia de modelos de consumo, produziria uma situação de convivência de formas heterogêneas de vida, com, de um lado, grupos sociais afluentes (onde a cópia dos novos modelos de consumo se efetiva) e, de outro, grupos sociais submetidos a níveis mínimos de subsistência, excluídos do nível de consumo das classes mais ricas (FURTADO, 1974).

De acordo com Furtado (2000, p.8), com efeito, o processo do subdesenvolvimento se caracteriza como:

[...] um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização.

A "modernização" a qual se refere Furtado corresponde à transformação do padrão de consumo, pressupondo uma elevação de produtividade sem que sejam alteradas as técnicas de produção (FURTADO, 1972). Ou seja, a elevação da produtividade pode se manifestar de duas formas: através da aceleração do progresso tecnológico ou da ampliação do mercado consumidor. Quando é o avanço tecnológico que comanda a produtividade, resultando em acumulação de capital, e a elevação da dotação de capital por pessoa ocupada permite a transformação das formas de produção, compreende-se que há geração de desenvolvimento, sendo que este pode ser constatado nas áreas onde ocorria o processo de industrialização. Já quando o avanço das técnicas não é o responsável pelo aumento de produtividade no processo de produção, e pela modificação dos padrões de consumo, este se constitui como o ponto de partida para a formação de estruturas subdesenvolvidas (FURTADO, 1972).

Assim, de acordo com Furtado, (1972, p.12) "a história do subdesenvolvimento consiste, fundamentalmente, no desdobramento do modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos". De acordo com Ribeiro (2010, p.35) "esse modelo de economia escorada na modernização acaba restringido o avanço tecnológico em outros setores produtivos, pois tem

como alvo somente os padrões de uma classe elitizada, copiadora dos hábitos de consumo dos países centrais". O que ao longo do tempo impulsiona a chamada causalção circular cumulativa, denominada por Myrdal (1970) onde os países ricos e desenvolvidos intensificam seu progresso enquanto, os países pobres e subdesenvolvidos acentuam sua situação de subdesenvolvimento.

Feitas as distinções entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos abordaremos na próxima seção a dinâmica centro periferia, suas principais especificidades e seus mais notórios pensadores.

### 1.2.1 A DINÂMICA CENTRO PERIFERIA E SEUS PENSADORES

Um dos primeiros marcos no estudo centro periferia se deu pela criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ela surge no contexto pós-guerra sendo estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, em 25 de fevereiro de 1948 (CEPAL, 2020). Assim, quando se aborda a dinâmica centro periferia, uma questão que não se pode deixar de mencionar é a relevância dessa instituição na discussão.

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas<sup>6</sup>, sua sede está localizada em Santiago no Chile. Foi fundada para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou ao objetivo de promover o desenvolvimento social (CEPAL, 2020).

Foi pela busca em compreender as causas da pobreza, ou seja, do subdesenvolvimento dos países da América Latina, que surgiu na década 50 a CEPAL. Seu principal papel foi à formulação de propostas e teorias pautadas nas agendas dos *policy-makers*<sup>7</sup> dos países latino-americanos, visando opções para superação do subdesenvolvimento. De acordo com Corrêa (2019, p.76):

O pensamento cepalino [...] partiu do princípio de que o subdesenvolvimento é algo estrutural, onde as diferenças nas estruturas socioeconômicas e a difusão e ganhos no progresso técnico entre países com grandes centros industriais (desenvolvidos) e países periféricos destes centros (subdesenvolvidos) determinaria o conceito “centro-

<sup>6</sup> O sistema das Nações Unidas possui cinco comissões regionais sendo elas: Comissão Econômica para África (ECA); Comissão Econômica e Social para Ásia e o Pacífico (ESCAP); Comissão Econômica para a Europa (ECE); Comissão Econômica e Social para o Oeste Asiático (ESCWA) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Essas comissões econômicas são criadas com o objetivo de intensificar a economia e o desenvolvimento das relações econômicas entre países.

<sup>7</sup> Decisores políticos (tradução nossa).

periferia”. Os ganhos diferenciados entre países por meio do progresso técnico foi uma das principais críticas da CEPAL em oposição ao modelo ricardiano das vantagens comparativas, conforme o qual os benefícios deste modelo se estenderiam a todas as nações.

Transcorridos mais de meio século desde a sua fundação, a CEPAL ofereceu contribuições relevantes para o desenvolvimento regional, suas teorias e visões foram adotadas em muitos lugares do mundo, impactando a maneira de se pensar e formular políticas de desenvolvimento. Com um pensamento dinâmico, e seguindo as imensas transformações da realidade econômica, social e política, regional e mundial CEPAL (2020).

A instituição é marcada pela elaboração de seus próprios métodos de análise, o que em grande medida colaborou para seu destaque mundial, como organização formuladora de políticas públicas de desenvolvimento. Desde seus primeiros anos desenvolveu um método analítico próprio e uma ênfase temática que, com algumas variantes, se mantém até os dias de hoje. Seu método mais conhecido é o histórico-estrutural, segundo a CEPAL (2020) esse método:

[...] analisa a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos que são diferentes do comportamento das nações mais desenvolvidas. Neste método não há "estágios de desenvolvimento" uniformes. O "desenvolvimento tardio" de nossos países tem uma dinâmica diferente das nações que experimentaram um desenvolvimento mais precoce. O termo "heterogeneidade estrutural", cunhado nos anos 70, capta bem as características de nossas economias.

Assim, o método histórico-estrutural desenvolvido pela CEPAL destaca a importância do contexto histórico para entender o funcionamento da economia e da sociedade. O ponto de partida do método é a noção de que os países menos desenvolvidos e os desenvolvidos enfrentam problemas qualitativamente distintos e que a formulação de políticas e o fortalecimento das capacidades do Estado são condições determinantes para que os países menos avançados possam se transformar e atingir níveis de desenvolvimento mais altos (CEPAL, 2020).

Desse modo, assim como existem diferenças e barreiras entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos que os impedem de alcançar níveis melhores de desenvolvimento, essa relação também pode ser estabelecida entre os municípios que estão sobre a faixa de fronteira e os que não estão. Dessa forma, a ação do Estado semelhantemente se torna importante na formulação de políticas e planos para que essas regiões avancem e melhorem qualitativa e quantitativamente seus níveis de desenvolvimento. Sem esse apoio através de ações

direcionadas pelo Estado, como afirma Nurkse (1952) dificilmente uma região periférica por si mesma conseguirá superar o círculo vicioso da pobreza.

Ao mencionar a CEPAL é difícil não recordar de Raul Prebisch, a história do economista e da instituição estão estreitamente vinculadas. Prebisch entrou na CEPAL em 1949, pouco após a sua criação, em 1948, e, desse momento até sua morte, em 1986, sua relação com a instituição foi bastante estreita. Prebisch se identificava inteiramente com a CEPAL e está com suas ideias e de um grupo de colaboradores muito próximos.

O autor é considerado o "pai do desenvolvimento" sendo apontado como o intelectual de maior destaque da CEPAL. A alavanca de sua popularidade no pensamento latino-americano e mundial se deu a partir da publicação de seu artigo seminal publicado em 1949, mais amplamente conhecido como *Manifesto Latino-Americano*. De acordo com Cardoso (2018, p.111):

A principal crítica teórica de Prebisch se dirige à teoria das vantagens comparativas ricardiana, baseada na premissa de que os frutos do progresso técnico tenderiam a ser distribuídos equitativamente entre as nações participantes do comércio internacional desde que se especializassem em fornecer os bens em que tivessem vantagem comparativa. Seguindo esse raciocínio, as nações especializadas na produção de bens primários, além de não precisarem, não deveriam se industrializar, para se beneficiar dos frutos do progresso tecnológico originado nas nações industrializadas.

Prebisch (1949) desenvolveu seu raciocínio a partir do conceito centro-periferia, o qual balizou o pensamento cepalino estruturalista. Para o autor a definição de centro-periferia se realiza desde a perspectiva de onde se origina o progresso tecnológico, os países centrais, enquanto detentores de conhecimento, poder e capital, geram o progresso tecnológico que será absorvido pela periferia na forma de importação de bens de consumo final ou máquinas para a criação de capacidade produtiva.

Segundo o autor, o modelo primário exportador faria da periferia prisioneira do subdesenvolvimento. De acordo com Cardoso (2018, p.112):

Prebisch explica que a tendência à deterioração dos termos de troca se constituiria por conta da diferença na elasticidade-renda das importações do centro e da periferia. A primeira seria inelástica, ou seja, diante de mudanças no nível de renda, pouco se impactaria a demanda por bens primários, mesmo porque se tratam de bens básicos e, portanto, com grau de saciedade bem estabelecido. Desse modo se aumentasse a renda no centro, essa não seria direcionada para comprar mais alimentos. Já na segunda, a elasticidade-renda das importações da periferia, é muito provável que aumente a demanda por bens manufaturados e diferenciados.



Sendo assim, segundo Prebisch (1949) quando ocorreram incrementos de renda mundial, as importações dos países centrais cresceram relativamente menos do que as importações dos países da periferia. De acordo com o autor enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico. Comprovando assim que à teoria das vantagens comparativas na prática não ocorre, estagnando as regiões (ou países) ao subdesenvolvimento, em grande medida impulsionado pela falta de industrialização e investimento tecnológico.

Prebisch detectou o forte impacto que os ciclos econômicos exerciam na vida econômica e propôs ideias fundamentais sobre a forma como esses ciclos geravam efeitos diferentes no centro e na periferia. A ideia central do autor era que os países da periferia deveriam promover mudanças radicais na sua estrutura produtiva, com vistas a reorientá-la para bens que demonstrassem uma maior expansão da demanda e oferecessem maiores possibilidades de mudança tecnológica, para Prebisch esse processo não ocorreria de maneira espontânea, antes, o Estado teria de atuar com firmeza para promover a industrialização (CEPAL, 2020).

Para Prebisch (1949) as regiões centrais são caracterizadas pela especialização na industrialização e as regiões periféricas pela especialização no setor primário. Enquanto o modelo industrial potencializa o desenvolvimento para os centros já desenvolvidos, tornando assim cada dia mais difícil um desenvolvimento equilibrado entre as regiões. A importância da industrialização é exaltada por Prebisch (2000, p. 72), ao afirmar que “Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas”.

Assim a CEPAL e seu principal pensador Raul Prebisch inspiraram e influenciaram diversos autores, que, posteriormente formulariam seus pensamentos sobre o desenvolvimento. Nesse sentido, destacamos Gunnar Myrdal (1957), Celso Furtado (1957) e Albert Hirschman (1958) autores aos quais foram influenciados de maneira significativa por esse movimento.

Gunnar Myrdal (1957) desenvolveu uma visão complementar ao pensamento de Prebisch em relação ao centro-periferia. A obra seminal do autor “*Economic Theory and Underdeveloped Regions*”, publicada em 1957, traduzida como "Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas" em 1972 apresenta uma visão da teoria geral do desenvolvimento e subdesenvolvimento, baseada em seu conceito de “causação circular” de um processo “acumulativo”, ou “causação circular cumulativa”.

Segundo Myrdal, a dinâmica centro-periferia é uma dinâmica muito desfavorável para a periferia. As perdas dessa relação são sempre maiores que o ganho. O centro gera fatores cumulativos de atração enquanto que as regiões periféricas tendem a se distanciar cada vez mais, perdendo poder de atração de capital financeiro e humano. Em outras palavras, o atraso das regiões periféricas, que não têm suficientes atrativos para competir com o polo, ocasiona um crescente agravamento da desigualdade e, com isso, impossibilita a região, por conta própria, de gerar seu desenvolvimento. O polo, por outro lado, acumula atrativo, na medida em que atrai cada vez mais investimentos.

Dessa forma, Myrdal (1960) apresenta a ideia de ciclo virtuoso onde o crescimento é causa e efeito da aglomeração. Tanto o crescimento quanto o atraso têm efeitos cumulativos, o que favorece um desenvolvimento desigual acentuado. Myrdal (1960) usa esse conceito para falar de um “ciclo virtuoso” ou “ciclo vicioso”, que tanto pode ocorrer de forma ascendente quanto descendente, ou seja, uma sequência de fatos que desencadeia outros fatos de forma cumulativa e propulsora. Ele utiliza esse conceito tanto no campo econômico, quanto no campo social. Para o autor, a expansão na produção de um centro urbano gera benefícios a localidades adjacentes, pois emprega grande quantidade de trabalhadores, estimulando o mercado de bens de consumo. Diz ainda que desigualdades regionais se agravam quanto mais pobre for o país, e que, quanto maior o nível de desenvolvimento, mais forte são os efeitos propulsores, tendo em vista as condições sociais e econômicas de que dispõem os países mais ricos.

Segundo Myrdal (1965, p.32) o “ciclo vicioso da pobreza” explica o processo circular negativo das economias:

O conceito envolve, naturalmente, uma constelação de forças, que tendem a agir e a reagir inter dependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza. [...] Assim, um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir-se a uma proposição truística: “um país é pobre porque é pobre”.

Assim, a teoria da “causação circular cumulativa”, mostrar que o crescimento da economia em uma região, gera um “Círculo Virtuoso” impulsionado pelo movimento de capitais, migração de capital humano, aumento da taxa de natalidade, etc. De um modo inverso, as economias não beneficiadas por esse processo desenvolvem um “Círculo Vicioso” em que o fechamento de empresas, amplia o desemprego, que por sua vez diminui a renda da região, que gera novos desempregos.

Celso Furtado (1957) foi outro autor que complementa Prebisch e Myrdal, na perspectiva de Furtado, o desenvolvimento das nações periféricas sintetiza-se no conceito de desenvolvimento periférico em que a diversificação do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso tecnológico. Durante as décadas de 60 a 80 o Brasil seguiu os modelos culturais, produção, consumo etc. dos EUA. Por suas benesses estarem restritas a um pequeno conjunto da população, no caso o “centro”, aqueles com mais alta renda, a própria difusão do progresso técnico importado do exterior e dos seus efeitos sobre a produtividade mostra-se prejudicada, implicando uma retenção do próprio processo de desenvolvimento.

As desigualdades sociais e econômicas são claramente uma das consequências do subdesenvolvimento das regiões periféricas, apesar de fazerem parte de todas as regiões, independentemente de serem centrais ou periféricas, são mais efetivas e presentes em nações subdesenvolvidas que sofrem com as consequências oriundas do período colonial. São várias as causas que contribuem para a condição de subdesenvolvimento em que se encontram muitos países. Dentre elas, as principais são: Disparidade em relação à distribuição da renda; Baixo nível de escolaridade; Condições extremamente precárias de moradia; A fome e a subnutrição; Problemas relacionados à saúde; Baixa diversificação produtiva, entre outros (FREITAS, 2019).

Uma região subdesenvolvida apresenta essas características de maneira latente, uma vez que sua condição de periferia potencializa os resultados, devido ao baixo desenvolvimento notório nesses territórios. Outras tendências e características de regiões periféricas são pontuadas por Furtado (1973), como a falta de estratégias próprias para superação da condição de subdesenvolvimento, dificuldade de romper com o ciclo vicioso da pobreza e a falta de reformas estruturais profundas, tais como a reforma tributária e reforma agrária. Enquanto permanecer essas características, não haverá como conceber planos de desenvolvimento bem sucedidos. Furtado (1961) ainda pontua que a gênese dos problemas das economias periféricas não está no comportamento dos agentes econômicos, que supostamente são guiados por critérios racionais de decisão, mas nas condições estruturais que delimitam o campo social no qual as decisões relevantes são tomadas.

Foi dentro desse mesmo contexto, que Albert Hirschman (1958) colaborou e complementou a discussão da teoria do desenvolvimento regional com sua obra “A Estratégia

do Desenvolvimento Econômico” publicada em 1958, a qual trata do tema do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Hirschman foi um dos grandes intelectuais do século XX nos campos da economia política e do desenvolvimento. Sua contribuição mais relevante para teoria do desenvolvimento regional foi à elaboração da teoria dos efeitos de encadeamentos e o caráter desequilibrado do processo de desenvolvimento (CARDOSO, 2018).

O objetivo do estudo elaborado por Hirschman (1958) foi analisar o processo de desenvolvimento econômico e como o mesmo pode ser transmitido de uma região ou país para outro. Seus estudos possuem como característica a superação dos entraves ao desenvolvimento, além de ser marcado também pela oposição a teoria do desenvolvimento equilibrado. De acordo com Lima e Simões (2009) Hirschman desenvolveu uma teoria focada na dinâmica essencial do progresso de desenvolvimento econômico, considerando que este não ocorre simultaneamente em toda parte e que tende a se concentrar espacialmente em torno do ponto onde se inicia, o que é fundamental para uma análise estratégica do mesmo.

Para Hirschman (1961) se o crescimento começa em alguns pontos e não em todos os lugares ao mesmo tempo, então tensões surgirão naturalmente entre setores modernos e tradicionais da economia, por isso justifica-se a intervenção nestas atividades e a importância de se ter uma estratégia de desenvolvimento. Assim, as decisões de investimento tornam-se a principal questão da teoria sobre o desenvolvimento elaborada por Hirschman e principal objeto de política econômica.

De acordo com Cardoso (2018) para completar sua análise, Hirschman discute como o crescimento é transmitido de uma região ou país para outra, evidenciando que, dada sua irregularidade, o processo de desenvolvimento implica inevitavelmente em diferenças nos níveis de crescimento regionais e internacionais. Segundo Hirschman (1961) o desenvolvimento de uma localidade gera pressões e tensões em direção às localidades subsequentes, o que resulta em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (sejam países, regiões, estados, etc). Para o autor é fundamental que os investimentos sejam concentrados no ponto de crescimento inicial durante determinado período, o que auxilia a consolidação do crescimento econômico. Vieira (2012, p.33) esclarece que para Hirschman:

[...] o foco principal era seguir uma política deliberada de crescimento não balanceado, isto é, promover o desenvolvimento de certos setores chave da economia. Nesse sentido, defende a atuação do Estado com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento principalmente das regiões mais atrasadas.

O atraso dos países subdesenvolvidos acontece principalmente pela insipiência do setor industrial, dessa forma, o autor ressalta a importância da realização de investimentos induzidos<sup>8</sup>. O setor industrial é considerado por Hirschman (1961) um setor com grande potencial de gerar encadeamentos, apresentando esmagadora superioridade em relação a outras atividades. De acordo com a teoria de Hirschman (1958) por meio das estratégias de desenvolvimento desequilibrado seria possível gerar estímulos que impulsionariam o progresso econômico, idealizando os efeitos para frente e para a trás (*backward and forward linkages*).

Os efeitos para trás são a forma encontrada por Hirschman (1958) para expressar as externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante (para trás ou para nascente), viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região determinada. Os efeitos para frente, por sua vez, resultariam da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante (para a frente ou para poente).

Conforme Hirschman (1958) o crescimento inicia-se nos setores líderes e transfere-se para os seguintes (satélites) de forma irregular/desequilibrada. Assim os desequilíbrios seriam a forma de as economias (ou regiões) periféricas potencializem seus recursos escassos. Segundo Piffer (2016, p. 144):

Hirschman definiu o desenvolvimento econômico como sendo uma sequência crescente de eventos que estimulam a acumulação e que levam à industrialização de uma região. O autor considera o processo de industrialização uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma série de encadeamentos para frente e para trás (*linkages*), os quais possibilitam o avanço das regiões atrasadas. Também é a partir do desenvolvimento industrial que se criam e se estimulam os mecanismos de “pressão” que induzem os governos a investir na construção de estruturas físicas e sociais necessárias à manutenção e à expansão do setor.

Assim, Hirschman auxilia na definição de regiões centrais e periférica e seus respectivos conceitos, com base na sua teoria do desenvolvimento. Basicamente, centro é a região que vem experimentando crescimento econômico, e periferia é a região que não acompanha o desenvolvimento, por sofrer repressão do centro. Hirschman (1977) aponta que o crescimento de uma região causa repercussões diretas no comportamento econômico das demais regiões.

---

<sup>8</sup> O investimento induzido se refere aos gastos de investimento que são induzidos pela variação e/ou pelo nível corrente de atividade econômica (vendas, PIB, grau de utilização da capacidade, etc). Ou seja, o investimento induzido corresponde ao investimento em ampliação da capacidade produtiva existente.

Essas repercussões podem ser favoráveis, efeitos de fluência no desenvolvimento, e desfavoráveis, efeitos de polarização no desenvolvimento.

Centro é a região que apresenta vantagens aglomerativas, onde essas vantagens influenciam a dinâmica econômica das regiões ao seu entorno. Como se fosse um círculo, onde o ponto central fosse o centro e todo o entorno fosse à periferia. Nesse círculo, existem forças centrípetas e centrífugas que influenciam toda a economia das duas regiões. Os efeitos favoráveis são uma força centrífuga que proporciona o crescimento do centro para as regiões em seu entorno, ou seja, são os fatores de fluência do progresso do centro. Os efeitos adversos são uma força centrípeta que tende a concentrar o crescimento na região que se desenvolve, favorecendo o desenvolvimento desigual (HIRSCHMAN, 1977). Em suma, periferia são todas as regiões que sofrem influência de um centro experimentador de crescimento.

Para completar sua análise, Hirschman (1958) discute como o crescimento é transmitido de uma região (ou país) para outra (o processo de desenvolvimento implica inevitavelmente em diferenças nos níveis de crescimento regionais e internacionais). Os investimentos devem ser concentrados no ponto de crescimento inicial durante determinado período, o que auxilia a consolidação do crescimento econômico. Desse modo, quando os investimentos são alocados de maneira estratégica as chances de alcance do desenvolvimento aumentam. Assim, a contribuição de Hirschman é importante para esse trabalho pois, mostra os diversos entraves ao desenvolvimento presentes em regiões periféricas e subdesenvolvidas, auxiliando-nos no entendimento sobre elementos que também estão presentes na fronteira a qual vivência diversos aspectos discutidos pelo autor.

Desse modo é importante salientar que o avanço dos estudos desses autores, trouxeram a necessidade cada vez mais atual de se estudar as desigualdades. Sendo assim no subitem a seguir abordaremos as questões das desigualdades, e seu percurso ao longo do tempo, tanto nos países (ou regiões) centrais quanto nos periféricos.

### 1.3 O PERCURSO DAS DESIGUALDADES: SOCIAL, REGIONAL E SOCIOECONÔMICAS

As questões do que são as desigualdades, como elas surgiram, o que as define e qual seu percurso ao longo na história, se tornam fundamentais para este trabalho. Inicialmente, entende-se que a desigualdades tem uma raiz ética e moral definidas nesse trabalho como social, que

com o passar do tempo se tornam regionais e culmina nas desigualdades socioeconômicas, as quais fazem parte do contexto de países e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Assim, a desigualdade existe desde que alguém possua maior quantidade de bens, sejam eles materiais ou capital além de oportunidades, que o outro indivíduo. Essa é a base da desigualdade, e em geral, ela decorre principalmente da má distribuição de renda e da falta de investimentos do Estado em áreas que apresentam problemas sociais, como na educação e na saúde. Dessa maneira, a maioria da população fica à mercê de uma minoria que detém os recursos, o que consequentemente gera as desigualdades.

Rousseau (1755) em seu livro intitulado: *A origem da desigualdade entre os homens*, acredita que a desigualdade adveio com a sociedade que em sua pretensa organização, não só permitiu, mas impôs a servidão, a escravidão, a tirania e inúmeras leis que privilegiavam uma classe dominante em detrimento da grande maioria, instaurando a desigualdade em todos os segmentos da sociedade humana. Mais precisamente, para o autor, a origem das desigualdades acontece na passagem do homem natural ao homem social. O autor enfatiza que a desigualdade não é uma obra do próprio homem, mas sim de algum fator externo, uma vez, que um indivíduo possua mais recursos, sejam eles de qualquer natureza. Assim a desigualdade nasce e começa a disseminar-se entre todos os indivíduos na sociedade, se tornando ao longo do tempo um problema social presente em todos os países do mundo.

Segundo Rousseau (1755) existem sobre a espécie humana dois tipos de desigualdade, queiram eles ou não, as quais influenciam suas relações sociais e moldam a vida dos indivíduos em sociedade. De acordo com Rousseau (1755, p.29)

Uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma. A outra, que pode ser chamada de desigualdade moral ou política porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou pelo menos autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios de que gozam alguns em prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros ou mesmo fazer-se obedecer por eles.

A distinção entre as duas espécies de desigualdade, mostra que elas podem ser tanto intrínsecas no caso da desigualdade natural ou física, no qual o indivíduo pouco pode fazer para revertê-la, uma vez, que ela se manifesta de maneira natural. Já a desigualdade moral ou política se mostra de forma extrínseca, podendo ser alterada. Entretanto, dificilmente pode ser revertida apenas pelo próprio indivíduo, em geral essa desigualdade só alcança a mudança a partir da

união da sociedade por meio da intervenção do estado com políticas públicas voltadas a reverter essa situação.

Com o passar do tempo à desigualdade social ou política sempre esteve presente nos diálogos da teoria das desigualdades regionais, tendo certo destaque, pois, entre as duas é a de mais fácil reversão e uma vez alterada, pode mudar rapidamente o contexto social, além de colaborar para que no longo prazo a desigualdade natural ou física seja amenizada. A história da humanidade nos mostra que as desigualdades sempre existirão, pois é impossível que cada pessoa tenha exatamente as mesmas quantidades de bens e oportunidades que a outra. No entanto, apesar da impossibilidade de igualdade plena, é possível por meio de gestão e políticas públicas eficientes a equalização dessa situação, visando assim o bem estar social.

Apesar de existir desde os primórdios, as desigualdades ainda se fazem presentes na sociedade, nos últimos anos percebe-se uma tendência mundial de aumento da concentração de renda em diversos países, o que colabora para elevação das desigualdades. De acordo Piketty (2014), a parte da riqueza nacional nas mãos de 10% dos contribuintes mais ricos passou de 21% a 46% na Rússia e de 27% a 41% na China, entre 1980 e 2010. Nos Estados Unidos e Canadá, este índice passou de 34% a 47%, enquanto na Europa foi registrado um aumento mais moderado (de 33% para 37%). No Oriente Médio, na África subsaariana e no Brasil, as desigualdades permaneceram relativamente estáveis, mas a níveis muito elevados.

Sendo assim, quanto maiores forem as diferenças de renda entre pobres e ricos, mais fortes serão as desigualdades, e conseqüentemente maior será o número de pobres e extremamente pobres. De acordo com Belarmino e Vieira (2020) ao longo da história o diálogo envolvendo a pobreza e as desigualdades sempre estão presentes no discurso político e social, entretanto, poucas ações práticas que visem amenizar seus efeitos são notadas pela população que vive nessa situação.

Desse modo as desigualdades regionais estão relacionadas a teoria da causação circular cumulativa, formulada por Myrdal (1957), a partir de observações sobre as diferenças existentes no nível de desenvolvimento entre países e as desigualdades existentes dentro de um mesmo país. Inicialmente, Myrdal, concentrou seus estudos na teoria econômica, principalmente nas questões raciais nos EUA, em que percebeu a diferença de regiões pobres e ricas. Apenas posteriormente dedicou-se a estudar os problemas sociais. De acordo com Myrdal (1957) o cenário das crescentes desigualdades econômicas, mudanças nas políticas internacionais e o



complexo de problemas que desafiam os países subdesenvolvidos no período pós-Segunda Guerra o motivaram a estudar o porquê e como sobrevivem tais desigualdades.

Assim, a teoria sobre as desigualdades regionais de Myrdal nasce de sua inquietação com a constatação da existência de um grande número de países pobres no mundo em relação a um pequeno número de países ricos. Enquanto, a teoria econômica preconizava que as forças de mercado, estimuladas pelos retornos desiguais, levariam a economia mundial ao equilíbrio, Myrdal argumentava que eram essas mesmas forças de mercado as responsáveis por exercer efeitos regressivos que tornavam os países ricos mais ricos, e os pobres mais pobres. Ou seja, as desigualdades econômicas teriam tendência a aumentar, não a reduzir (AMARAL, 2020).

Dessa forma, as desigualdades regionais denotam um aspecto negativo, manifestando-se no âmbito econômico e social. O Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo de acordo com a ONU (2017), apresentando elevada concentração de renda. Apesar das desigualdades apresentarem uma definição simples, ao longo dos anos diversas organizações e pesquisadores buscaram conceituar o que seria desigualdades. De acordo com relatório da ONU (2017) Desigualdade social é a diferença econômica que existe entre determinados grupos de pessoas dentro de uma mesma sociedade. Santos (2010) denomina desigualdade social como sendo uma condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais.

Sen (2001) vai além, desenvolvendo uma abordagem que complementa a ideia de acesso desproporcional aos recursos. Para o autor, são dois os mecanismos principais que explicam a gênese das desigualdades sociais: capacidades e funcionamentos. Compreendendo que capacidades são possibilidades de escolha, isto é, poderes para fazer ou deixar de fazer algo. Está relacionado com acessibilidade aos recursos, porém para a utilização destes recursos e, fundamentalmente, para a conversão desses recursos em bem-estar, as habilidades e talentos individuais são essenciais. Já os funcionamentos estão relacionados com os estados e ações que uma pessoa consegue realizar vivendo de algum modo.

Conforme Oliveira (2002) a identificação da pobreza e das desigualdades é essencial para diminuição da exclusão social, pois auxilia na promoção do desenvolvimento humano de maneira focalizada levando em conta as características de dado local. Nesses termos, o autor esclarece que, antes de qualquer coisa, os países e regiões necessitam promover crescimento econômico, porém, para, além disto, precisam proporcionar a distribuição deste crescimento econômico de forma equitativa à população, visando assim à equalização das disparidades.

De acordo com Myrdal (1960, p.43) "O jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais". Sendo assim, regiões periféricas, com alta concentração de renda e desigualdade ao buscarem implantar essa visão, tende a adentrar no processo de causação circular cumulativa, o que torna cada dia mais acentuado sua natureza desigual.

Assim, as causas das desigualdades e o crescente distanciamento entre ricos e pobres se devem há inúmeras causas, as mais comuns são: Má distribuição de renda; Ineficiência na administração pública dos recursos; Falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; Falta de oportunidades de trabalho; Corrupção; Lógica de acumulação do mercado capitalista entre outras. (MYRDAL, 1957; SEN, 2001). Um país que não consegue suprir as necessidades básicas de grande parte de seus cidadãos, dificilmente conseguirá prosperar e diminuir as desigualdades de forma equitativa.

As consequências mais graves da alta desigualdade são a pobreza, miséria e a favelização. Ademais, a desigualdade social traz: Fome, desnutrição e mortalidade infantil; Aumento das taxas de desemprego; Aumento da marginalização; Atraso no processo econômico; Aumento dos índices de violência e criminalidade; Desalento social entre outros (MYRDAL, 1957; SEN, 2001). Autores como Sen (2000) e Myrdal (1957) explicam em suas obras que a equalização e a diminuição das desigualdades socioeconômicas se apresentam como caminhos para que esses fenômenos possam ser superados.

Assim como as desigualdades produzem efeitos negativos, a sua redução produz efeitos positivos, em ambas isso ocorre de forma circular e cumulativa o que em longo prazo pode ser benéfico, pois, fomenta o desenvolvimento ou maléfico ao colaborar para perpetuação do subdesenvolvimento. Myrdal (1960) foi o primeiro a perceber e ressaltar a natureza auto cumulativa das desigualdades regionais como um processo dificilmente reversível em qualquer sistema econômico, face aos mecanismos de causação circular. De acordo com a conceituação de Myrdal, esta causação compreenderia dois tipos de autoindução: a) "efeitos dinâmicos" que impulsionariam os polos de crescimento; b) "efeitos de atraso" impelindo a auto deterioração das áreas atrasadas.

Na prática esses efeitos propiciam maior concentração e crescimento, em determinados polos e atraso em outras regiões. E isso acontece de forma auto cumulativa, favorecendo a crescente desigualdade nas regiões mais periféricas do país. Sabe-se que o processo de desenvolvimento em si promove desigualdades econômicas e regionais em um país, criando

economias externas favoráveis à sua continuidade. A expansão de uma determinada região tende a produzir efeitos regressivos em outras. Entre esses efeitos estão: a migração da população mais jovem em idade apta para o trabalho, bem como de profissionais técnicos mais qualificados; o movimento de capital em busca de taxas de retornos mais elevadas; e o comércio que se desloca para as áreas centrais em busca de maior contingente de demanda. Estes são, sem dúvida, os meios pelos quais o processo de acumulação de capital se desenvolve para cima nas regiões mais desenvolvidas, e para baixo nas mais pobres (MYRDAL, 1960).

Segundo Myrdal (1960) as teorias econômicas em geral não foram construídas para compreender a realidade das grandes desigualdades econômicas e dos processos dinâmicos de subdesenvolvimento e desenvolvimento. O que dificulta a formulação de teorias que levem a reversão dessa realidade. Nos primórdios o objetivo da teoria econômica se detinha a compreender e explicar assuntos relacionados à micro e macroeconomia. As desigualdades inicialmente, eram área de estudo das ciências sociais e mais recentemente da teoria do desenvolvimento. Como as desigualdades estão relacionadas a aspectos econômicos, acredita-se que é a ciência econômica que deva trazer respostas, entretanto as desigualdades também envolvem aspectos sociais como educação, saúde, liberdade, oportunidades entre outros, que são igualmente fundamentais para reversão dessa situação, e nisso as demais teorias, formuladas pelo direito, sociologia e geografia se destacam, pois trazem respostas contundentes as quais não poderiam ser trazidas pela teoria econômica uma vez, que, não foram construídas para esse escopo.

Para Rocha (2000) no caso do Brasil a pobreza está ligada à alta desigualdade de renda cuja origem remonta ao passado colonial escravocrata. A autora classifica os países com alto índice de pobreza em dois grupos, o primeiro grupo representa os países cuja renda nacional é incapaz para garantir o mínimo considerado vital para cada cidadão. O segundo grupo descreve países onde a pobreza absoluta ainda permanece por conta da desigualdade da renda, haja vista que a renda nacional é suficiente para garantir o mínimo necessário, mas não garante esse mínimo aos cidadãos. De acordo com autora, o Brasil se enquadra no segundo grupo.

O Brasil, em razão de sua formação territorial e histórica, é um país de grandes desigualdades. Elas ficam mais evidentes quando se compara dados referentes às regiões brasileiras. A região Sul, Norte e Sudeste apresentam menor desigualdade socioeconômica. No entanto, o Centro-Oeste e o Nordeste apresentam os maiores índices de Gini com 0,573 e 0,575 respectivamente, sendo consideradas as regiões mais desiguais do país,

superando a média registrada pelo Brasil 0,566 (ATLAS 2020). Ou seja, a região Centro Oeste onde se localiza o estado de Mato Grosso do Sul e os municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense, apresentam elevada desigualdade quando se compara as demais regiões brasileiras.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) classifica o Brasil entre os dez países mais desiguais do mundo, no que diz respeito às desigualdades. O levantamento tem como base o coeficiente Gini<sup>9</sup>, que mede desigualdade e distribuição de renda. Sendo o Brasil o sétimo país mais desigual do mundo, com coeficiente de Gini de 0,533. Ao mesmo tempo em que o país possui cidades e regiões desenvolvidas como é o caso das regiões Sul e Sudeste, é possível encontrar outras que apresentam menor desenvolvimento, como as regiões Norte e Nordeste bem como os municípios localizados sobre a faixa de fronteira, com destaque para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense abordada neste trabalho, localizada na região Centro Oeste do Brasil. Segundo Barbosa; Moreira; Marin, (2019 p. 05)

A pobreza brasileira possui raízes históricas que remonta ao período escravocrata e que seu enfrentamento requer medidas amplas que extrapolam as medidas conjunturais de promoção do crescimento econômico e de intervenção do mercado de trabalho, abarcando políticas sociais de transferência de renda, promoção de educação, saúde, nutrição, investimentos em infraestrutura urbana que promovam melhorias nas condições de vida domiciliares e habitacionais, além de outras medidas, dado o caráter multidimensional do problema, ampliando os functionings e capacitações básicas das pessoas.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) analisaram o retrato de uma estabilidade inaceitável na desigualdade e pobreza no Brasil. Segundo os autores, nas décadas anteriores ao ano 2000, confirmou-se uma tendência de grande desumanidade na distribuição da renda e altos níveis de pobreza no país. No entanto, para eles, o Brasil no início do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente desigual, com muitos pobres.

Essas desigualdades vão muito além da renda das pessoas e passam por questões de acesso a saúde, saneamento básico, transporte e infraestrutura. De acordo com Ribeiro (2019) fatores históricos e geográficos contribuíram para concretização dessa realidade, tais como: a) Ocupação do Território: a ocupação do Brasil se deu a partir do litoral, transformando essa parte do país de forma mais intensa e tornando-a mais densamente povoada. b) Industrialização: por

---

<sup>9</sup> O coeficiente de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Fonte: IPEA, disponível em: <https://bit.ly/32VSYnh> Acesso em: 16 nov. 2020.

ser a região mais ocupada, a zona litorânea do Sul e Sudeste apresentaram maior concentração industrial o que impacta na qualidade de vida dessa população. c) Mão de obra e matéria-prima: O progresso do Brasil é fruto de ciclos econômicos direcionados somente para um tipo de produção, como foi no ciclo de produção de café, cana-de-açúcar e, posteriormente, a atividade mineradora, e essas atividades se concentravam também nas regiões Sul e Sudeste.

A partir desses fatores, as regiões que possuem estados nas porções oeste e norte do Brasil tiveram uma ocupação e industrialização mais tardias. De acordo com Scherma e Vreche (2016) as regiões mais a oeste do Brasil (notadamente as fronteiras) nunca foram prioridade na política nacional, uma vez que a economia se voltava para a exportação. Essas características impactaram negativamente no desenvolvimento de seus estados. A Faixa de fronteira sul mato-grossense faz parte da região Centro-Oeste do país, e vive os reflexos do baixo desenvolvimento consequentes dessa dinâmica. De acordo com Myrdal (1970, p.62) "A desigualdade econômica pela fixação da desigualdade social tende, portanto, a impedir o desenvolvimento". Sendo assim quanto maiores forem às desigualdades socioeconômicas presentes numa dada região, menores são suas chances de alcançar o desenvolvimento.

Assim, após estabelecido o que são as desigualdades, como elas surgiram, e qual seu percurso ao longo da história, surgem no final da década de 1980 a necessidade de métricas e instrumentos para medir e retratar essas realidades, e, é nesse momento que surgem os primeiros indicadores de desenvolvimento. Na seção a seguir serão apresentados os principais instrumentos de mensuração do desenvolvimento e como eles surgiram ao longo do tempo.

### 1.3.1 O SURGIMENTO DE INSTRUMENTOS DE MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

No início da década de 1990 houve-se uma evolução no debate a cerca do desenvolvimento, que já vinha desde o fim da Segunda Guerra. Após o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ampliar o conceito acerca do desenvolvimento humano, com a apresentação de uma ferramenta de mensuração, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Criado em 1989 por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. O índice foi inspirado numa abordagem multidimensional, permitindo medir o

progresso do desenvolvimento ao longo do tempo, podendo fazer comparações entre regiões (BOISER, 2001).

A partir desse momento o crescimento econômico passou a ser visto como um dos componentes do desenvolvimento e não mais, o único. Mesmo estando sempre em alta no discurso social ao longo do tempo o crescimento econômico passa a ser estabelecido na literatura apenas como um dos elementos do desenvolvimento, o qual também é composto pelo social, político, cultural e ambiental. Sendo assim o que passou a ser medido foi o nível de desenvolvimento humano, que em essência expressa o desenvolvimento do indivíduo em um dado local nos seus diferentes aspectos, levando em conta elementos essenciais para o desenvolvimento, como educação, saúde e renda.

Assim, o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas (SEN, 2000). Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim.

O conceito de desenvolvimento também parte do pressuposto de que para medir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O IDH surge como uma medida geral sintética do desenvolvimento humano, entretanto apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento ele não abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, devido à complexidade e variedade das variáveis que o compõem. Democracia, participação, equidade e sustentabilidade são alguns dos muitos aspectos do desenvolvimento que não são contemplados pelo IDH.

Segundo o PNUD (2019) o foco central do IDH é oferecer uma alternativa a índices diretos, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH propõe observar o grau de desenvolvimento humano presente em determinado município, estado, país ou região. Com isso, são utilizados indicadores de saúde, renda e educação. Esse indicador tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate. Porém por utilizar dados do censo demográfico, sua atualização ocorre a cada dez anos, o que dificulta análises mais específicas e detalhadas de maneira anual ou por períodos menores.

Devido a essa especificidade e da necessidade de haver indicadores semelhantes que mensurem o desenvolvimento humano de maneira anual foi criado no Brasil em 2008 pela Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro, (FIRJAN) o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) um indicador de qualidade de vida semelhante ao IDH, porém possuindo periodicidade anual. Sua composição também considera as três áreas essenciais do desenvolvimento humano: emprego e renda; educação; e saúde. Os quais são calculados com base em estatísticas públicas oficiais.

De acordo com a Firjan (2018) os resultados do IFDM são divulgados nas três dimensões do desenvolvimento: IFDM-Emprego e renda (IFDM-ER), IFDM-Educação (IFDM-ED) e IFDM-Saúde (IFDM-SA), além do IFDM geral calculado pela média aritmética desses três últimos. O IFDM, em qualquer área do desenvolvimento, varia de 0 a 1, possibilitando ranquear os municípios para comparação. A Firjan trabalha com quatro níveis de classificação de desenvolvimento: baixo, para IFDM entre 0,000 e 0,399; regular, para IFDM entre 0,400 e 0,599; moderado, para IFDM entre 0,600 e 0,799; e alto, para IFDM entre 0,800 e 1,000. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Os dados do IFDM possibilitam determinar com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Uma vez que as variáveis são selecionadas de forma a observar a realidade do município, ou seja, o IFDM faz uma análise, com base em dados específicos e mais detalhados, mensurando assim o desenvolvimento com mais exatidão. Assim devido a essas características e por possuir periodicidade anual essa pesquisa fará uso do IFDM para analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense.

Outro indicador que auxilia na compreensão acerca do desenvolvimento é o Coeficiente de GINI, esse indicador é um dos principais índices de desigualdade utilizados atualmente, o GINI é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento “Variabilità e Mutabilità” em 1912. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo ser usado também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada

têm). Assim, quanto mais próximo de 0 menor é a desigualdade e concentração de renda presente, seja no município, estado, país ou outros recortes geográficos.

Segundo (HOFFMANN, 1998) uma das principais vantagens do coeficiente de GINI é que ele é uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão, ao invés de uma variável representativa da maioria da população, tais como renda per capita ou do produto interno bruto. Ele pode ser usado também para comparar as distribuições de renda entre diferentes setores da população, tais como as zonas urbanas e rurais. É um índice suficientemente simples e facilmente interpretado, especialmente quando comparações são feitas entre países. Por ser simples, ele permite também uma comparação da desigualdade entre economias através do tempo.

Ao longo do tempo, outros indicadores foram sendo criados com o intuito de auxiliar e balizar o entendimento sobre as questões de desenvolvimento nas mais diversas áreas da sociedade, como por exemplo: Indicadores de saúde, educação, emprego, sustentabilidade, pobreza, evolução da informática entre outros. No entanto, não nos atentaremos neste trabalho a explicar cada um em específico. Nossa atenção se voltará apenas para o IDH, IFDM e Coeficiente de GINI, por serem mais conhecidos e por serem utilizados nesse trabalho.

No capítulo a seguir, serão apresentadas as principais questões que permeiam e constituem a realidade das regiões de fronteiras, e propriamente os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Serão abordados os aspectos e similaridades desses municípios e os entraves fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico destes territórios.



## **2. A FRONTEIRA E SUAS SINGULARIDADES: CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM**

Este capítulo contempla reflexões sobre as fronteiras e suas singularidades, expressas nas suas multiformas no loco fronteiriço. O intuito é apresentar os aspectos e fatores que caracterizam e constituem o território fronteiriço. O capítulo está dividido em duas seções, a primeira apresenta a Dinâmica fronteiriça e o desenvolvimento socioeconômico. A segunda se destina a contextualização da Faixa de Fronteira Brasileira e Sul Mato-Grossense.

### **2.1 DINÂMICA FRONTEIRIÇA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

As regiões de fronteira possuem características diferenciadas, seja na sua formação histórica, interação existente, conflitos, comércio, migrações entre outras, além de apresentarem potencialidades que as distinguem das demais regiões. Esses elementos estão em constantes transformações, e geralmente nessas regiões acontecem de maneira mais rápida que o normal, uma vez que, essa dinâmica é afetada por dois países. Apesar de possuir características diferenciadas de outros territórios, a discussão a respeito das fronteiras internacionais tem-se ampliado a partir da década de 1990, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional (GHETTI, 2008).

Apesar de estar inserida nos debates públicos a mais de trinta anos, os resultados efetivos na transformação da realidade fronteiriça e promoção do bem-estar social, são poucos, e quando existentes são ineficientes no alcance dos resultados esperados. Ao longo desse período muitos projetos, planos, comissões, núcleos e grupos de trabalho foram criados, o que culminou na elaboração de planos e políticas de integração que visavam o desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira, porém a maioria destes, não saiu do papel. De acordo com Pêgo (2019) das ações iniciadas muitas não tiveram continuidade, ou quando realizadas alcançaram poucos resultados.

A região fronteiriça é marcada por singularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais que as diferenciam das demais regiões brasileiras. Essas regiões são permeadas por conflitos, desigualdades socioeconômicas, criminalidade, poucas oportunidades de trabalho, baixos índices de educação, saúde e renda além de apresentarem baixo desenvolvimento e crescimento econômico. De acordo com Albuquerque (2008, p.8) a fronteira é formada a partir de diferentes frentes que entram em conflito e obedecem a distintas visões de mundo: "As zonas

de fronteiras são campos de força e choques políticos e simbólicos, mas também de variadas misturas culturais e formas de integração". Para Brito (2018) entende-se que as fronteiras geralmente são vistas como uma zona territorial, por se tratarem de um espaço formado por relações sociais distintas, de um lado, e por limites geográficos e políticos, de outro.

Segundo Torres (2004) o termo fronteira pode ser entendido tanto como a fronteira política de um território, como também pela área limite da expansão (demográfica e econômica) de uma dada sociedade. De acordo com Brito (2018) o conceito de fronteira pode ser entendido como um espaço que possui dinâmicas territoriais complexas por se encontrar dividido em pelo menos duas partes, no qual os lados podem estar tanto unidos como separados. Ou seja, as relações de poder advindas do seu caráter internacional estão intrinsecamente ligadas com as funções que ali serão construídas/exercidas.

Para Martins, (2009); Albuquerque, (2008) e Hannerz, (1997) a fronteira é região em movimento, sendo assim, a vida na fronteira é alterada frequentemente dependendo dos interesses sociais locais. Segundo Martins (2009, p.7), "a realidade de fronteira em movimento deve ser compreendida como um lugar de conflito e alteridade entre "nós" e os "outros" e como um espaço de varias temporalidades". Para Albuquerque (2008) a fronteira em movimento é formada a partir de diferentes frentes (demográfica, econômica, pioneira etc.) que entram em conflito e obedecem a distintas visões de mundo.

Complementado Hannerz (1997) acredita que as fronteiras em movimento são também espaços de muitas misturas e fluxos culturais. A fronteira é percebida também como travessia, lugar de passagem, de contato e espaço privilegiado para integração entre as nações. O Estado nacional não é o detentor de uma cultura homogênea, o que existe são fluxos, "entre lugares" e hibridismo cultural.

Segundo Albuquerque (2009, p.27) "Nesses territórios fronteiriços, os habitantes de cada país entram em contato, tanto harmonioso como conflituoso – com os vizinhos, e na relação entre “nós” e “eles” é produzido todo um conjunto de representações e configurações sociais possíveis". Desse modo é pela interação social que são formadas/construídas as relações que constituem a dinâmica da fronteira.

De acordo com Ghetti (2008) a fronteira pode ser entendida tanto como elemento de aproximação, de integração entre sociedades, propiciando contatos espontâneos e naturais, ou seja, zona de intercâmbios econômicos e sociais, como também elemento de desintegração, dividindo territórios. Essa definição se aproxima da concepção de fronteira, limite dos estados

nacionais, proposta por Castello (1995, p.18) "A fronteira é, a um só tempo, área de separação e de aproximação, linha de barreira e espaço polarizador. É sobretudo, um espaço de tensões, de coexistência das diferenças, e do estabelecimento de novas realidades socioculturais".

Oliveira (2019) destaca que a fronteira é um local privilegiado de interações entre povos e de antigas reivindicações políticas que descem das altas esferas estatais até o cotidiano vivenciado pelas pessoas que vivem nesses ambientes. Ou seja, a fronteira e seus fluxos territoriais propõem um cenário que propicia interações singulares no cotidiano dos residentes fronteiriços.

De acordo com Albuquerque (2009, p.23) "as fronteiras nacionais e sociais podem ser vistas como marcos de diferenças culturais entre as populações que se encontram em situações fronteiriças, mas também como espaços privilegiados de contato e de trocas materiais e simbólicas". Assim a fronteira se constitui em uma região rica em diversidade e integração sociocultural.

Desse modo as fronteiras como elemento de integração, é explicada por Reichel e Gutfreind (1995, p.3):

Ela propicia contatos espontâneos e naturais, responsáveis pelo surgimento de interesses socioeconômicos e culturais comuns. [...] pode ser entendida como zona de intercâmbios econômicos e de integração humana que se superpõe às determinações dos estatutos políticos de soberania de um Estado sobre um território.

A integração é complexa na fronteira devido aos diferentes aspectos que a constituem, essa região não é estática e está em constante movimento, cada país possui sua legislação, cultura, economia, idioma, entre outros aspectos que se misturam e dificultam o processo de interação e integração. Essa pluralidade das fronteiras (políticas, jurídicas, econômicas, culturais e simbólicas) entre classes, etnias, gênero, nações e civilizações, é o que torna a integração mais difícil e complexa nas fronteiras.

Em relação à essa integração complexa na fronteira, Lamberti (2006, p. 22) sintetiza que:

A complexidade está pautada no comportamento e combinação de leis e regras que ora se sobrepõem, ora se mesclam, ora são fontes de contradições dependendo dos diferentes momentos das relações entre os países. As linhas de fronteira estão contidas no interior dos territórios de fronteira que são espaços transnacionais embalados por um conjunto de múltiplas relações (econômicas, sociais, políticas, trabalhistas, culturais e pessoais). Os limites sócio antropológicos da fronteira fazem com que a sociedade que a habita seja constituída de inúmeras especificidades.

Ou seja, a dinâmica desses territórios está permeada por múltiplas relações transnacionais as quais constituem os fluxos territoriais complexos que ultrapassam os limites geopolíticos estabelecidos e impactam na realidade cotidiana local de diversas maneiras (BRITO, 2018).

De acordo com Lamberti e Martins (2010) a complexidade fronteiriça se instaura no fato da fronteira ser considerada um cenário que carrega historicidades a cada transformação social, econômica, cultural e política. Isto pode ser observado principalmente nas denominadas cidades gêmeas, que são vistas como a caracterização mais evoluída do que vem a ser uma área de fronteira, pois “por si só já é algo específico e, quando a essa condição somam-se o caráter internacional e o processo de conurbação, as particularidades se multiplicam” (LAMBERTI; MARTINS, 2010, p. 23).

Ainda segundo Lamberti (2006) nessa região ocorrem diferentes processos de integração, sejam culturais, sociais, econômicos, políticos e etc, e de conflitos que em geral não estão previstos na forma de leis, normas ou regulamentações. De acordo com a autora “as interações em território de conurbação internacional apresentam implicações, haja vista a incidência e sobreposição de fatores e variáveis de diferentes nacionalidades. O resultado é um ambiente complexo do qual derivam diferentes problemáticas” (LAMBERTI, 2006, p. 38).

Assim a fronteira caracteriza-se por uma mescla de culturas, identidades e problemáticas. De acordo com Arce (2000, p.127) "*La frontera es una gramática abierta, un texto inconcluso que se elabora desde múltiples miradas y acepta muchas lecturas*". A fronteira é singular nas suas mais variadas expressões, os limites não correspondem aos limites socioculturais, sendo assim a economia a cultura o trabalho os problemas, saúde, educação e etc, se mesclam ora homoganeamente e em alguns aspectos heterogeneamente, de forma a culminar no que chamamos de dinâmica fronteiriça, ou seja, características próprias de cada país que ao se misturarem no *locos* da fronteira, formam a dinâmica fronteiriça. Em seus trabalhos (ANZALDA, 1987; ARCE, 2000; LUGO, 2003) concluem que as fronteiras entre países são espaços de trocas e de fragmentações culturais.

Deste modo, a realidade de regiões fronteiriças se mostra diferente das demais regiões com certas especificidades que merecem atenção. Ao longo do tempo as regiões de fronteira têm sido caracterizadas não apenas como um espaço físico, que se denomina fronteira nacional capaz de delimitar e limitar espaços nacionais, mas como um espaço no qual diferentes interesses e objetivos dialogam e, ao dialogarem, elementos que são de natureza econômica,

cultural e humana extrapolam as fronteiras físicas dos estados, transformando-as em espaços marcados por multipolaridades.

Nesse sentido, a realidade da fronteira é complexa e desafia os planos e políticas estatais que pretendem regular as relações sociais e promover o desenvolvimento socioeconômico desse território, questionando sua eficácia, ao mesmo tempo em que requer uma nova maneira de compreensão dessa realidade (MACHADO, 1998).

Para melhor compreensão do contexto da fronteira é importante diferenciá-la quanto ao conceito de limite, este de acordo com Machado (1998) é um termo criado para tratar onde termina a ligação interna de uma unidade político-territorial. Desta forma o limite será uma espécie de controle realizado através de acordos diplomáticos, a fim de delimitar a jurisdição do Estado Nação, sendo assim as normas e regulamentos são mecanismos de proteção do território nacional, que regulamentam a circulação de pessoas e mercadorias nas mais diferentes regiões de fronteiras.

Diferente de limite que tem como objetivo regulamentar a questão territorial e resguardar o limite, a fronteira se representa pela legitimação da livre circulação, conforme Machado (1998, p.42):

A fronteira está orientada para fora (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados para dentro (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos ao governo central, o limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono.

A partir dessa diferenciação dos conceitos de limite e fronteira, é importante ressaltar que para entender o contexto de regiões de fronteira exige-se uma compreensão da totalidade, sendo importante uma visão interdisciplinar. Uma vez que essa visão permite entender com mais clareza as singularidades que envolvem a dimensão da existência da fronteira. Sendo assim, existem pontos essenciais que permeiam a dinâmica fronteiriça, diferenciando-as de outras regiões como: Pluralidade cultural; Existência de conflitos; Desigualdade e pobreza entre outros. Salientamos que a intenção deste trabalho não é esgotar a discussão sobre todas as singularidades que formam a dinâmica fronteiriça, mas apenas ressaltar as principais características as quais envolvem o objetivo deste trabalho e colaboram para o entendimento do leitor sobre do tema discutido.

No que se refere a pluralidade cultural presente na convivência dos povos nas regiões de fronteiras Martins (2009, p.26) explica que:

[...] é uma situação de convivência marcada pela pluralidade cultural e social e pelo estabelecimento de um espaço inteiramente novo na relação com o outro, ou seja, um espaço de afirmação e reconhecimento da diferença que dá sentido à existência dos diferentes povos.

É nessa multiplicidade, manifestada pela pluralidade cultural dos povos que vivem na fronteira, que surgem os conflitos sociais, econômicos, culturais e ambientais que se tornam característicos na região. Sendo marcada pelas disputas de poder potencializadas pela globalização e expansão capitalista como bem diz Martins (2009, p.11): "[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...] É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico".

A fronteira vista num espaço de conflito e disputas culturais é considerada uma nova perspectiva no estudo das fronteiras, não sendo abordada apenas por Martins, (2009). A exemplo, tem-se Albuquerque (2010, p.36):

Os limites políticos e jurídicos das soberanias nacionais são territórios de disputas, barreiras, passagens e terras de ninguém. Eles simbolizam aparentemente a fixidez das nações alicerçadas em territórios claramente demarcados. Entretanto, as fronteiras nacionais estão em movimento, impulsionadas por fluxos migratórios, estratégias geopolíticas, influências econômicas e culturais de determinados países sobre outros e por diversas formas de circulação de mercadorias nos espaços fronteiriços.

Nessa perspectiva de conflito Albuquerque (2010) alega que a fronteira tem sua representação negativa potencializada com a influência da mídia no imaginário popular, pois divulga-se a fronteira como um local de perigo, ilegalidade e violência, sendo descritas como "terra de ninguém" de acordo com o autor, o desencontro e o conflito se referem às diferentes concepções de mundo que cada grupo de pessoas que residem nessa localidade possui e o desencontro se dá a partir dos sujeitos pertencentes à região de fronteiras que se encontram em tempos históricos diversos, haja vista a multiculturalidade, sendo que o conflito social esta constantemente presente nessas regiões fronteiriças.

A pobreza e a desigualdade são outras questões muito presente nos municípios situados na faixa de fronteira, essas regiões apresentam menor desenvolvimento socioeconômico, ou seja, menores indicadores para educação, saúde, emprego e renda. O que afeta conseqüentemente o bem-estar de sua população.

Assim dentro do contexto fronteiriço é notável que o baixo desenvolvimento socioeconômico em certa medida atrapalhe parte da população e nesse caso principalmente os

mais pobres a alcançarem condições dignas de moradia, alimentação, trabalho e bem-estar. Geralmente em regiões com baixo desenvolvimento socioeconômico tem-se de um lado o desemprego conjuntural que varia de acordo com as flutuações da atividade econômica e por outro temos o desemprego estrutural<sup>10</sup> que cresce naturalmente com a evolução tecnológica. O desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao político, cultural, ambiental e social que parte da percepção das desigualdades entre países e da disparidade entre regiões, sendo assim, as diferenças regionais são constantes. Segundo Galvão (2004, p. 23):

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens.

Para Sachs (1986, p.28) "o próprio conceito de desenvolvimento pertence mais a esfera da ética do que da economia". Isso porque o desenvolvimento em sua essência e uma vez alcançado promove bem-estar social, proporcionando oportunidade e liberdade de escolha para que os indivíduos exerçam os fins aos quais almejam (SEN, 2000). Entender o desenvolvimento apenas no aspecto econômico é uma visão medíocre do que de fato a palavra desenvolvimento expressa em seu sentido multidimensional.

Em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil e principalmente nas regiões de fronteira existe uma clara discrepância nos indicadores socioeconômicos em comparação com as regiões centrais. Os municípios localizados sobre a faixa de fronteira apresentam de maneira acentuada maior exclusão das pessoas menos favorecidas economicamente a liberdades básicas voltadas às áreas da saúde, educação, moradia, entre outros aos quais muitos não têm acesso ou são privados devido à condição econômica em que vivem. A esse respeito Sen (2000, p. 29) destaca:

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura.

---

<sup>10</sup> É a falta de trabalho que tem como principais causas as mudanças estruturais na economia. Essas alterações podem ser novas tecnologias nos processos produtivos, novos padrões de consumo, transformação nos modelos de negócio, entre outros fatores que impactam o mercado, levando ao aumento no número de desempregados.

Países e regiões que apresentam baixo desenvolvimento socioeconômico com destaque para regiões de fronteira necessitam de políticas e programas voltados para a reversão dessa situação. Na visão de Sen (2000), desenvolvimento é a realização das potencialidades do homem, é fornecer insumos para que ele possa dotar-se de instrumentos que o possibilite sentir-se capaz e responsável por intervir na sua própria realidade. Desenvolver é empoderar os indivíduos, ampliar a consciência sobre a sua condição, aumentar a sua capacidade de ação e sua liberdade substantiva. Neste sentido, ter poder é ter acesso a recursos que permitam ao sujeito renegociar as suas formas de inserção social.

O desenvolvimento regional, como transformação social, ocorre de modo diferenciado de acordo com o contexto e em função dos atores direta e indiretamente envolvidos no processo. Entretanto, projetos de cunho regional para que tragam reais benefícios aos atores envolvidos devem estar conectados a um contexto mais amplo, global, mas sem deixar de considerar as peculiaridades do contexto de referência em que está inserido. A seguir, a próxima seção apresenta como a faixa de fronteira é constituída e suas principais características.

## 2.2 A FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA E SUL MATO-GROSSENSE

Ao falarmos sobre o tema fronteiras no Brasil precisamos entender que existem diversas e complexas fronteiras. Em sua extensão, a fronteira não só se avizinha a diferentes países, como percorre paisagens, culturas e interesses econômicos que demarcam especificidades e fazem emergir a diversidade fronteira. Diferente de outras regiões do país, nessas fronteiras se desenvolvem relações muito mais complexas, em mais níveis escalares, com grande diversidade e hibridismo cultural, há extensas áreas com baixa densidade demográfica e alta concentração de pobreza (PÊGO, 2019).

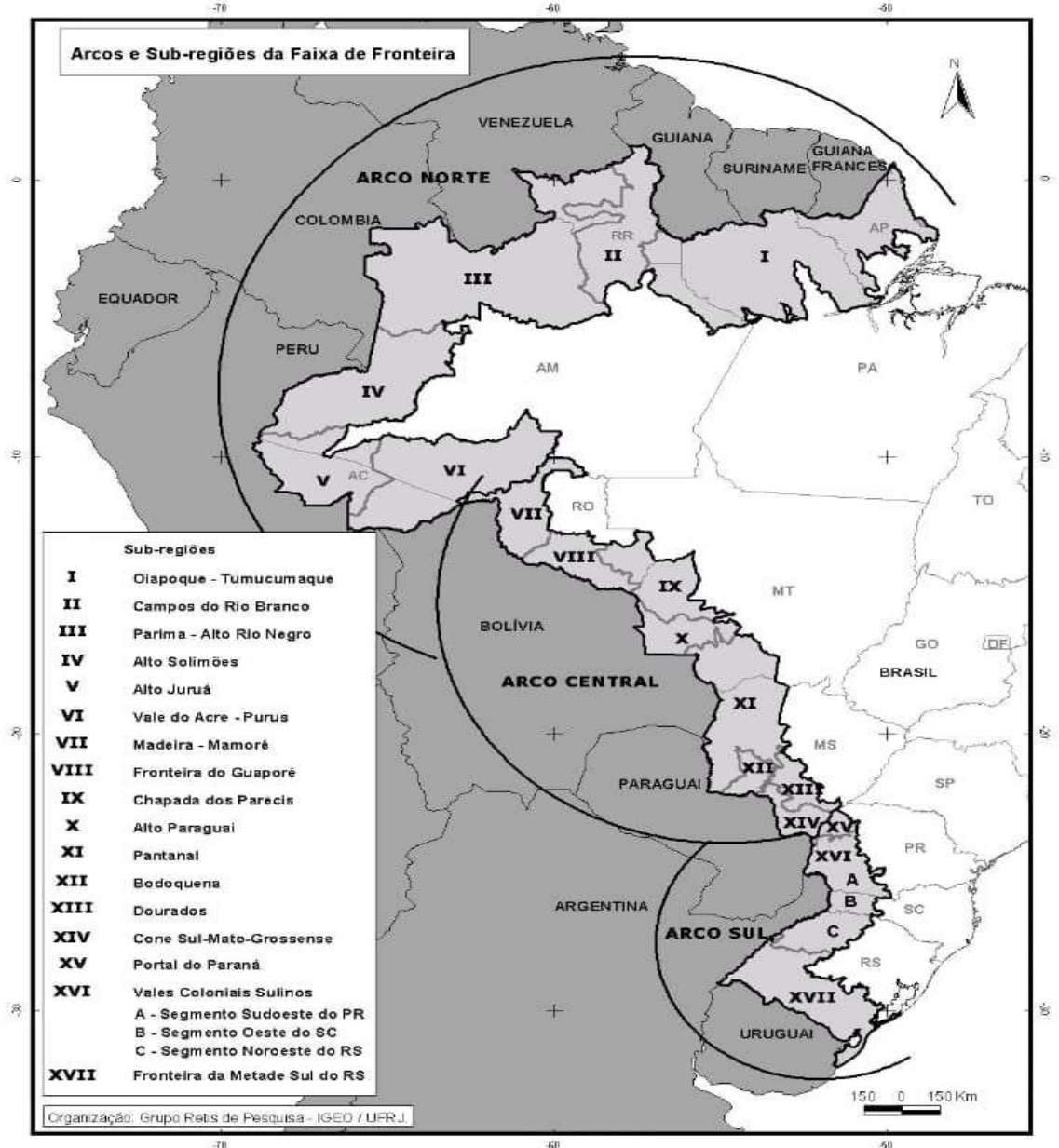
A faixa de fronteira é definida juridicamente e de forma diferente por cada Estado-nação. Por ser em geral uma área vulnerável, esses Estados-nação investem na segurança nacional, com o intuito de proteger seus territórios. De forma complementar, Albuquerque (2010, p. 33) ressalta que “as fronteiras não são somente marcos de delimitação fixados no território físico. Elas representam o fim e o início da jurisdição estatal, os limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria”. Por este motivo, a constituição da faixa de fronteira internacional é algo relativo e variável de país para país.



No Brasil a faixa de fronteira é a região de influência do limite político internacional, definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, como a área composta pelos municípios total ou parcialmente inseridos em uma faixa interna de 150 km de largura paralela ao limite internacional. Histórica e politicamente constituída, a Faixa de Fronteira, é normatizada pela Constituição Federal (1988), a qual delimita a extensão de 150 km de largura, paralela a linha divisória terrestre brasileira. Atualmente o Brasil faz fronteira com dez países, sua faixa de fronteira correspondente a 27% do território nacional, compreende 588 municípios, distribuídos em 11 Unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina (IBGE, 2020).

De acordo com o Censo de 2010 realizado pelo IBGE do ponto de vista populacional, a faixa de fronteira brasileira registra aproximadamente 10,7 milhões de habitantes, representando 5,7% da população brasileira. O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005) dividiu a faixa de fronteira em três grandes Arcos. Para realização dessa divisão foram adotados critérios baseados nas diferenças na base produtiva e na identidade cultural. Separando-os assim em três Arcos: Norte; Central e Sul, conforme demonstrado na figura 1 a seguir.

Figura 1: Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira



Fonte: Grupo Rets (2005).

Como se pode observar na Figura 1, o Arco Central abrange a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul o qual é o objeto de estudo deste trabalho. Ao todo o Arco Central é dividido em oito sub-regiões VII Madeira-Mamoré; VIII Fronteira do Guaporé; IX Chapada dos Parecis; X Alto Paraguai; XI Pantanal; XII Bodoquena; XIII Dourados e XIV Cone Sul-Mato-Grossense. Os critérios para essa divisão foram realizados levando em conta a diferença na base produtiva, economia, identificação cultural e aspectos ambientais e geográficos.

As sub-regiões possuem grande diversidade nos tipos de organização territorial. A unidade do Arco Central deriva do caráter de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do país

e de sua posição central no subcontinente. Além de possuir as duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas, a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná-Paraguai (BRASIL, 2005). Essas características tornam o Arco Central diferenciado dos demais, marcado principalmente pelo bioma, produção e cultura local.

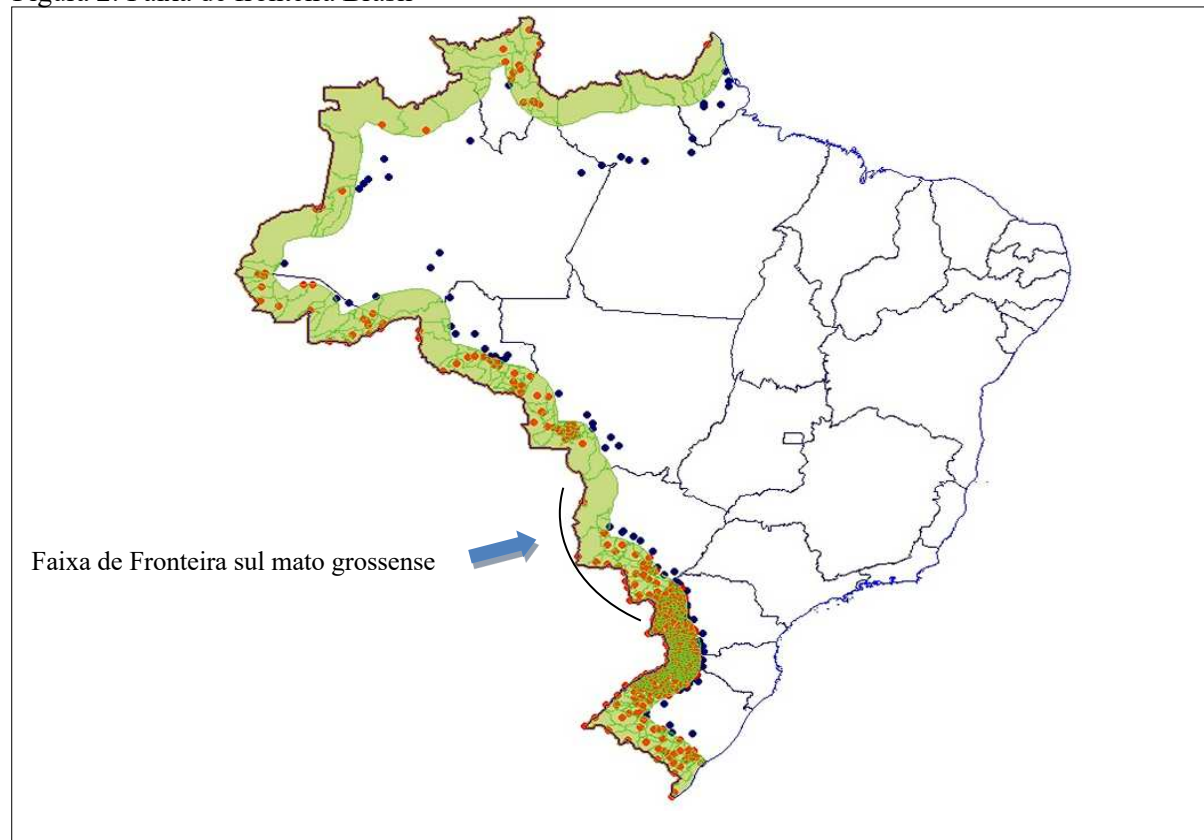
Em relação a seus aspectos econômicos de acordo com Brasil (2005) as atividades produtivas predominantes no Arco Central são: Criação de gado de corte de forma extensiva; Plantio de soja, milho, cana de açúcar entre outros; e indústria e comércio ligados à cadeia agropecuária. A região se destaca por atividades voltadas ao setor primário com atividades de extrativismo vegetal e animal. Outras características que as distinguem são a alta concentração latifundiária além da baixa densidade demográfica.

A cultura no Arco Central é constituída pela transição entre o Arco Sul claramente identificado com a cultura europeia de descendentes de imigrantes colonos, principalmente italianos e alemães que se misturam com cultura dos diversos grupos indígenas amazônicos do Arco Norte (BRASIL, 2005). É através dessa mescla cultural de povos e costumes diferentes que se constituem a cultura do Arco Central Brasileiro, marcado pelos diferentes povos e tradições que formam a cultura sul mato-grossense.

As interações fronteiriças no Arco Central também são marcadas pelos ilícitos das mais variadas ordens, que acabam sendo entraves para seu desenvolvimento. Com destaque para o tráfico de maconha e cocaína, procedentes, respectivamente do Paraguai e da Bolívia, além do alto contrabando de madeira em tora, soja, cigarro, produtos eletrônicos e etc (BRASIL, 2005). Entende-se que essas atividades formam negócios ilegais que envolvem tanto brasileiros, paraguaios e bolivianos, estimulando assim, da pior maneira possível a economia urbana das localidades fronteiriças, uma vez que esses "negócios" atraem indivíduos de todas as regiões do país sem comprometimento nenhum com o lugar, o que afeta não só os municípios lindeiros, como também os municípios que não fazem fronteira, mas estão sobre a faixa de fronteira.

O estado de Mato grosso do Sul está localizado no Arco Central, sendo caracterizado especialmente a partir do Pantanal pelo predomínio de população parda, brancos e negros em municípios de antigos quilombos em Mato Grosso. A faixa de fronteira sul mato-grossense possui 143 mil quilômetros quadrados, o que representa 40% dos 357,1 mil km<sup>2</sup> que formam o território de Mato Grosso do Sul. Pela figura 2 é possível observar a faixa de fronteira nacional, como também em destaque, a faixa de fronteira sul mato-grossense a qual é objeto desse estudo.

Figura 2: Faixa de fronteira Brasil



Fonte: Adaptado pelo autor a partir Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020).

Mato Grosso do Sul é um estado jovem, em 11 de outubro de 1977, foi aprovada a lei complementar nº 31 assinada pelo presidente Ernesto Geisel que desmembrou a parte sul de Mato Grosso, transformando-a no estado de Mato Grosso do Sul. O crescimento econômico do estado se deu desde seu início em grande medida pelo extrativismo vegetal e a criação de gado, inicialmente a economia dessa região era voltada para o cultivo e beneficiamento da erva mate, posteriormente passou-se extrair a madeira das vastas florestas que abrangiam o estado. E atualmente a economia é baseada na produção extensiva com predomínio do cultivo da soja, milho e cana de açúcar e na criação de gado. Apesar da relevância do setor agropecuário o setor que mais contribui para o PIB de Mato Grosso do Sul é o terciário (comércio e serviços) representando em 2017 uma porcentagem de 60,33% no valor adicionado da economia, seguido pelo setor secundário (atividades industriais) pesando 22,10%, o setor agropecuário apresentou uma contribuição de 17,60% (IBGE, 2017).

O estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios e destes 44 fazem parte da faixa de fronteira sul mato-grossense, sendo classificados em municípios sobre a faixa de fronteira, que estão em linha de fronteira e que são cidade-gêmea. Dos municípios sobre a faixa de

fronteira sul mato-grossense, 6 são cidades-gêmeas sendo eles: Bela Vista – Bella Vista Norte, Coronel Sapucaia - Capitán Bado, Corumbá – Puerto Quijarro, Mundo Novo – Salto del Guairá, Paranhos - Ypehú e Ponta Porã - Pedro Juan Caballero. As cidades gêmeas podem ser compreendidas como aquelas cuja sede se localiza no limite internacional e cujo território do município faz limite com o país vizinho, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi conurbação com uma localidade do outro Estado nacional (PRADO, 2016).

Outros 6 municípios Antônio João, Aral Moreira, Caracol, Japorã, Porto Murtinho e Sete Quedas estão na linha de fronteira, ou seja, são municípios que possuem seus territórios demarcados pela fronteira, mas sua sede não faz fronteira com outra cidade do país vizinho. Os demais 32 municípios apenas estão sobre a faixa de fronteira, sendo municípios que não fazem divisa com o país vizinho, mas estão dentro dos 150 km da faixa. A seguir a tabela 1 demonstra a lista completa dos municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense, sua população estimada e densidade demográfica.

Tabela 1: Municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense

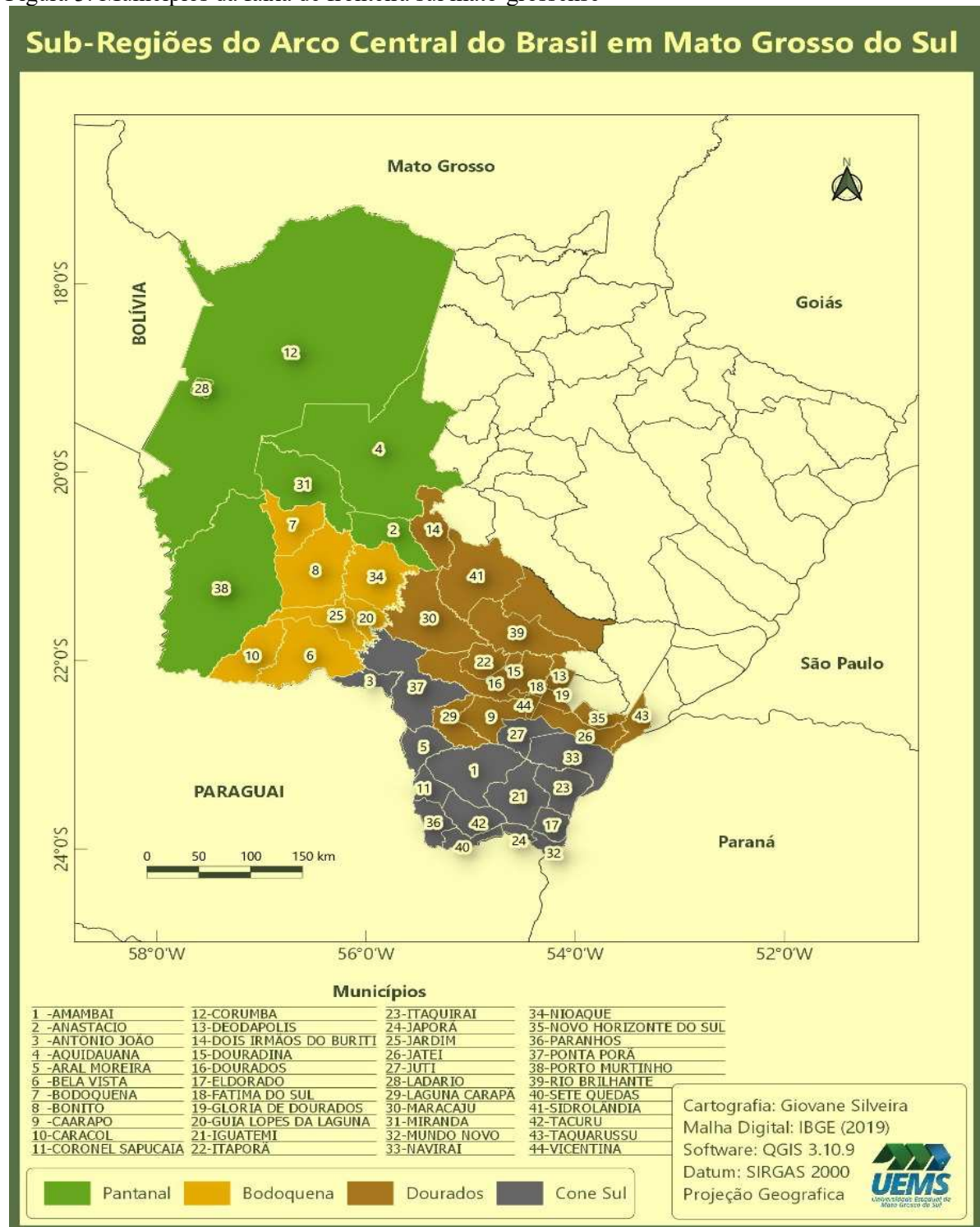
<b>Mato Grosso do Sul (MS)</b>	<b>Classificação</b>	<b>População estimada 2020</b>	<b>Densidade demográfica</b>
Dourados	faixa de fronteira	225.495	55,5
Corumbá	cidade-gêmea	112.058	1,7
Ponta Porã	cidade-gêmea	93.937	17,5
Sidrolândia	faixa de fronteira	59.245	11,2
Naviraí	faixa de fronteira	55.689	17,4
Aquidauana	faixa de fronteira	48.029	2,8
Maracaju	faixa de fronteira	48.022	8,8
Amambaí	faixa de fronteira	39.826	9,4
Rio Brillhante	faixa de fronteira	38.186	9,5
Caarapó	faixa de fronteira	30.593	14,4
Miranda	faixa de fronteira	28.220	5,1
Jardim	faixa de fronteira	26.238	12,3
Anastácio	faixa de fronteira	25.237	8,6
Itaporã	faixa de fronteira	25.162	18,7
Bela Vista	cidade-gêmea	24.735	5,0
Ladário	faixa de fronteira	23.689	66,8
Bonito	faixa de fronteira	22.190	4,1
Itaquiraí	faixa de fronteira	21.376	10,3
Fátima do Sul	faixa de fronteira	19.170	60,7
Mundo Novo	cidade-gêmea	18.473	38,6
Porto Murtinho	linha de fronteira	17.298	0,9
Iguatemi	faixa de fronteira	16.176	5,4
Coronel Sapucaia	Cidade-gêmea	15.352	14,9
Paranhos	cidade-gêmea	14.404	11,0

Nioaque	faixa de fronteira	13.862	3,5
Deodópolis	faixa de fronteira	12.984	15,6
Eldorado	faixa de fronteira	12.400	12,2
Aral Moreira	linha de fronteira	12.332	7,4
Tacuru	faixa de fronteira	11.674	6,5
Dois Irmãos do Buriti	faixa de fronteira	11.467	4,7
Sete Quedas	linha de fronteira	10.771	12,8
Glória de Dourados	faixa de fronteira	9.950	20,1
Guia Lopes da Laguna	faixa de fronteira	9.824	8,0
Japorã	linha de fronteira	9.243	22,1
Antônio João	linha de fronteira	9.020	21,6
Bodoquena	faixa de fronteira	7.838	3,0
Laguna Carapã	faixa de fronteira	7.419	4,2
Juti	faixa de fronteira	6.787	4,3
Caracol	linha de fronteira	6.182	2,1
Vicentina	faixa de fronteira	6.109	19,5
Douradina	faixa de fronteira	5.975	21,3
Jateí	faixa de fronteira	4.021	2,0
Novo Horizonte do Sul	faixa de fronteira	3.684	4,3
Taquarussu	faixa de fronteira	3.588	3,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Conforme demonstrado na tabela 1 os municípios mais representativos na faixa de fronteira sul mato-grossense em termos populacionais é Dourados, Corumbá e Ponta Porã. Seguidos de Sidrolândia, Naviraí, Aquidauana, Maracaju, Amambai e Rio Brilhante. Os demais municípios possuem menor concentração populacional. A figura 3 a seguir representa a localização dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, bem como sua divisão pelas sub-regiões.

Figura 3: Municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense



Fonte: Silveira (2020).

A faixa de fronteira sul mato-grossense abrange quatro sub-regiões sendo elas XI Pantanal, XII Bodoquena, XIII Dourados e XIV Cone Sul, conforme demonstra a figura 3. A sub-região XI Pantanal é formada pelos municípios de Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho. A sub-região XII Bodoquena é composta por Bela Vista,

Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque. A sub-região XIII Dourados abrange Caarapó, Deodópolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Gloria de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracaju, Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina. A última sub-região XIV Cone Sul abrange os municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. Totalizando assim os 44 municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense.

Todos esses municípios situados sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense carregam grande influência cultural e econômica com seus países vizinhos Bolívia e Paraguai. Segundo Belarmino e Vieira (2020) nessa região evidencia-se a forte relação comercial e empresarial, com destaque para o município de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero no outro lado da fronteira, relacionado ao consumo, educação, trabalho e prestação de serviço que se intensificam devido à conurbação e fronteira seca.

De acordo com Lamberti (2006) a condição de conurbação dessa fronteira internacional, permitiu historicamente que as cidades se conformassem enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações econômicas, sociais e culturais. Segundo a autora, tanto a população brasileira quanto os paraguaios circulam e consomem (no) o território urbano conurbado. Assim a faixa de fronteira sul mato-grossense é caracterizada por interações e trocas das mais variadas formas. Dentro do contexto da fronteira esses fatores propiciam potencialidades ao desenvolvimento mas também produzem objeções a ele.

Assim, após a explicação sobre como a faixa de fronteira foi formada, qual é sua dinâmica, como ocorre seu desenvolvimento socioeconômico e quais são suas principais especificidades o capítulo a seguir apresenta os procedimentos metodológicos que balizam e norteiam a realização desse trabalho.



### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta de maneira detalhada como este trabalho foi desenvolvido, qual sua abordagem, estratégia de pesquisa e meios para o alcance do objetivo proposto. Inicialmente, a pesquisa partiu de uma abordagem quantitativa. Segundo Creswell (2010) a pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. Optou-se por essa abordagem, pois, ela se adéqua melhor aos objetivos deste trabalho.

A estratégia de investigação foi baseada na pesquisa de levantamento de dados secundários, pois proporciona uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, atitudes ou de opiniões de uma população, estudando uma amostra dessa população. A pesquisa é um levantamento de dados que utilizou a análise quantitativa, embora estes dados sejam trabalhados qualitativamente em alguns momentos da análise (BABBIE, 1990).

Foram utilizados dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e seus componentes (IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e Renda), esse índice é semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conhecido internacionalmente. A principal distinção entre eles é a periodicidade de publicação, o IDH utiliza dados de fontes primárias atualizadas a cada 10 anos por meio do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como sua atualização não é simples, o IFDM surgiu como um índice alternativo e semelhante ao IDH, porém, utilizando dados secundários captados pelos órgãos oficiais do Governo e sendo disponibilizado anualmente.

Neste trabalho o IFDM foi utilizado como o indicador base para análise do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Já os demais indicadores como: PIB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), GINI, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Programa Bolsa família (PBF), população, trabalho, renda, pobreza, saúde, território e ambiente, foram utilizados como indicadores complementares. No intuito de ampliar e aprofundar a discussão.

A utilização do IFDM como indicador base se deu em decorrência dele abranger as três áreas essenciais para o desenvolvimento socioeconômico: Educação, Saúde, Emprego e Renda, além de possuir periodicidade anual, ser voltado para análise municipal, sendo conhecido no Brasil como o principal indicador de desenvolvimento socioeconômico municipal. De acordo

com a Firjan (2018) as fontes de dados do IFDM são oficiais e sua metodologia permite a comparação quantitativa serial e temporal de todos os municípios brasileiros. As variáveis que compõem cada dimensão do IFDM são descritas no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Variáveis componentes do IFDM por área do desenvolvimento

	<b>IFDM - Emprego e Renda</b>	<b>IFDM - Educação</b>	<b>IFDM – Saúde</b>
<b>Pilares</b>	Mercado formal de trabalho	Ensino fundamental, educação infantil e qualidade da educação.	Atenção básica, primeiro nível de contato da sociedade com o sistema de saúde.
<b>Indicadores utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal;</li> <li>• Absorção da mão de obra local;</li> <li>• Geração de renda formal;</li> <li>• Salários médios do emprego formal;</li> <li>• Desigualdade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matrículas na educação infantil;</li> <li>• Abandono no ensino fundamental;</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental;</li> <li>• Média de horas-aula diárias no ensino fundamental;</li> <li>• Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB) no ensino fundamental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de consultas pré-natal;</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas;</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis;</li> <li>• Internação sensíveis á atenção básica.</li> </ul>
<b>Fonte</b>	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	Ministério da Educação (MEC)	Ministério da Saúde (MS)

Fonte: Firjan (2018).

O IFDM varia de 0 a 1, em uma escala ascendente, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento socioeconômico do município. O quadro 2 a seguir representa a classificação do desenvolvimento proposto pelo IFDM.

Quadro 2: Classificação Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM

<b>Classificação</b>	<b>Pontuação</b>
Alto desenvolvimento	0,800 - 1,000
Moderado desenvolvimento	0,600 - 0,799
Regular desenvolvimento	0,400 - 0,599
Baixo desenvolvimento	0,000 - 0,399

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2018.

O recorte temporal da análise compreendeu o período de 2005 a 2016. Não foi possível coletar dados mais atuais, pois, o órgão responsável pela divulgação do IFDM não realizou a publicação para os anos mais recentes. No processo de levantamento e coleta de dados buscou-se selecionar os mais atuais possíveis, porém devido à indisponibilidade dos órgãos oficiais não

foi possível coletar dados do mesmo ano para todos os indicadores. Assim, optou-se por coletar os últimos dados disponíveis, nesse sentido, cada dado apresentado nesse trabalho equivale a última publicação disponibilizada.

A coleta de dados do indicador base, o IFDM, foi realizada no site oficial do Sistema FIRJAN, o qual acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios do Brasil. Foram coletados o IFDM agregado de cada município em estudo, bem como os dados individuais de cada componente (IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e renda). Os dados agregados permitiram uma visão geral do desenvolvimento socioeconômico do município uma vez que agrupam os três pilares essenciais para o desenvolvimento, no entanto apresentam uma visão mais sintética. Já os dados individuais possibilitaram a visualização e compreensão mais detalhada e específica da situação do componente para o desenvolvimento, permitindo saber quais componentes são mais avançados e colaboram de maneira mais significativa e quais carecem de melhorias.

Em ambos os dados, foram realizadas comparações entre 2005, 2010 e 2016, visando captar os avanços e retrocessos. Os indicadores complementares foram coletados no site oficial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Atlas Brasil, Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO).

A região analisada compreende os 44 municípios localizados sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense. Esse recorte foi considerado, pois esses municípios apresentam contexto singular de desenvolvimento, baixo dinamismo socioeconômico, e características de regiões periféricas e subdesenvolvidas.

Nesse sentido essa pesquisa permitiu a elucidação e compreensão do desenvolvimento nesses municípios, bem como sua respectiva situação de desenvolvimento com base nos indicadores socioeconômicos. Conforme relata Jannuzzi (2002) a análise dos indicadores sociais de desenvolvimento tem o caráter de subsidiar as ações de planejamento e formulação de políticas sociais para as diferentes esferas de governo, colaborando desse modo com o desenvolvimento dos territórios.

A classificação da situação do desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense foi realizada utilizando a classificação adaptada por Raiher e Ferrera de Lima (2017) da metodologia do Informe sobre *Desarrollo Humano* publicado em 2002 no México.

A classificação tem como parâmetro uma linha de corte igual a 0,60 em cada dimensão do IFDM. De acordo com Raiher e Ferrera de Lima (2017, p.4) a justificativa para tal é a seguinte: “[...] o valor de 0,60 é considerado pelos formuladores do IFDM como o limite para inserir os municípios brasileiros em um desenvolvimento moderado, assim como no próprio IDH o valor a partir de 0,60 é considerado um desenvolvimento médio.” Assim quando os municípios apresentam valores inferiores a 0,60 são considerados com regular ou baixo desenvolvimento para o IFDM e com baixo desenvolvimento para o IDH.

A classificando do desenvolvimento dos municípios é considera em quatro situações “Tendendo ao Crescimento” (TC), “Tendendo ao Desenvolvimento” (TD), “Círculo Vicioso” (CVIC) e “Círculo Virtuoso” (CVIR), conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3: Classificação dos municípios quanto ao desenvolvimento

<b>Situação do município</b>			
<b>Tendendo ao crescimento</b>	<b>Tendendo ao desenvolvimento</b>	<b>Círculo vicioso</b>	<b>Círculo virtuoso</b>
IFDM Emprego e renda > 0,60 e IFDM Saúde < 0,60 e IFDM Educação < 0,60	IFDM Educação > 0,60 e/ou IFDM Saúde > 0,60 e IFDM Emprego e renda < 0,60	IFDM Educação < 0,60 e IFDM Saúde < 0,60 e IFDM Emprego e renda < 0,60	IFDM Educação > 0,60 e IFDM Saúde > 0,60 e IFDM Emprego e renda > 0,60

Fonte: Raiher e Ferrera de Lima (2017).

Conforme o quadro 3 os municípios se encontram em situação de “Tendendo ao Crescimento” quando apresentam IFDM Emprego e renda maior que 0,60 e IFDM Saúde e IFDM Educação menor que 0,60. Para estarem em situação de “Tendendo ao Desenvolvimento” devem apresentar IFDM Educação maior que 0,60 e/ou IFDM Saúde maior que 0,60. Para estar no “Círculo Vicioso” devem apresentar IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e renda menor que 0,60. Para estar em “Círculo Virtuoso” devem apresentar IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e renda maior 0,60.

A importância de se buscar esta classificação está na necessidade de sumarizar e acompanhar a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. E assim, identificar aqueles que se encontram em situações mais críticas de desenvolvimento socioeconômico. Outra utilidade será a disponibilização ao poder público de um mapa com a situação de desenvolvimento dos municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense. Além disso essa técnica foi utilizada no intuito de sintetizar os

resultados e agrupar os semelhantes, visto que pode existir variação na situação de desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Obtendo-se assim maior precisão na classificação dos municípios e facilitando a análise do desenvolvimento socioeconômico.

A interpretação dos dados, de acordo com Gil (2002) refere-se à relação criada entre os dados e a teoria a qual o autor se fundamenta para criar relações e explicações. A apresentação dos dados é descritiva tendo em vista expor características de determinada população/região ou de determinados fenômenos. Podendo também de acordo com Vergara (2004) estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, não tendo compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora os mesmos sirvam de base para tal explicação. Optou-se pela técnica descritiva pois ela auxilia de maneira positiva no alcance dos objetivos propostos pelo trabalho. O quadro 4 a seguir sintetiza como cada objetivo específico foi alcançado e contemplado por este trabalho.

Quadro 4: Síntese de alcance dos objetivos

<b>Objetivo geral</b>	
Analisar por meio dos indicadores sociais e econômicos elementos que afetam a dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, no período de 2005 a 2016.	
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Como foram alcançados</b>
1. Descrever a dinâmica socioeconômica dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense.	Foi alcançado no capítulo dois em que são apresentadas e descritas as singularidades socioeconômicas dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. E também por meio da descrição dos dados dos indicadores socioeconômicos do capítulo quatro.
2. Identificar a situação de municípios em condições de subdesenvolvimento.	Foi alcançado por meio do capítulo quatro através da análise e discussão dos indicadores socioeconômicos, foi possível analisar as principais limitações e diferenças presentes nos municípios através dos mapas que retratam a situação socioeconômica do desenvolvimento.
3. Analisar os fatores que afetam a dinâmica dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em situação de círculo vicioso da pobreza.	Realizou-se na seção 4.2 e 4.3 por meio da classificação do desenvolvimento, adaptada por Raiher e Ferrera de Lima (2017) e com base na literatura e nos indicadores socioeconômicos foram identificados e analisados os fatores que afetam a dinâmica dos municípios em situação de círculo vicioso da pobreza.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Conforme demonstrado no quadro anterior, cada objetivo específico exigiu aspectos e técnicas diferentes para o alcance dos resultados esperados, no entanto, ambos acabam sendo

complementares e juntos permitem o esclarecimento do todo, não podendo ser dissociados completamente, uma vez que cada um, desempenha um papel importante no alcance do objetivo geral do trabalho. Assim o próximo capítulo se dedica a análise e discussão dos dados.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

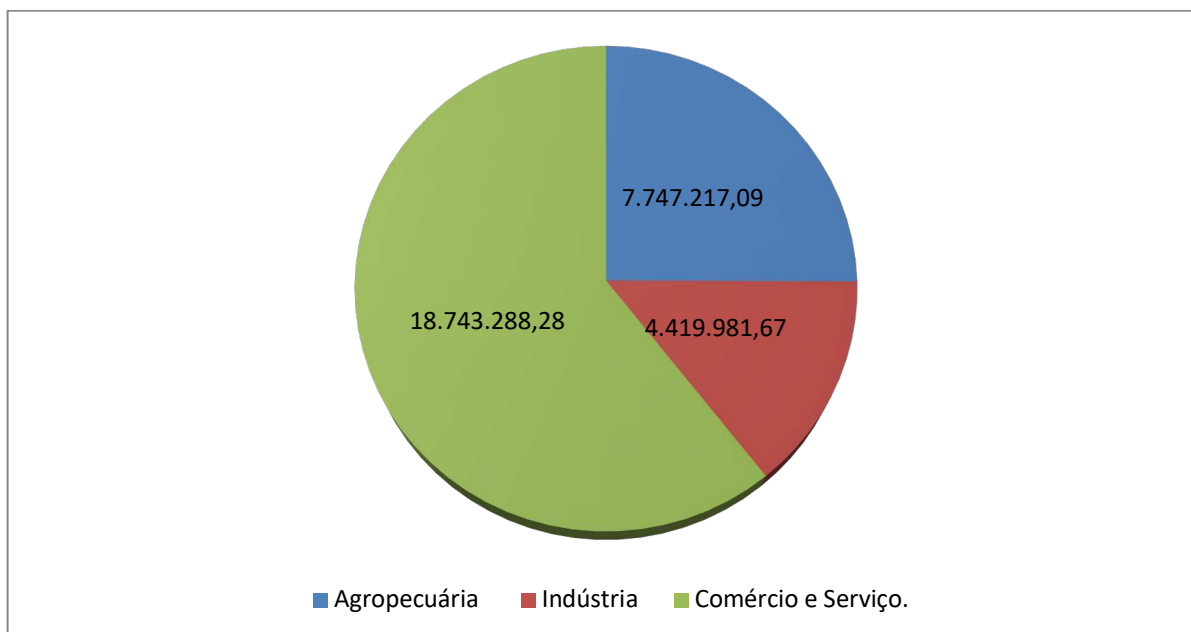
Esse capítulo se destina a análise e discussão dos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Ele está dividido em três seções, a primeira aborda a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense baseado nos indicadores socioeconômicos. Já a segunda seção demonstra a situação do desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. E finalmente a terceira seção analisa os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em situação crítica de desenvolvimento.

### 4.1 A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE

O estado de Mato Grosso do Sul é o 6º maior estado do país em extensão territorial, com mais de 357 mil km<sup>2</sup> o que corresponde a 4,19% da área total do Brasil e 22,23% da área do Centro Oeste. Sua população estimada em 2020 é de 2.809.394 habitantes, conferindo ao estado a 21ª população do Brasil. Sua capital e maior município é Campo Grande, outros municípios importantes são Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina e Naviraí (SEMAGRO, 2015).

A faixa de fronteira sul mato-grossense abrange 44 municípios e possui aproximadamente 1.223.930 habitantes, o que representa 43,5% da população sul mato-grossense (IBGE, 2020). Dos 44 municípios 11 deles fazem fronteira seca com o Paraguai e 1 com a Bolívia. As cidades com maior população são Dourados, Corumbá e Ponta Porã. Essa região é marcada pela presença expressiva de agricultores familiares, cerca de 70% que utilizam em média 10% da área cultivável, enquanto os demais 30% são agricultores não familiar e utilizam 90% das áreas cultiváveis. A região também possui diversos assentamentos e 32 aldeias indígenas (SEMAGRO, 2015). A figura 4 a seguir demonstra o PIB dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense apresentando o valor adicionado em reais de cada setor na economia da região.

Figura 4: Valor Adicionado em reais no PIB dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por setor de atividade - 2016



Fonte: SEMAGRO (2016).

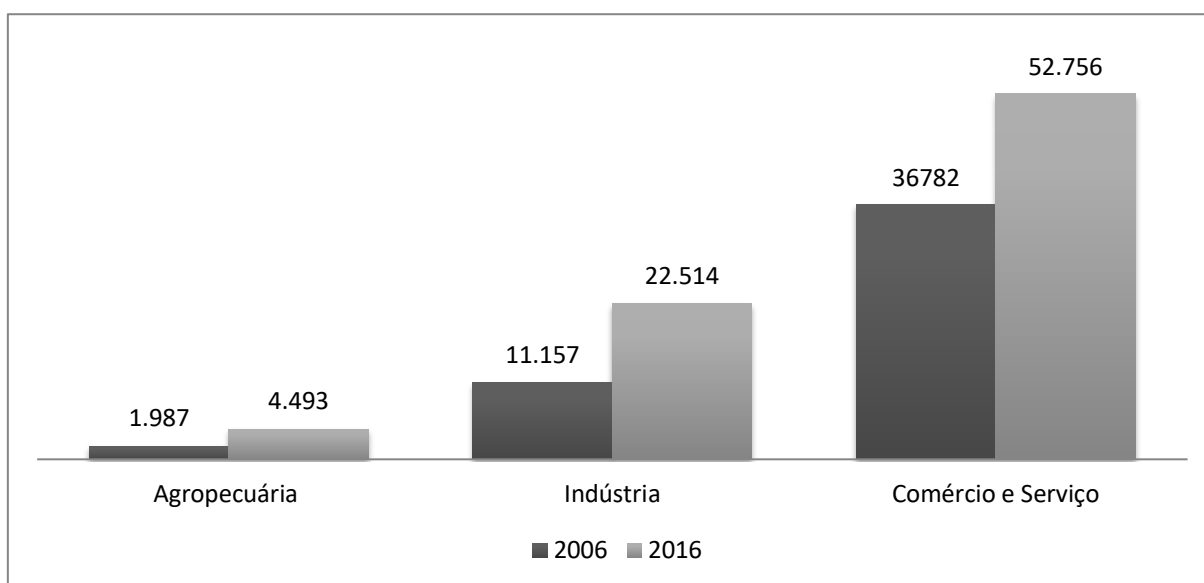
O setor que mais contribui para o PIB é o de comércio e serviços apresentando 61% de contribuição, o segundo setor com maior expressividade é o agropecuário com 25% e o setor industrial com 14%. O baixo percentual representado pelo setor industrial retrata também o menor dinamismo da região, que passa a ser dependente de atividades com pouco valor agregado, como no caso do setor de comércio e serviços e de atividades primárias como a agropecuária. O que a longo prazo tende a aumentar a dependência dessa região a tecnologias e produtos industrializados advindos dos grandes centros tecnológicos. A elevada expressão do setor de comércio e serviços, em certa medida, retrata também a menor diversificação econômica desses municípios.

Conforme a figura 5, o setor que mais emprega é o setor de comércio e serviços em ambos os períodos, com 36.782 em 2006 e 52.756 no ano de 2016. Isso se deve a características próprias do setor que demandam mais pessoas para a execução de suas atividades. O setor industrial empregou em 2006, 11.157 pessoas e em 2016, 22.514, observa-se que mesmo representando o menor percentual em relação a contribuição no PIB, o setor industrial emprega uma significativa quantidade de pessoas, e isso se deve a complexidade desse setor que demanda em certos segmentos maior quantidade de trabalhadores. Já o setor agropecuário em 2006 empregou 1.987 e em 2016 passou a empregar 4.943 pessoas, representando um crescimento de 148,92%.



O setor com maior crescimento no percentual de pessoal ocupado foi o setor agropecuário com 148,92% de crescimento de 2006 para 2016. No entanto, é o setor com a menor quantidade de pessoal ocupado. O segundo foi o setor industrial com 101,80% de crescimento, o que demonstra significativa expansão com o aumento de pessoal ocupado nas atividades industriais. O setor de comércio e serviço foi o que obteve o menor crescimento com 30%, mas continua sendo o setor que mais emprega nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Pela Figura 5, é possível verificar o número de pessoas ocupadas em cada em cada setor nos anos de 2006 e 2016.

Figura 5: Pessoal ocupado por setor nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em 2006 e 2016



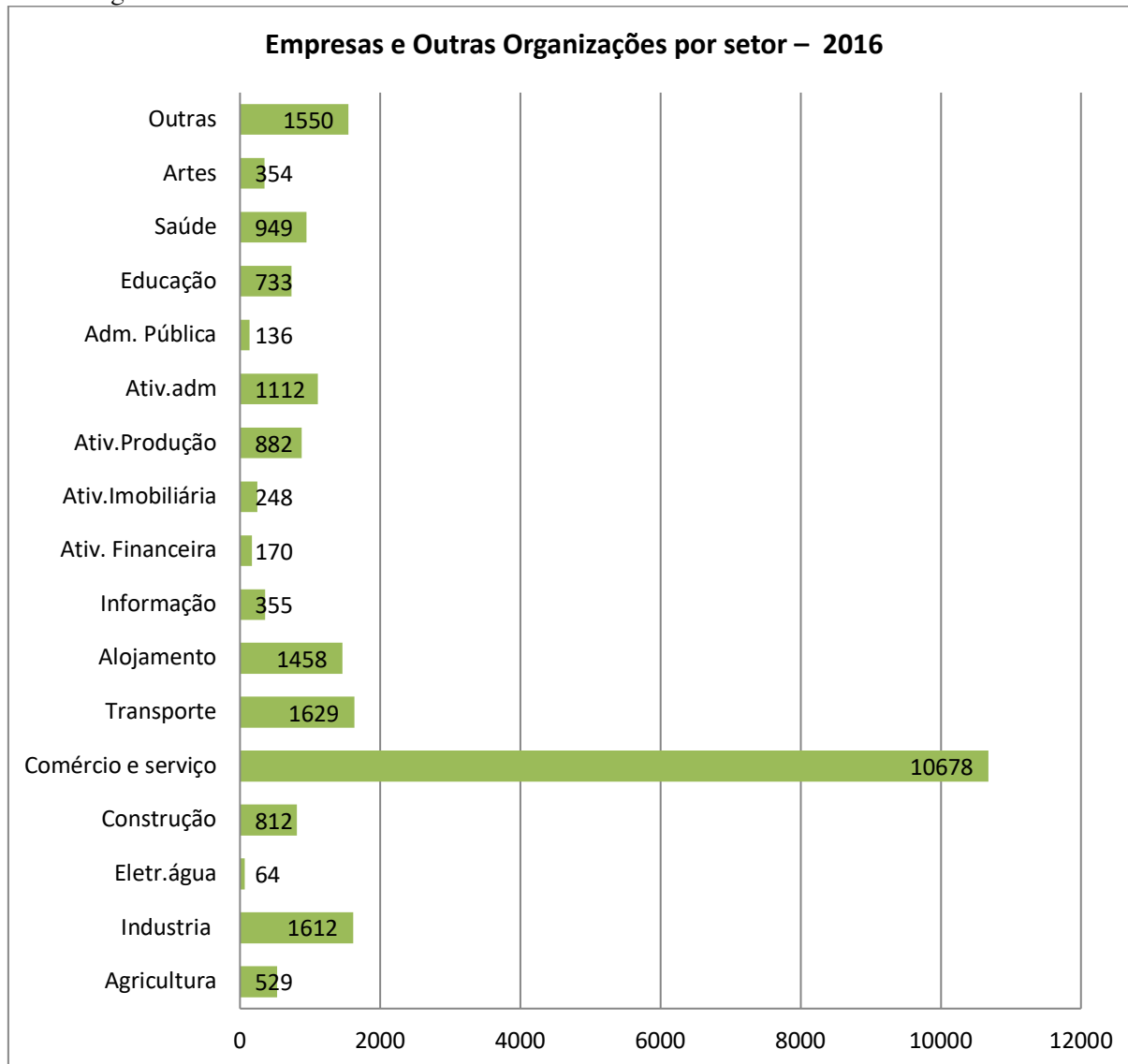
Fonte: SEMAGRO (2016).

Apesar do setor agropecuário ser o segundo em contribuição no PIB da região, quando se observa a população ocupada na atividade é menor em relação ao setor industrial, que apesar de contribuir menos para o PIB, oferece maior quantitativo de postos de trabalho. Isso evidencia a característica concentradora das atividades agropecuárias, que com o uso de máquinas e tecnologia poucos trabalhadores realizam grande parte do trabalho. O setor agropecuário contribui com 25% para o PIB, porém, possui apenas 6% de pessoal ocupado em suas atividades. Já o setor industrial contribui com 14% para o PIB, mas, apresenta 28% da população ocupada em suas atividades.

A seguir a figura 6 mostra quais são as empresas e organizações que compõem o PIB da faixa de fronteira sul mato-grossense. No ano de 2016 a região possuía 23.271 empresas/organizações, espalhadas pelos 44 municípios da faixa de fronteira sul mato-

grossense. Houve um aumento de 23,15% no número de empresas em comparação ao ano de 2006 quando haviam 17.883.

Figura 6: Empresas e outras organizações por setor nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense - 2016



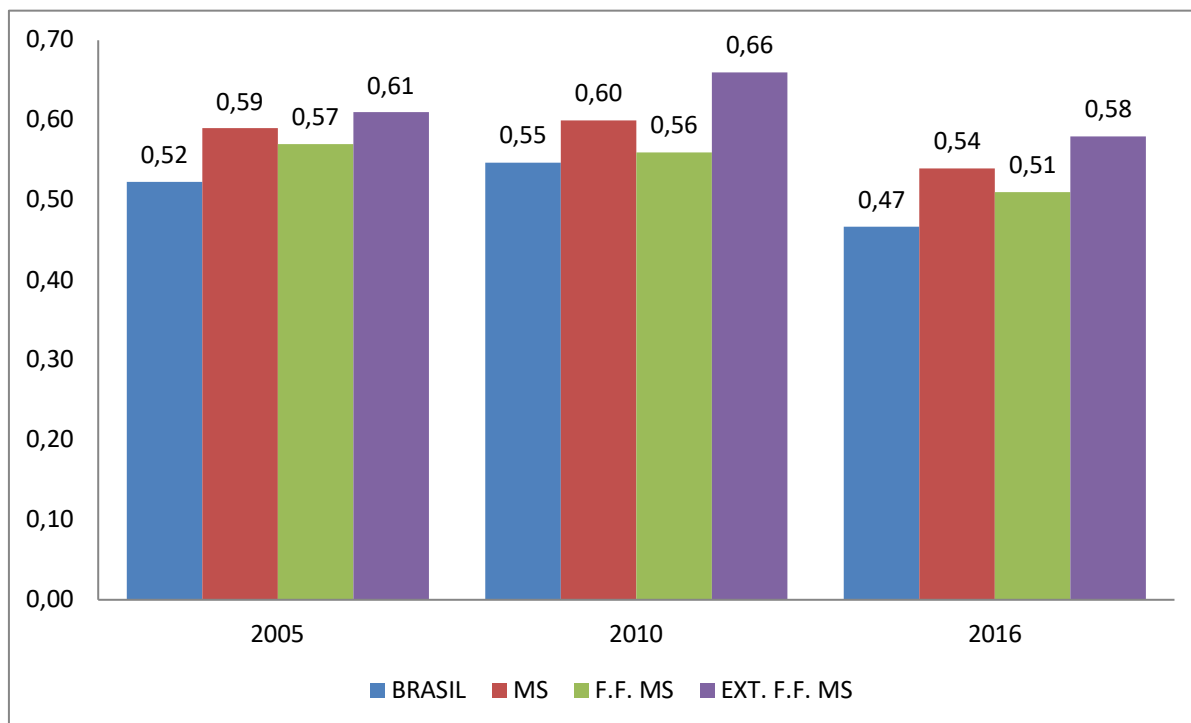
Fonte: SEMAGRO, (2016).

O setor que se destaca com maior quantitativo é o comércio e serviço com 10.678 empresas. Seguidos do transporte com 1.629, indústria com 1.612 e alojamentos com 1.458. Novamente percebe-se que o número de empresas envolvendo atividades agropecuárias é menor com apenas 529 empresas na área da agricultura. Consta-se que a maioria das empresas e organizações fazem parte do setor primário, o qual é caracterizado por exigir menor capacidade intelectual e produzir pouco valor agregado na economia.

A figura 7 a seguir apresenta a evolução do IFDM Emprego e renda em três momentos 2005, 2010 e 2016 para o Brasil, Mato Grosso do Sul, para os municípios que compõem a faixa

de fronteira sul mato-grossense e para os demais municípios de Mato Grosso do Sul que não estão sobre a faixa de fronteira.

Figura 7: Valor do IFDM Emprego & Renda para os anos de 2005, 2010 e 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

\*F.F. MS= Municípios que estão sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense

\*EXT.F.F. MS= Municípios do MS que estão fora da faixa de fronteira

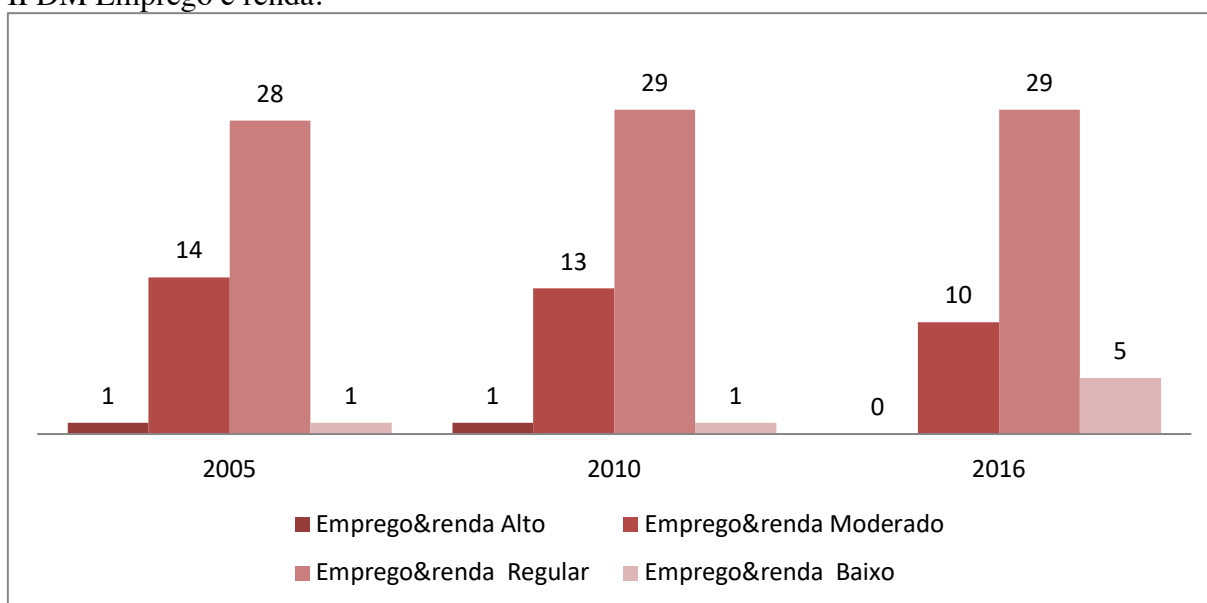
Nota-se uma tendência decrescente ao longo dos anos, em 2005 conforme figura 7 o IFDM Emprego e Renda são maiores que os de 2016. Em 2005 os IFDM Emprego e Renda mais altos eram nos municípios do Mato Grosso do Sul que não fazem parte da faixa de fronteira, apresentando moderado desenvolvimento. O mais baixo foi o Brasil com 0,52 com regular desenvolvimento. Os demais recortes geográficos apresentavam moderado desenvolvimento. No entanto, os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense apresentaram media abaixo do estado.

Já em 2010 conforme figura 7, o que se percebe é um leve aumento para todos os recortes geográficos, exceto para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense que apresentou redução no IFDM Emprego e Renda. O Mato Grosso do Sul e o municípios de MS que não fazem parte da faixa de fronteira apresentaram moderado desenvolvimento no IFDM Emprego e Renda. Já os municípios da faixa de fronteira sul mato grossense e o Brasil apresentam regular desenvolvimento.

No ano de 2016 não houve crescimento nessa variável, pelo contrário todos os recortes geográficos regrediram de maneira significativa. O Brasil e os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, apresentaram queda de 10%. O estado de Mato Grosso do Sul e os municípios de MS que não faziam parte da faixa de fronteira registraram queda de moderado para regular desenvolvimento com 0,54 e 0,58 respectivamente. Em geral o que se percebe pela média dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense é um declínio no IFDM Emprego e Renda ao longo dos anos. Em 2005 se registrou uma média de 0,57, em 2010, 0,56 e em 2016, 0,51, apesar de haver expectativa de crescimento com o passar dos anos, não é o que se percebe na região, pelo contrário houve retração na variável emprego e renda, o que consequentemente afetou o desenvolvimento socioeconômico da região.

A seguir é apresentado o número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, por classificação no IFDM Emprego e renda, para os anos de 2005, 2010 e 2016.

Figura 8: Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Emprego e renda.



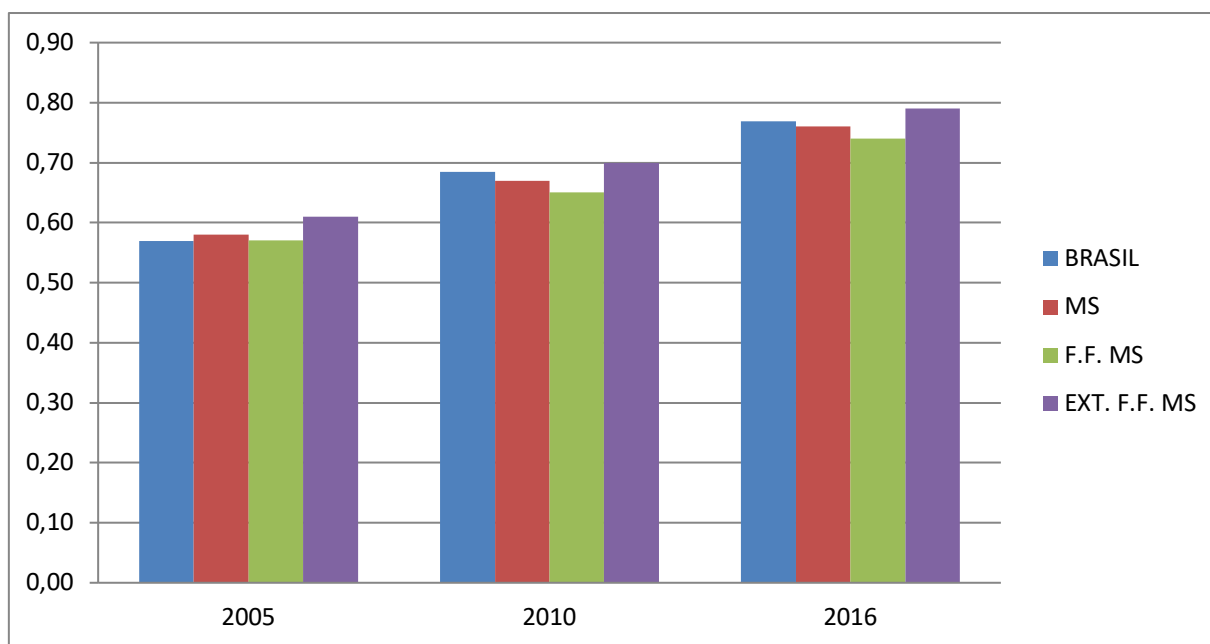
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

De acordo com a figura 8, nos três períodos de análise, observa-se uma permanência no quantitativo de municípios com IFDM emprego e renda regular, em 2005 de 28 municípios, já em 2010 e 2016 eleva-se para 29 municípios apresentando o mesmo desempenho. Ao longo do período observa-se um aumento de municípios apresentando IFDM Emprego e renda baixos, em 2005 e 2010 apenas 1 município estava nessa classificação já em 2016, 5 municípios apresentaram baixo desempenho no emprego e renda. Com IFDM emprego e renda altos em 2005 e 2010 havia apenas 1 município, e em 2016 nem um município alcançou esse

desempenho. A diminuição na quantidade de municípios com moderado desempenho do IFDM emprego e renda também é notório, no ano de 2005 havia 14 municípios, em 2010, 13 municípios e em 2016 apenas 10 municípios. Em síntese percebe-se uma estagnação moderada na quantidade de municípios em cada classificação, havendo pouca variação, e quando existente foi negativa, como no caso da redução de municípios com alto e moderado desempenho no emprego e renda.

A figura 9 a seguir demonstra a evolução do IFDM Educação para os anos de 2005, 2010 e 2016 para o Brasil, Mato Grosso do Sul, para os municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense e para os demais municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira. Percebe-se um crescimento significativo ao longo do período analisado, houve também um equilíbrio no crescimento que é acompanhado por todos os recortes geográficos. No ano de 2005 todos os recortes apresentavam regular desenvolvimento, com destaque apenas para municípios de MS, que não estão sobre a faixa de fronteira eles apresentavam moderado desenvolvimento com 0,61.

Figura 9: IFDM Educação para os anos de 2005, 2010 e 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

\*F.F. MS= Municípios que estão sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense

\*EXT.F.F. MS= Municípios do MS que estão fora da faixa de fronteira

No ano de 2010, conforme a figura 9 todos os recortes geográficos analisados progrediram cerca de 10% no IFDM educação. Os municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira permaneceram com o melhor IFDM educação, registrando 0,70, e

apresentando moderado desenvolvimento. Já o Brasil, Mato Grosso do Sul e os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense avançaram de regular para moderado desenvolvimento.

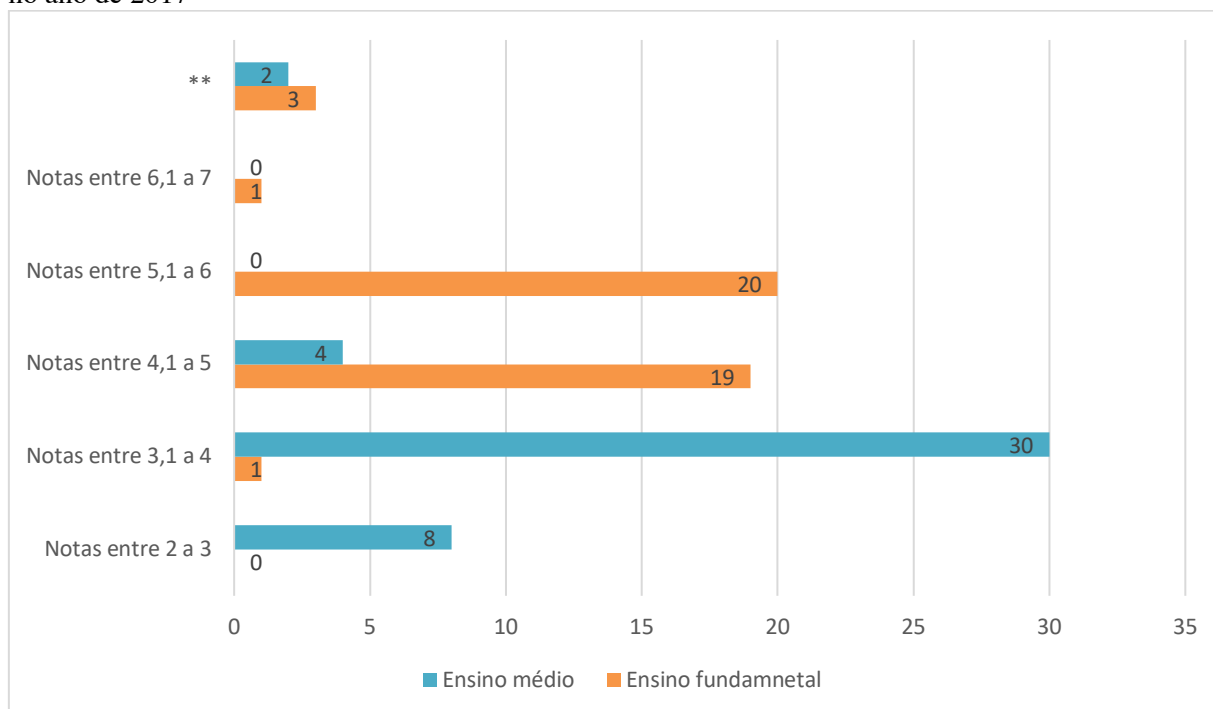
Em 2016 seguiu-se a tendência de avanço na educação em todos os recortes geográficos analisados, obteve-se em média 12% de crescimento. Os municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira permaneceram com o melhor IFDM educação, apresentando moderado desenvolvimento com 0.79. Os demais recortes geográficos permaneceram com moderado desenvolvimento, no entanto, os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, seguiram apresentando o menor desempenho no IFDM educação.

Observa-se um progresso virtuoso no desempenho do IFDM Educação para todos os recortes geográficos analisados, o que mostra a tendência de melhora no sistema educacional, no Brasil e demais regiões. Houve progresso na educação, todos os recortes passaram de regular para moderado desenvolvimento, com crescimento de 20% dentro do período analisado. Entretanto, os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense permaneceram ao longo do tempo sempre com o menor IFDM educação.

No ano de 2005 a média desses municípios foi de 0.57, em 2010 de 0.65 e em 2016 0.74, enquanto a média dos demais recortes foram superiores para todo o período analisado. Entende-se que progresso na variável educação contribui diretamente para o desenvolvimento socioeconômico da região e na melhoria da qualidade de vida. Apesar dos avanços, fica claro o baixo desempenho dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense na educação. Mesmo estando no mesmo estado, os municípios de Mato Grosso do Sul que não estão sobre a faixa de fronteira apresentam desempenho superiores na educação.

A figura 10 a seguir demonstra o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para o ano de 2017 para o ensino fundamental e médio. Como a avaliação é realizada a cada dois anos, não existem dados para o ano de 2016 ano base dessa análise, no entanto, optou-se por coletar dados do ano de 2017 aos quais mais se aproximam do período analisado.

Figura 10: IDEB Ensino fundamental e médio nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

\*\* número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

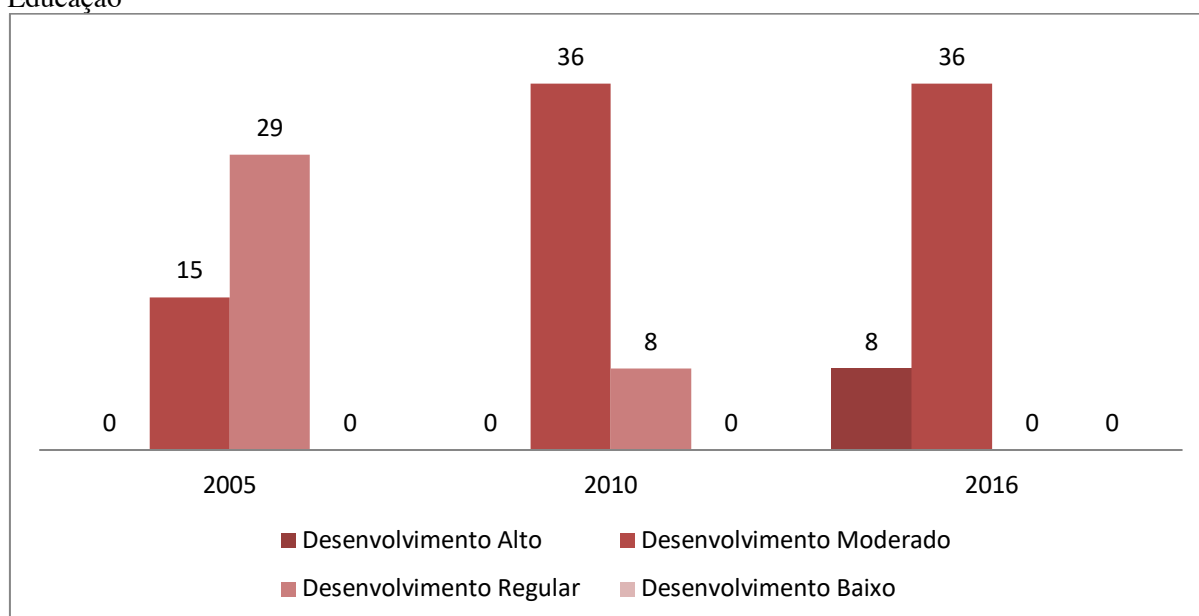
A média no IDEB para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ensino fundamental no ano de 2017 foi de 5,0 e do ensino médio de 3,4. Não foi possível coletar dados anteriores devido a indisponibilidade na base de dados do IDEB. No entanto, quando se analisa a quantidade de municípios por nota observa-se que o ensino fundamental, apresenta notas mais elevadas em relação ao ensino médio, 20 municípios apresentam notas entre 5,1 a 6, enquanto nenhum município alcançou essa nota no ensino médio. Outros 19 municípios apresentam notas entre 4,1 a 5 para o ensino fundamental, enquanto apenas 4 municípios para o ensino médio. Conforme demonstrado na figura 10 o ensino médio foi a única modalidade a apresentar 8 municípios com nota entre 2 a 3 no IDEB. Em síntese os resultados alcançados no IDEB por modalidade de ensino mostram o baixo desempenho dos municípios em relação a educação básica.

Apenas 1 município apresentou notas entre 6,1 a 7 sendo ele Naviraí com nota 6,2 no IDEB para o ensino fundamental. Percebe-se que as notas obtidas no IDEB para o ensino médio são muito baixas, o que significa que grande parte dos jovens que concluem o ensino médio possuem baixas capacidades intelectuais básicas, como interpretação de texto, matemática e raciocínio lógico, itens aos quais são avaliados pelo IDEB. O contraste é nítido, os níveis educacionais do IDEB apontam que os alunos dos municípios que compõem a faixa de fronteira

sul mato-grossense, possuem um moderado desempenho no ensino fundamental, entretanto esse desempenho não os acompanha quando estão no ensino médio, o que pode demonstrar tanto a falta de interesses dos jovens, quanto a falta de investimentos em formação para o ensino médio, ou ambos. Jovens que concluem o ensino médio exercem um papel essencial no progresso e desenvolvimento do país, no entanto, quando apresentam baixos níveis de educação como mostram os dados do IDEB, eles podem comprometer o avanço da nação, e apenas colaborar para mão de obra barata, porem desqualificada.

A seguir na figura 11 são apresentados o número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação no IFDM educação, para os anos de 2005, 2010 e 2016.

Figura 11: Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Educação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

Conforme a figura 11 nos três períodos de análise observa-se um crescimento significativo no quantitativo de municípios com IFDM educação moderado, em 2005 existia apenas 15 municípios, já em 2010 e 2016 eleva-se para 36 municípios apresentando o mesmo desempenho. Assim existe uma diminuição no número de municípios com regular desenvolvimento na educação, em 2005 havia 29 em 2010, 8 municípios e em 2016 não havia nem um município nessa classificação, isso demonstra o desempenho positivo pois esses municípios ao longo do período avançaram para moderado ou alto desempenho no IFDM educação.

Nos anos de 2005 e 2010 não houve nem um município com alto desenvolvimento na educação, já em 2016, 8 municípios apresentaram evolução para IFDM educação alto, sendo



eles: Taquarussu 0,90, Naviraí com 0,87, Fátima do Sul com 0,85, Glória de Dourados com 0,81, Jateí, Ponta Porã, Rio Brillante e Vicentina com 0,80. Assim em geral percebe-se uma elevação no desenvolvimento da educação nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, no entanto, abaixo dos níveis estadual e do país.

A seguir a figura 12 mostra a evolução do IFDM Saúde, para o Brasil, Mato Grosso do Sul, para os municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense e para os municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira, nos anos de 2005, 2010 e 2016. Percebe-se que com o passar dos anos, houve um crescimento progressivo e positivo na saúde para todos os recortes analisados. Em 2005, o Brasil apresentava o menor IFDM para saúde 0,58 com regular desenvolvimento. Os municípios de MS que não estavam sobre a faixa de fronteira apresentavam a melhor colocação com 0,73 e moderado desenvolvimento na saúde, o estado de Mato Grosso do Sul apresentava média superior aos municípios que estão sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense.

Figura 12: IFDM Saúde para os anos de 2005, 2010 e 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

\*F.F. MS= Municípios que estão sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense

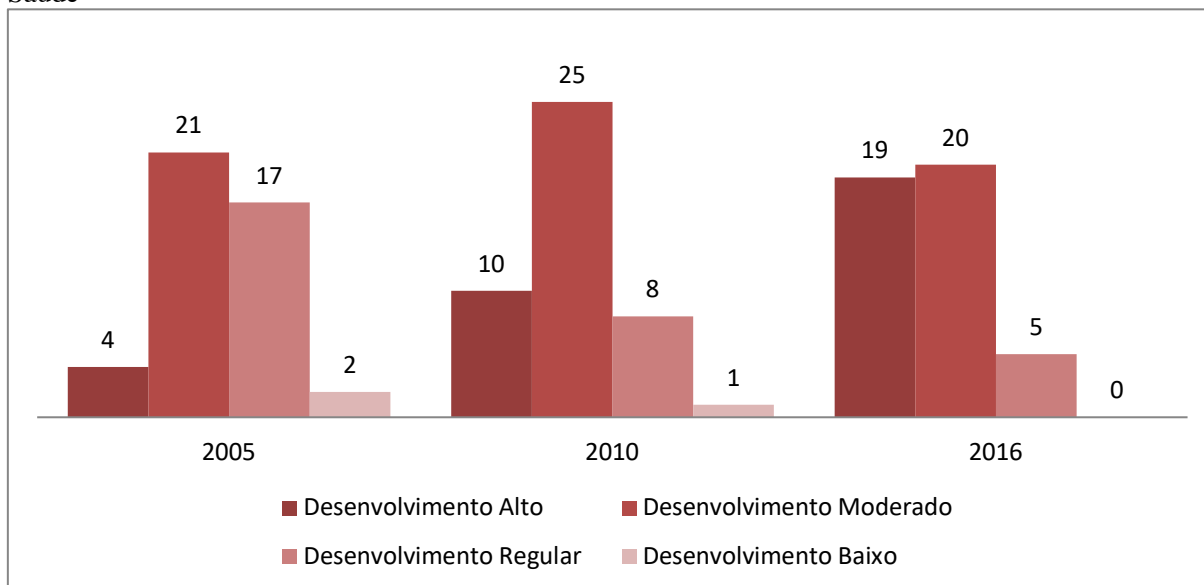
\*EXT.F.F. MS= Municípios do MS que estão fora da faixa de fronteira

Em 2010 se observou praticamente a mesma tendência, houve um crescimento de 9% no desenvolvimento da saúde para todos os recortes geográficos analisados. O Brasil progrediu de regular para moderado desenvolvimento com crescimento de 10% no IFDM saúde. O Mato Grosso do Sul e os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense permaneceram com

desenvolvimento moderado no IFDM saúde. E os municípios de MS que não estão localizados sobre a faixa de fronteira seguiram com a melhor colocação na saúde com 0,78, um aumento de 5% em comparação a 2005.

Em 2016 todos os recortes geográficos analisados avançaram em média 5%. Os municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira avançaram de moderado desenvolvimento no IFDM saúde para alto desenvolvimento com 0,82. Os demais recortes permaneceram com IFDM saúde moderado. Conforme a figura 12 observa-se um crescimento positivo do IFDM Saúde para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense ao longo dos anos, com um crescimento ascendente. A média da região em 2005 era 0.64 em 2010, 0.69 e em 2016 de 0.76 passando assim de regular para moderado desenvolvimento, no entanto, ao comparar com os demais recortes geográficos o crescimento é menor, enquanto os demais cresceram em média 10% os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense crescem apenas 5% no IFDM saúde ao longo dos anos. A figura 13 a seguir apresenta o número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação no IFDM saúde, para os anos de 2005, 2010 e 2016.

Figura 13: Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Saúde



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

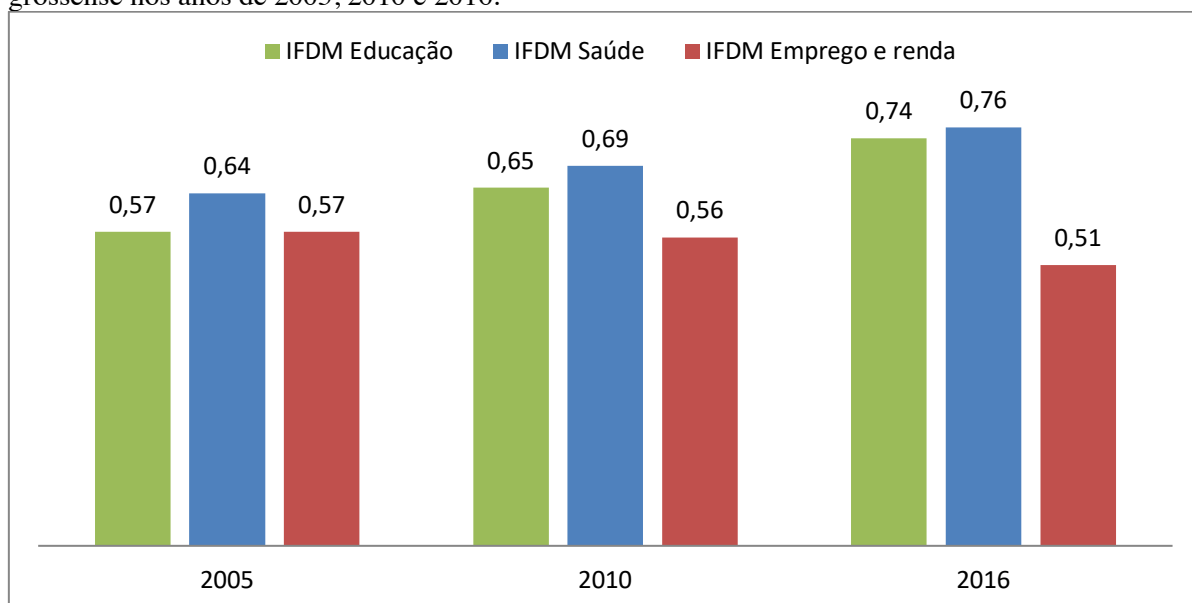
Conforme a figura 13 observa-se uma evolução positiva no IFDM saúde nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, em 2005 havia 4 municípios com alto desenvolvimento na saúde já em 2010 esse número aumentou para 10, e em 2016 para 19 municípios, isso em certa medida demonstra, o aumento nos investimentos na área da saúde realizados pelo governo

do estado. De acordo com o Portal da transparência (2021) no ano de 2016 o gasto em saúde de Mato Grosso do Sul foi de 924.013.347,01 cerca de 5% maior que em comparação ao ano anterior. Em 2005 apenas 2 municípios apresentavam baixo desenvolvimento na saúde, em 2010 apenas 1 município e em 2016 nenhum município, o que reforça a ideia de melhoria no sistema de saúde. Conforme demonstrado pelos dados, existe uma melhoria no IFDM saúde nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense ao longo dos anos.

O alcance de melhores condições de vida e melhoria no bem estar social exige que as dimensões do desenvolvimento como educação, saúde, emprego e renda possuam desempenho positivos e elevados. Sachs (2004) menciona que o desenvolvimento deve ser apoiado por um crescimento com alta densidade de empregos. Além do avanço em termos econômicos Myrdal (1960) e Sen (2001) acreditam que o desenvolvimento não se consegue apenas com melhorias na renda e na ampliação da produção, mas também com a garantia ao acesso a serviços públicos de qualidade como educação e saúde. Sendo assim, para que uma região alcance níveis adequados de desenvolvimento socioeconômico é necessário que essas dimensões alcancem equilíbrio, para que assim ambas se complementem e auxiliem na qualidade de vida, o que a longo prazo tende a tornar essa região desenvolvida.

A figura 14 a seguir demonstra o desempenho de cada uma das dimensões do IFDM nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense para os anos de 2005, 2010 e 2016.

Figura 14: IFDM Educação, Saúde, Emprego e renda para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense nos anos de 2005, 2010 e 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

A dimensão com o melhor desempenho nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense ao longo dos anos da análise foi o IFDM saúde. Houve um avanço de 12% de 2005 a 2016, no entanto, a saúde permaneceu na classificação de moderado desenvolvimento. Essa melhoria na saúde em 12% se deve ao aumento nos investimentos e melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS), ao longo dos anos diversos municípios da região receberam a construção de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou reformas em postos de saúde e hospitais municipais. Outro programa importante que colaborou para o avanço no desempenho da saúde foi a criação do programa “Mais médicos” lançado em 8 de julho de 2013 pelo Governo Dilma, cujo objetivo foi suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil. O que proporcionou que praticamente todas as cidades da faixa de fronteira sul mato-grossense receberem novos médicos para atuarem na saúde pública municipal.

A dimensão educação também apresentou avanços ao longo dos anos, em 2005 a região apresentava desempenho regular para educação, já no ano de 2010 houve um crescimento de 8% e a região passou a apresentar desempenho moderado com 0,65. No ano de 2016 o desempenho da educação aumentou 9%, e permaneceu na classificação de moderado desempenho. Os dados mostram que a educação melhorou de maneira significativa ao longo do período analisado, houve um avanço de 17% de 2005 a 2016 e isso se deve a uma série de programas voltados a melhorar a qualidade da educação, destacamos aqui três deles que impactaram de maneira positiva a qualidade da educação nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense.

O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novos Estabelecimentos (Proinfância), em conformidade com a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011. E o Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso), em conformidade com a Lei nº 12.772, de 3 de outubro de 2012, auxiliaram no apoio à manutenção da educação infantil ambos visaram assegurar a transferência de recursos financeiros do governo federal para os municípios e o Distrito Federal para a manutenção de novos estabelecimentos públicos da educação infantil.

Já o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) foi instituído pela Resolução nº6, de 24 de abril de 2007, sendo subordinado administrativamente à Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica (DPD), no âmbito da Coordenação-Geral de Educação Infantil (COGEI),

e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tendo por objetivo geral garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil. O programa atua sobre dois eixos: construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE, e aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil.

Assim, esses três programas desempenharam um papel significativo para todos os municípios brasileiros, bem como nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, auxiliando diretamente na melhoria da infraestrutura escolar através da construção e novos Centros de Educação Infantil (CEINFs), manutenção e reforma de escolas e aquisição de mobiliário e equipamentos de apoio em geral, o que conseqüentemente é refletido na melhoria dos indicadores do IFDM educação conforme demonstrado pelos dados.

No entanto conforme a figura 14 o IFDM emprego e renda é a variável com o menor desempenho nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Ela é a única variável a permanecer com desenvolvimento regular enquanto as demais obtiveram desempenho moderado. Apesar do avanço da saúde em 12% e da educação em 17% o IFDM emprego e renda apresentou retração de 6% de 2005 para 2016, sendo a única dimensão a apresentar redução em todos os anos de análise.

A retração do mercado de trabalho e conseqüentemente, a diminuição dos postos de emprego e renda se devem as mudanças econômicas que a região vem sofrendo. Nos últimos anos o setor agropecuário vem ganhando força no estado. Essa força expressa pela predominância do setor impactou na diminuição de empresas e organizações de setores mais complexos e com elevada agregação de valor na produção, como o setor industrial. O setor agropecuário emprega poucas pessoas devido a alta tecnologia implantada seja na produção, manejo ou extração. Essa diminuição vem acontecendo de maneira continua ao longo do tempo conforme os avanços tecnológicos surgem, melhorando a produtividade e reduzindo o número de trabalhadores no meio rural.

Outro aspecto que afeta o mercado de trabalho nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense é a questão da fronteira com o país vizinho, Paraguai e Bolívia. Dos 44 municípios, 12 deles fazem fronteira seca com o país vizinho, e os demais estão próximos em questão de distância. Essa questão são sempre polêmicas e geram debate nessas regiões, pois esse fenômeno de migração e trabalho exerce uma linha tênue ao mesmo tempo que é negativo

para ambos os países ele também acaba sendo positivo pois assim como paraguaios e bolivianos trabalham no Brasil existem muitos brasileiros que também trabalham no país vizinho. No entanto, o país que apresentar melhores condições socioeconômicas de trabalho será prejudicado, pois o aumento na busca por postos de emprego tende a aumentar e ao mesmo tempo a renda diminuir, pois esses trabalhadores em sua grande maioria trabalham em um país, mas gastam seus salários no outro.

Assim, tanto a diminuição de postos de trabalho no setor industrial quanto a influência de trabalhadores migrantes, impactam o IFDM emprego e renda observados nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense de maneira negativa. Para que esses municípios alcancem melhores desempenhos nos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos mensurados pelo IFDM é necessário segundo Myrdal (1960) que haja um processo por meio do qual se obtém melhorias na qualidade de vida em caráter cumulativo. Uma vez que esse processo de desenvolvimento se inicia através da melhoria dos indicadores de educação, saúde, emprego e renda seu efeito cíclico e cumulativo dinamiza a economia da região e tende a proporcionar o desenvolvimento do território.

A seguir o IFDM geral sintetiza a compreensão ao apresentar um panorama do desenvolvimento socioeconômico nesses municípios. Contemplando as três dimensões do desenvolvimento (Emprego e renda, educação e saúde), para o Brasil, Mato Grosso do Sul, para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense e para os municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira. Como mostrado na figura 15, ao longo do tempo existe uma melhora no desenvolvimento para todos os recortes geográficos analisados.

Figura 15: IFDM Geral para os anos de 2005, 2010 e 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

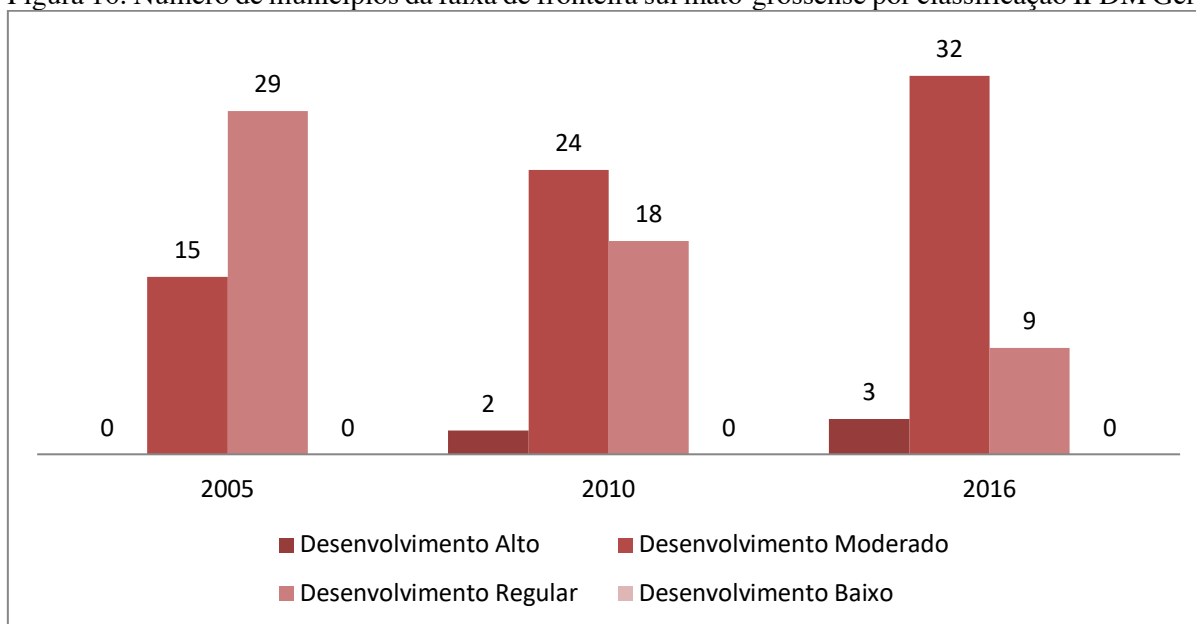
\*F.F. MS= Municípios que estão sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense

\*EXT.F.F. MS= Municípios do MS que estão fora da faixa de fronteira

Percebe-se que o estado de Mato Grosso do Sul e seus municípios tanto, os que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense quanto, os que estão fora dela, apresentam melhores resultados que a média do Brasil. No entanto, o Brasil e os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense progrediram de desenvolvimento regular para desenvolvimento moderado ao longo do período analisado. Já o estado de Mato Grosso do Sul e seus municípios fora da faixa de fronteira se mantiveram com desenvolvimento moderado. O estado melhorou em 10% seu IFDM geral de 2005 para 2016, saindo de 0,61 para 0,72.

Em se tratando dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense a variação é positiva percebe-se um avanço no desempenho dos municípios. Conforme a figura 16, nem um município da faixa de fronteira sul mato-grossense apresentou baixo desenvolvimento ao longo dos anos, no entanto, no ano 2005 nem um deles apresentou alto desenvolvimento.

Figura 16: Número de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por classificação IFDM Geral



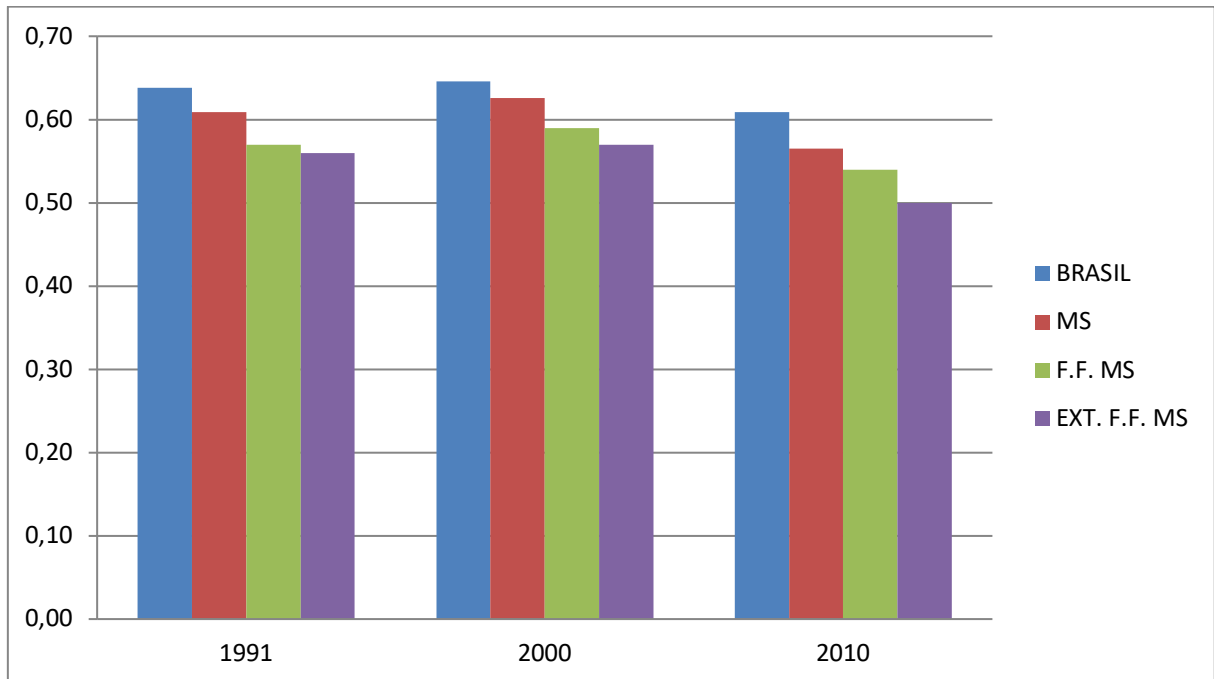
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, 2021.

Já em 2010 dois municípios, sendo eles, Dourados e Rio Brillhante apresentaram alto desenvolvimento, em 2016 ambos permaneceram nessa classificação e também Naviraí passou a ser classificado com alto desenvolvimento. Os dados mostram o aumento significativo no número de municípios com moderado desenvolvimento, em 2005 eram 15 municípios, em 2010 subiu para 24 e já em 2016, o número subiu para 32, o que demonstra um avanço de maneira geral de mais de 50% no quantitativo de municípios em comparação a 2005. Esse aumento consequentemente, reduz a quantidade de municípios com regular desenvolvimento que passam para moderado desenvolvimento. Em 2005 havia 29 municípios em 2010 eram 18 e em 2016 apenas 9 municípios com regular desenvolvimento.

A figura 17 a seguir retrata o coeficiente de GINI para o Brasil, Mato Grosso do Sul, para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense e para os municípios de MS que estão fora da faixa de fronteira. Esse indicador demonstra a desigualdade socioeconômica existente e quanto mais próximo de 1.00 maior é a desigualdade.



Figura 17: Coeficiente de GINI



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

De acordo com a figura 17, o Brasil apresenta maior desigualdade que o estado de Mato Grosso do Sul para todos os anos de análise. No entanto, os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense apresentam menor desigualdade que o estado de Mato Grosso do Sul. Porém, os demais municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira apresentam nível de desigualdade ainda menor que os municípios localizados sobre a faixa de fronteira. Ou seja, os municípios localizados na faixa de fronteira sul mato-grossense mesmo fazendo parte do estado de Mato Grosso do Sul, apresentam maior desigualdade que os municípios de MS que não estão localizados sobre a faixa de fronteira. Isso se deve em certa medida as especificidades presentes no contexto fronteiriço.

Desse modo, após entendermos a dinâmica, ou seja, o comportamento dos indicadores no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense a seção a seguir aborda especificamente a real situação do desenvolvimento nesses municípios com base na metodologia adaptada por Raiher e Ferrera de Lima (2017).

## 4.2 A SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE

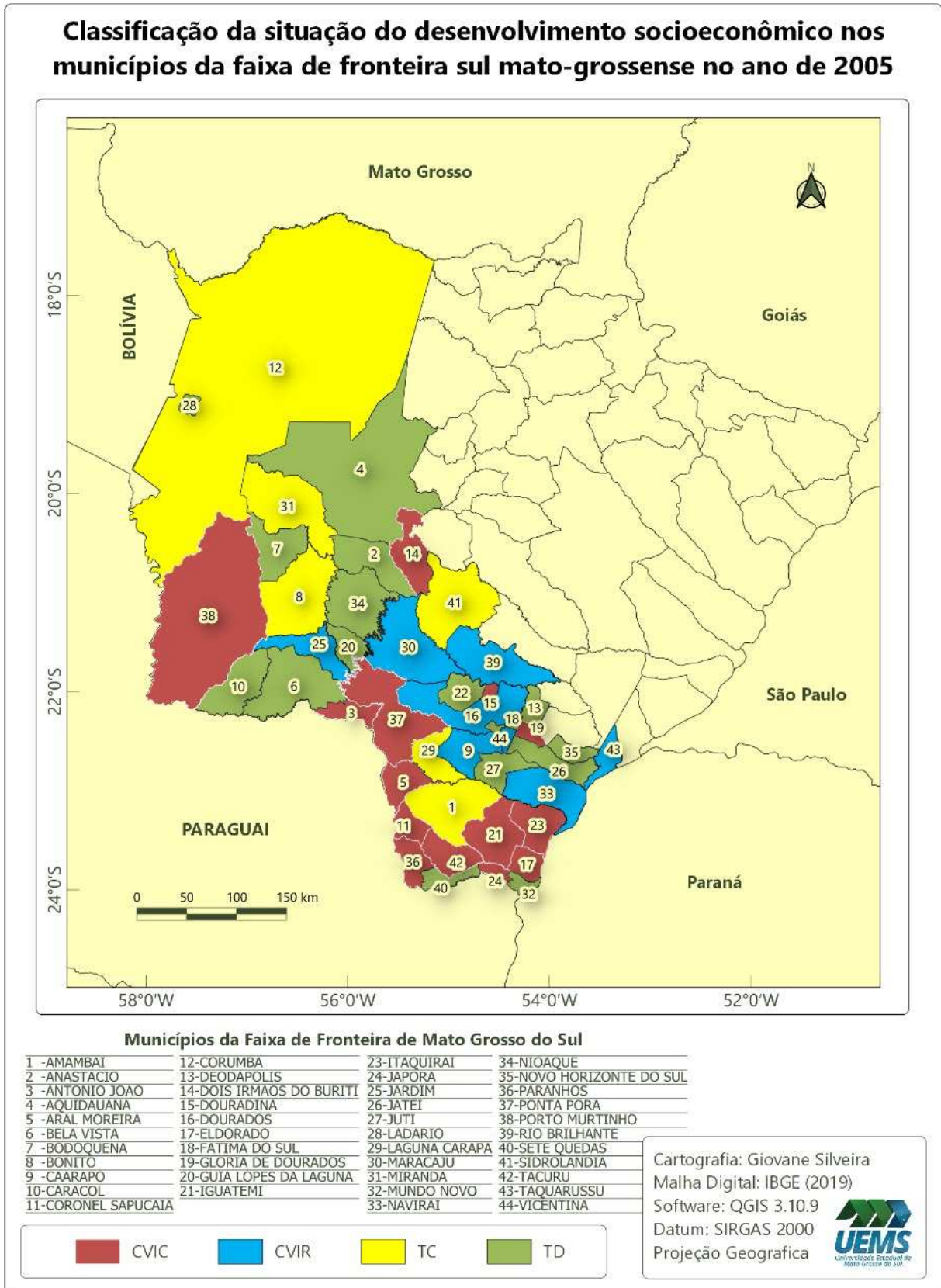
De acordo com a metodologia adaptada por Raiher e Ferrera de Lima (2017), um município pode ser classificado em quatro situações em relação a seu desenvolvimento socioeconômico. Tendendo ao crescimento, tendendo ao desenvolvimento, círculo vicioso e círculo virtuoso. Essa classificação tem como base o desempenho do município em relação aos indicadores de educação, saúde e emprego e renda.

Um município é considerado em situação de *tendendo ao crescimento* quando apresenta emprego e renda maiores que 0,60 e educação e saúde menores que 0,60 em geral regiões em crescimento apresentam elevação da renda e aumento das vagas de emprego em contra partida seus indicadores de educação e saúde são menores. Já os municípios que estão na situação de *tendendo ao desenvolvimento* devem apresentar educação e saúde maiores que 0,60 e emprego e renda menores que 0,60. Normalmente uma região tendendo ao desenvolvimento eleva seus investimentos em educação e saúde e apresentam uma qualidade de vida alta, no entanto, nem sempre os níveis de emprego e renda são altos.

Para ser considerado em situação de *círculo vicioso* um município deve apresentar todos os indicadores, educação, saúde, emprego e renda menores que 0,60. Geralmente regiões em círculo vicioso apresentam, baixo e estagnado estado de desenvolvimento e menor qualidade de vida e perspectivas em relação ao futuro, devido a precária condição socioeconômica, o que ao longo do tempo se manifesta de maneira viciosa e cíclica tendendo a piorar de maneira continua a situação do município. Por fim os municípios em situação de *círculo virtuoso* apresentam educação, saúde emprego e renda superiores a 0,60 em geral regiões nessa classificação são marcadas pelos elevados, constantes e crescentes níveis de desenvolvimento em todos os indicadores, o que, demonstra a virtuosidade do desenvolvimento que tende a aumentar de forma cíclica e continua.

A figura 18 retrata a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2005. Agrupando os municípios conforme a classificação da situação do desenvolvimento.

Figura 18: Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2005.



Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

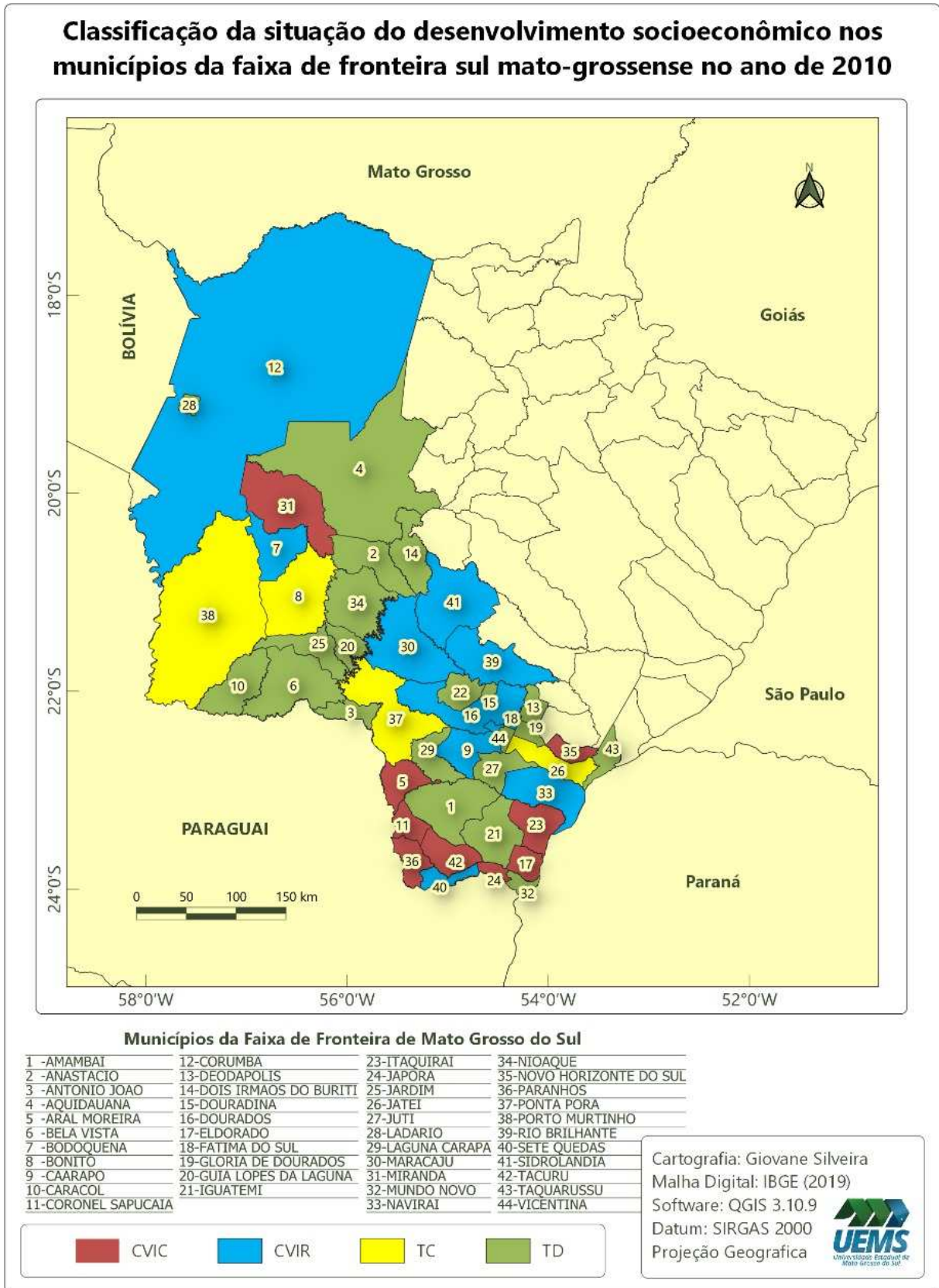
CVIC = Circulo Vicioso, CVIR = Circulo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento, TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Percebe-se que no ano de 2005, 36% dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense estavam na situação de *tendendo ao desenvolvimento* em relação ao desenvolvimento socioeconômico. O que representa 16 municípios sendo eles: Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Caracol, Deodópolis, Fátima do Sul, Guia Lopes da Laguna, Itaporã, Jateí, Juti, Ladário, Mundo Novo, Nioaque, Novo Horizonte do Sul e Sete Quedas. Assim esses municípios apresentaram melhores desempenhos em relação a saúde e educação, o que tende a melhorar a situação do desenvolvimento socioeconômico de sua população.

O segundo maior quantitativo de municípios com 34% encontra-se na situação de *círculo vicioso* em relação ao desenvolvimento socioeconômico o que totaliza 15 municípios sendo eles: Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Dois irmãos do Buriti, Douradina, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Japorã, Itaquiraí, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Tacuru. Esses municípios apresentaram baixo desempenho nos indicadores de educação, saúde, emprego e renda, e seu desenvolvimento socioeconômico está em situação de *ciclo vicioso*, isso acontece quando os municípios não conseguem avançar e melhorar seu desenvolvimento, permanecendo assim num ciclo vicioso de baixo desenvolvimento.

Apenas 8 municípios, o que representa 18% dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense estavam na situação de *círculo virtuoso* em relação ao desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: Caarapó, Dourados, Jardim, Maracaju, Naviraí, Rio Brillhante, Taquarussu e Vicentina. Esses municípios apresentaram melhores desempenhos em todas as variáveis analisadas, educação, saúde, emprego e renda. Por estarem em situação de *círculo virtuoso* esse desempenho segundo Nurkse (1957) tende a elevar-se de forma contínua e cíclica, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, tanto nos aspectos econômicos, quanto sociais. No ano de 2005, 6 municípios estavam na situação de *tendendo ao crescimento*, o que representa 12%, sendo eles: Amambai, Bonito, Corumbá, Laguna Carapã, Miranda e Sidrolândia. Nesses municípios apenas a variável emprego e renda apresentaram bons desempenhos, o que favorece a situação de *tendendo ao crescimento*, já a educação e saúde obtiveram baixos desempenhos com valores inferiores à média. Em 2005 o PIB apresentou 3,30% de taxa de crescimento, o setor secundário foi o que mais contribuiu, com 5,12%. Esse crescimento foi um fator significativo para que esses municípios permanecessem na situação de *tendendo ao crescimento*. No ano de 2010, a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, apresentou uma melhoria significativa. A figura 19 a seguir retrata essa situação.

Figura 19: Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2010.



Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

CVIC = Círculo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento, TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

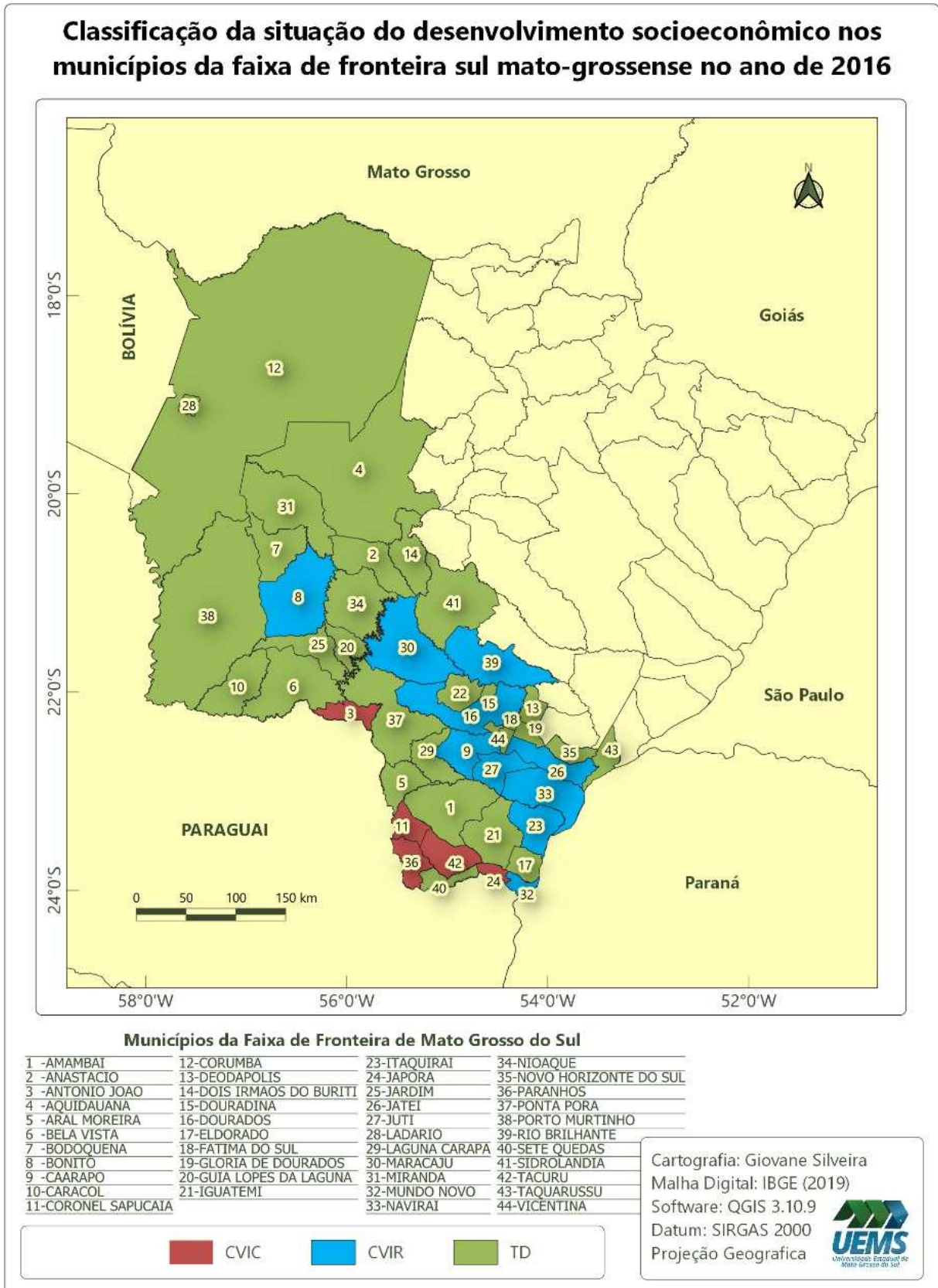
Conforme a figura 19, verifica-se que no ano de 2010, 47% dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense estavam na situação de *tendendo ao desenvolvimento*, houve avanço de 11% em relação a 2005. Os municípios em situação de *tendendo ao desenvolvimento* foram: Amambai, Anastácio, Antônio João, Aquidauana, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Jardim, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Mundo Novo, Nioaque, Taquarussu e Vicentina. A elevação no número de municípios *tendendo ao desenvolvimento* demonstra a evolução do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, onde esses 22 municípios apresentaram melhores índices de saúde e educação.

Em 2010, o número de municípios em situação de *círculo virtuoso* aumentou 4% em relação a 2005, passando de 8 para 10 municípios. No entanto, nem todos os 8 municípios permaneceram na situação de *círculo virtuoso*, o que demonstra certa instabilidade no desenvolvimento socioeconômico. Apenas 5 deles permaneceram, sendo eles, Caarapó, Dourados, Maracaju, Naviraí e Rio Brillhante. Já Bodoquena, Fátima do Sul e Sete Quedas saíram da situação de *tendendo ao desenvolvimento*, para o *círculo virtuoso* do desenvolvimento. Nos municípios de Corumbá e Sidrolândia, ocorreu um avanço, de *tendendo ao crescimento* para *círculo virtuoso*. Assim esses municípios apresentaram elevados desempenhos na educação, saúde, emprego e renda. O número de municípios na situação de *círculo vicioso* diminuiu 15%, caindo de 14 municípios em 2005 para 8 em 2010. Os municípios que se encontravam-se nessa situação foram: Coronel Sapucaia, Eldorado, Japorã, Itaquiraí, Miranda, Novo Horizonte do Sul, Paranhos e Tacuru. Percebe-se uma significativa redução no quantitativo de municípios nessa situação, o que demonstra a melhoria da educação, saúde, emprego e renda para esses municípios, em comparação a 2005.

Em se tratando de municípios em situação de *tendendo ao crescimento*, conforme a figura 19 apenas 4 municípios: Bonito, Jateí, Ponta Porã e Porto Murtinho se encontraram nessa situação no ano de 2010. De maneira geral percebe-se uma evolução na situação de desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em relação a 2005. O número de municípios no *círculo vicioso* em 2010 diminuiu 14% e cresce em 10% o número de municípios em situação de *tendendo ao desenvolvimento*, o que demonstra melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico e melhoria na qualidade de vida da população. A figura 20 a seguir retrata a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016.



Figura 20: Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016.



Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

CVIC = Círculo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento, TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Conforme a figura 20, no ano de 2016 não houve municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense na situação de *tendendo ao crescimento*. Percebe-se certa homogeneização na situação dos municípios, em relação ao desenvolvimento socioeconômico. Em 66% dos municípios, o que representa 29 municípios estão na situação de *tendendo ao desenvolvimento*. Ou seja, apresentam indicadores de educação e saúde elevados, porém apresentam emprego e renda menores.

Somente 10 municípios, o que representa 22% do quantitativo de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense encontram-se na situação de *círculo virtuoso* de desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: Bonito, Caarapó, Dourados, Itaquiraí, Jateí, Juti, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Rio Brillhante. Esses municípios apresentaram bons desempenhos em todas as variáveis analisadas, educação, saúde, emprego e renda. Em comparação com o ano de 2010, não houve elevação no número de municípios nessa classificação, apenas ocorreram alterações, alguns municípios que estavam em situação de *tendendo ao desenvolvimento* e *tendendo ao crescimento*, passaram para o *círculo virtuoso*. A única exceção foi o município de Itaquiraí que no ano de 2010 estava no círculo vicioso e atualmente em 2016, está em situação de *círculo virtuoso*, e isso se deve a investimentos públicos realizados em educação e saúde além do aumento de postos de trabalho, por meio da abertura de novas empresas no município.

Apenas 5 municípios sendo eles, Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru encontram-se na situação de *círculo vicioso*, apresentando baixos índices de educação, saúde, emprego e renda. Todos esses municípios com exceção de Japorã fazem parte da região de planejamento Sul fronteira, uma região caracterizada tradicionalmente por apresentar menores indicadores de desenvolvimento socioeconômicos e marcada pelas elevadas desigualdades, concentração de renda, pobreza, grandes latifúndios e especialização produtiva voltadas a atividades primárias relacionadas ao setor agropecuário.

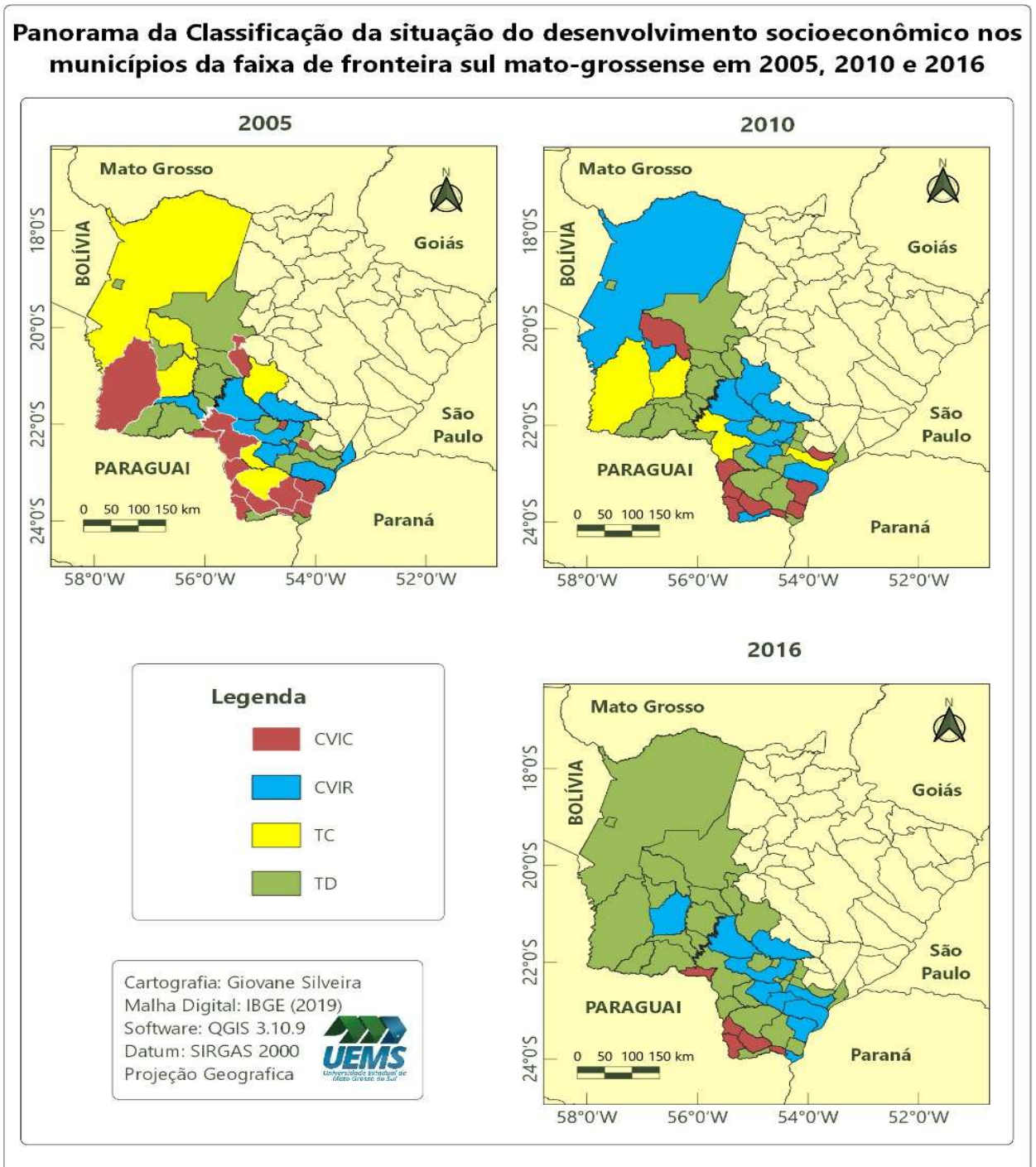
Em 2016 a situação dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense segue melhorando, o número de municípios em situação de *círculo vicioso* reduz 12% e eleva-se em 19% os municípios em situação de *tendendo ao desenvolvimento*. Essa evolução se deve principalmente ao setor agropecuário que nesse período expressou bons resultados, auxiliando assim, na melhoria do desenvolvimento desses municípios.

A figura 21 a seguir retrata o panorama da classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense ao longo dos anos de



2005, 2010 e 2016. Percebe-se que ao longo do período de análise houveram mudanças significativas na situação do desenvolvimento socioeconômico nesses municípios, houve também uma alta variação, ou seja, oscilação na situação de desenvolvimento entre os municípios.

Figura 21: Panorama da classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em 2005, 2010 e 2016.



Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

CVIC = Círculo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento, TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Conforme a figura 21, percebe-se que todos os municípios apresentaram tendência de diminuição do *círculo vicioso*, em 2005 eram 34% em 2010 a porcentagem reduziu para 20% e em 2016 caiu para 12%. O que demonstra uma redução considerável de 22% dos municípios na situação de *círculo vicioso*. No entanto, o aumento de municípios em situação de *círculo virtuoso* foi pequeno, apenas 5% em relação ao 2005. No ano de 2005, 18% dos municípios estavam nessa situação, em 2010 passou para 22,5% e em 2016 subiu para 23%. Conforme o passar dos anos os municípios que estavam na situação de *círculo vicioso* e *tendendo ao crescimento* passam a estar na situação de *tendendo ao desenvolvimento*, entretanto, no ano de 2016 cinco municípios ainda permaneceram em *círculo vicioso*.

A grande parte dos municípios, 66% estão na situação de *tendendo ao desenvolvimento* em 2016, isso mostra que a qualidade de vida melhorou nos aspectos de saúde e educação, porém a variável emprego e renda é baixa em todos esses municípios, carecendo assim de avanços. Ao longo do período de análise percebe-se uma melhoria significativa de 30% no desenvolvimento dos municípios em relação a 2005, isso em parte se deve ao bom desempenho do setor agropecuário na região e principalmente ao aumento das exportações de commodities e a elevação no preço dos produtos primários, o que acaba beneficiando a economia desses municípios devido a seu forte potencial para as atividades agropecuárias. Além disso, outro fator que pode ser um indicativo para melhoria da situação de desenvolvimento foram os investimentos realizados pelo governo de Mato Grosso do Sul em saúde e educação. Segundo o Portal da transparência (2021) Mato Grosso do Sul gastou no ano de 2016, foi gasto 924.013.347,01 em saúde e 979.652.386,15 em educação, o que conseqüentemente colaborou para melhoria dos indicadores socioeconômicos.

Conforme a figura 21, no ano de 2016 observa-se uma estagnação, nenhum município da faixa de fronteira sul mato-grossense está na situação de *tendendo ao crescimento*. No ano de 2005, 12% dos municípios estavam nessa situação, em 2010 diminuiu para 10% e em 2016 caiu para 0%, ou seja, nenhum município apresentava tendência a crescimento apresentando médias inferiores a 6 na variável emprego e renda. Isso indica a fragilidade desses municípios em termos de oportunidades de trabalho, por estarem localizados sobre a faixa de fronteira e longe dos grandes centros comerciais, o que dificulta a instalação de novas empresas, o que conseqüentemente inibe o crescimento destes municípios.

A renda é outra questão complexa, principalmente nesses municípios fronteiriços, apesar de quase 40% da população viver com uma renda média de meio salário mínimo mensal

(IBGE, 2020), muitos desses municípios apresentam um PIB per capita alto, porém a concentração também é alta tendo mais de 47% da renda nas mãos dos 10% mais ricos que na maioria são grandes produtores rurais proprietários de grandes latifúndios.

Assim, constata-se que a dinâmica socioeconômica existente nesses municípios é de alta desigualdade e baixa qualidade de vida, o que leva a população a migrar em muitos casos para informalidade e até mesmo atuarem em atividades ilícitas como contrabando, tráfico, descaminho entre outras (SHIKIDA, 2005). De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF, 2017), por serem municípios localizados próximos a países vizinhos como Paraguai e Bolívia, existem certas “facilidades” o que acabam por tornar atraentes as oportunidades ilegais. Devido à falta de trabalho e a baixa renda da população observa-se uma tendência no aumento de jovens ingressando no mundo do crime devido a falta de oportunidades dignas de trabalho. Muitos veem no crime uma alternativa de sobrevivência uma vez que por meios legais não conseguem suprir suas necessidades básicas de subsistência.

De acordo com Myrdal (1960) a *causação circular cumulativa* atua em dois sentidos: ela potencializa a condição dos municípios em *círculo virtuoso*, contudo, agrava a situação de municípios em *círculo vicioso*. E isso é justamente o que acontece nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Conforme demonstrado na figura 21 os municípios que se encontram em situação de *círculo vicioso* no ano de 2016 são os mesmos que estavam nessa situação em 2005 e 2010. Reforçando assim, a teoria da causação circular cumulativa que impede os municípios de romper com o subdesenvolvimento. Já em relação aos municípios em situação de *círculo virtuoso* existe certa variação, no entanto, 5 municípios sendo eles Maracaju, Dourados, Rio Brilhante, Caarapó e Naviraí permanecem nessa mesma situação durante todo período da análise, apresentando melhorias crescentes no desenvolvimento ao longo dos anos.

Os municípios que permaneceram na situação de *círculo vicioso* ao longo do período de análise são: Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru. Apenas Antônio João passou para *tendendo ao desenvolvimento* no ano de 2010, no entanto, no ano seguinte voltou novamente a estar em *círculo vicioso*. Como será abordado no próximo subitem, esses municípios caracterizam-se por estarem numa situação crítica de desenvolvimento socioeconômico, apresentando menor dinamismo econômico e social além de elevada desigualdade. A seguir abordaremos com mais profundidade o desempenho dos principais indicadores que retratam a dinâmica socioeconômica desses municípios, e os motivos que os fazem permanecerem nessa situação.

### 4.3 MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO CRÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Os municípios de Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru encontram-se na situação de círculo vicioso e apresentam baixos índices de educação, saúde, emprego e renda, o que os caracteriza em situação crítica de desenvolvimento tanto no aspecto social quanto no econômico. Esses municípios apresentam certas simetrias, ou seja, similaridades no desempenho negativo de seus indicadores socioeconômicos, relegando assim sua população local a baixa qualidade de vida e de bem-estar social.

De acordo com os dados demonstrados na sessão anterior, esses municípios permanecem na mesma situação desde o ano de 2005, com exceção apenas de Antônio João que no ano de 2010 saiu do círculo vicioso e passou para situação de tendendo ao desenvolvimento, porém logo no ano seguinte retornou para o círculo vicioso novamente. O fato de todos esses municípios permanecerem em situação de círculo vicioso ao longo dos 12 anos de análise confirma a teoria de Myrdal (1960) da causação circular cumulativa e de Nurkse (1957) do círculo vicioso da pobreza. Segundo esses autores regiões que se encontram em situação de baixo desenvolvimento tendem a permanecer nessa condição ao longo do tempo, tendo sua condição agravada e potencializada devido a causação circular cumulativa. Assim dificilmente conseguirão sair dessa realidade, uma vez que essa situação costuma se agravar de maneira cíclica e contínua, como o próprio Myrdal (1960) afirma, de forma circular e cumulativa levando a região a permanecer no círculo vicioso da pobreza discutido por Nurkse (1957).

Esses municípios apresentaram ao longo dos anos baixo desempenho em seus indicadores socioeconômicos, permanecendo em situação de círculo vicioso. A tabela 2 a seguir demonstra a população de cada um dos municípios, divididas por residentes na zona rural e urbana.

Tabela 2: População no ano de 2010

<b>Municípios</b>	<b>População total</b>	<b>População rural</b>	<b>População urbana</b>	<b>Densidade demográfica</b>
Antônio João	8.208	1.380	6.828	21,6
Coronel Sapucaia	14.064	3.856	10.208	14,9
Japorã	7.731	6.331	1.400	22,1
Paranhos	12.350	6.087	6.263	11,0
Tacuru	10.215	6.448	3.767	6,5

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano (2010). Com base no Censo Demográfico de 2010.

Segundo o IBGE (2020), todos esses municípios são de pequeno porte, Japorã apresenta a maior densidade demográfica com 22,1 habitantes por km<sup>2</sup> seguida de Antônio João com 21,6 habitantes por km<sup>2</sup>, o município com a menor densidade demográfica é Tacuru com 6,5 habitantes por km<sup>2</sup>. Em termos populacionais Coronel Sapucaia é o maior município, com 14.064 habitantes, seguido de Paranhos com 12.350. O menor município é Japorã com 7.731 habitantes. Conforme a tabela 2 percebe-se que 63% da população de Tacuru, 80% de Japorã e 51% de Paranhos reside na zona rural, o que expressa parcela significativa da população vivendo no meio rural.

Em relação aos indicadores territoriais e ambientais, Antônio João apresenta 2,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 6,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Coronel Sapucaia apresenta 32,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização. Japorã apresenta 3,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 98,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização. Paranhos apresenta 1,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 93,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização. E Tacuru apresenta 8,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 70% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização (IBGE, 2017).

Nesses municípios a agricultura familiar e de subsistência desempenha um papel importante. No entanto, o setor que mais emprega é o de comércio e serviços, grande parte da população ocupada trabalha em empresas familiares, cooperativas agroindustriais, lojas, supermercados e construção civil, além daqueles aos quais desempenham suas atividades nos setores públicos, municipais ou estaduais.

Porém, conforme demonstrado anteriormente esses municípios possuem baixo desempenho nos indicadores de emprego e renda, o que agrava ainda mais a situação socioeconômica de sua população e o alcance de melhores níveis de desenvolvimento. Segundo Furtado (1962) o processo de desenvolvimento se realiza de duas formas seja através de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da

introdução de inovações técnicas. Assim se esses municípios desejam elevar o desenvolvimento local devem atuar em uma dessas frentes.

Conforme a tabela 3 o município com o maior salário médio mensal da região é Paranhos com 2,2 a menor média salarial é verificada no município de Coronel Sapucaia com 1,7 os demais municípios variam de 1,8 e 1,9. Quando comparados à população de cada município com o número de pessoal ocupado, o município com a maior população ocupada é Coronel Sapucaia, registrado 8,8%. Entretanto percebemos que a situação nesses municípios é precária. Mais de 90% da população não desempenha atividades laborais formais, o que preconiza a precarização do trabalho e a informalidade.

Tabela 3: Trabalho e Rendimento no ano 2016

<b>Municípios</b>	<b>Salário médio mensal dos trabalhadores formais</b>	<b>Pessoal ocupado</b>	<b>População ocupada</b>
Antônio João	1,9	683	7,8%
Coronel Sapucaia	1,7	1.315	8,8%
Japorã	1,9	434	4,5%
Paranhos	2,2	1.025	7,4%
Tacuru	1,8	744	6,6%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016.

A baixa porcentagem da população ocupada em atividades formais, se deve em certa medida a falta de crescimento econômico nesses municípios, afetando assim o emprego e a renda da população local. De acordo com Schumpeter (1982), o crescimento é resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico. Sem esses incrementos, sejam eles através de investimentos em formação, capacitação, infraestrutura, tecnologia, distribuição de renda e inovação esses municípios dificilmente alcançaram o crescimento econômico.

E assim, sem o crescimento as chances de elevação do desenvolvimento socioeconômico diminuem. Segundo Sachs (2004) pode ocorrer crescimento, sem que ocorra desenvolvimento, mas desenvolvimento só ocorre após o crescimento. Segundo o autor para que ocorra desenvolvimento em seu sentido pleno, é necessário que o crescimento aconteça primeiro, uma vez que o crescimento econômico atua como facilitador do desenvolvimento. Para Schumpeter (1982) como o desenvolvimento é um processo de mudanças qualitativas mais ou menos radicais nas formas de organização do sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o movimento regular e ordenado, ela tende a ter dificuldade de ocorrer sem que haja crescimento econômico.

Os dados de renda e pobreza nesses municípios são alarmantes, segundo os dados do último censo realizados pelo IBGE em 2010, demonstrados na tabela 4, a situação desses municípios é crítica. Projeções mais recentes do PNUD (2019) demonstram que houve pouca melhoria. Dados mais recentes do Cadastro Único do Programa Bolsa Família em 2021 demonstram que o número de famílias que vivem com até meio salário mínimo nesses municípios ainda é alto.

Tabela 4: Renda e Pobreza no ano de 2010

<b>Municípios</b>	<b>Renda per capita \$</b>	<b>% de extremamente pobres</b>	<b>% de pobres</b>	<b>% da renda apropriada pelos 10% mais ricos</b>
Antônio João	411,49	11,57	25,93	43,71
Coronel Sapucaia	350,37	16,87	35,06	40,08
Japorã	241,32	42,15	56,46	47,71
Paranhos	271,52	33,54	52,84	48,71
Tacuru	367,68	23,07	34,36	46,38

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Existe uma elevada concentração de renda apropriada pelos 10% mais ricos e em contrapartida a alta desigualdade ao somar a porcentagem de pobres e extremamente pobres nesses municípios. Conforme a tabela 4 percebe-se que o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é em Paranhos com 48,71%, seguida de Japorã 47,71% e Tacuru com 46,38%. A menor concentração de renda, porém ainda elevada é de Coronel Sapucaia 40,08%. Nota-se que quanto maior a quantidade de renda apropriada pelos 10% mais ricos, maior é a porcentagem de pobres e extremamente pobres e conseqüentemente a maior desigualdade enfrentada pela população.

Dessa forma, a ação do Estado se torna importante na formulação de políticas e planos para que essas desigualdades sejam amenizadas, somente pela atuação do livre mercado a tendência é que ao longo do tempo essa desigualdade e concentração de renda se torne ainda maior. Essas ações devem atuar com vistas a distribuição de renda, melhoria do sistema de educação, saúde e habitação proporcionando assim oportunidades para que os indivíduos exerçam suas capacidades e vivam uma vida digna, com maior qualidade de vida e bem-estar social. Para que assim esses municípios avancem e melhorem qualitativa e quantitativamente seus níveis de desenvolvimento. Sem esse apoio por meio de ações direcionadas pelo Estado, como afirma Nurkse (1952) dificilmente uma região periférica por si mesma conseguirá superar o círculo vicioso da pobreza.

A tabela 5 apresenta um panorama com os dados do Programa Bolsa Família para os municípios. Algo que chama a atenção é o número de famílias que vivem com renda de até meio salário mínimo, o número é elevado para todos os municípios. As famílias que estão inseridas no cadastro único, ou seja, pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica é alto. Em todos os municípios mais de 40% da população estão cadastradas.

Tabela 5: Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2021

<b>Municípios</b>	<b>Famílias com renda até meio salário mínimo</b>	<b>Famílias inseridas no CadÚnico</b>	<b>Famílias beneficiadas do PBF</b>	<b>% da população beneficiada</b>	<b>Valor médio do benefício por família</b>
Antônio João	1.491	2.195	722	22,81%	108,99
Coronel Sapucaia	3.148	3.910	1.970	38,52%	153,93
Japorã	1.786	2.107	1.305	46,45%	187,46
Paranhos	2.298	3.006	1.644	45,26%	226,17
Tacuru	2.179	2.714	1.493	37,60	142,40

Fonte: Cadastro Único Programa Bolsa Família (2021).

O número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa família é significativo e consequentemente a porcentagem da população beneficiada pelo programa é alta. O município com a maior porcentagem de população beneficiada é Japorã com 46,45% da população, seguida de Paranhos e Coronel Sapucaia com 46,26% e 38,52% respectivamente. No entanto, quando se analisa o valor médio repassado as famílias conforme a figura 5, se percebe que o valor é baixo. Dificultando assim que essas famílias saiam da situação de pobreza, o que acaba acontecendo é que o valor repassado apenas auxilia a permanência dessas famílias nessa situação, novamente as mantendo no círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Segundo Myrdal (1960) as desigualdades regionais se agravam quanto mais pobre for o país, e isso ocorre de maneira circular e cumulativa. Sendo assim, para que haja progresso e melhoria na qualidade de vida nesses municípios se faz necessário planejamento e gestão no sentido de amenizar essas desigualdades pois de acordo com Myrdal quanto maior o nível de desenvolvimento, mais forte são os efeitos propulsores, e assim de maneira cíclica eleva-se o desenvolvimento.

O desempenho dos municípios também é mensurado pela participação do PIB nos setores de atividades, a tabela 6 a seguir apresenta o PIB para esses municípios. Observa-se que o setor que mais contribui para o PIB é o de comércio e serviços para todos os municípios, com destaque para Coronel Sapucaia e Paranhos onde esse setor é mais especializado.



Tabela 6: PIB no ano de 2016

Municípios	PIB R\$1.000,00			
	Agropecuária	Indústria	Com. E Serv.	TOTAL
Antônio João	76.641,09	8.172,06	99.227,05	184.040,20
Coronel Sapucaia	42.970,42	11.181,56	119.772,01	173.923,99
Japorã	32.922,59	3.971,83	62.755,62	99.650,04
Paranhos	40.173,33	8.245,88	110.185,18	158.604,39
Tacuru	66.644,40	7.049,40	104.755,64	178.449,44

Fonte: SEMAGRO (PIB com Valor adicionado, descontados impostos, 2016).

O segundo setor de maior relevância para esses municípios é o agropecuário, devido ao grande potencial produtivo da região e a vasta quantidade de terras cultiváveis (IBGE, 2020). O setor industrial possui baixa representatividade, sendo ainda muito incipiente, apresentando baixa relevância. A limitada presença de indústrias nesses municípios se deve em certa medida a localização, eles se encontram sobre a faixa de fronteira. Outros fatores que contribuem são a falta de mão de obra qualificada e de logística. Apesar desses fatores, existem oportunidades para expansão deste setor na região.

Segundo Hirschman (1961) o setor industrial é considerado um setor com grande potencial de gerar encadeamentos, apresentando esmagadora superioridade em relação a outras atividades. A dependência desses municípios dos setores de comércio, serviços e do agropecuário, explica a tendência de menor dinamismo econômico e social nessa região, uma vez que esses setores geram menos encadeamentos, dificultando assim o processo de desenvolvimento socioeconômico de sua população. Assim, se esses municípios expandirem sua base industrial e diversificarem sua economia as chances de gerar encadeamentos positivos aumenta, o que possibilitará a elevação da renda, postos de trabalho, e capacitação para população local. Além de no médio prazo elevar os indicadores de desenvolvimento dos municípios.

Os menores PIB são registrados em Japorã 99.650,04, Paranhos 158.604,39 e Coronel Sapucaia 173.923,99, decorrentes da sua pequena população, baixo percentual de pessoal ocupado, pouca presença de indústrias e baixa produção agropecuária. Antônio João e Tacuru apresentam melhores desempenho no PIB, no entanto, apesar de melhores resultados nesses municípios, nota-se que o PIB para todos os municípios é relativamente baixo, o que afeta o crescimento econômico e o desenvolvimento da população.

Conforme Hirschman (1958) o crescimento inicia-se nos setores líderes e transfere-se para os seguintes (satélites) de forma irregular/desequilibrada. Assim os desequilíbrios seriam

a forma de as economias (ou regiões) periféricas potencializem seus recursos escassos. Desse modo uma das possibilidades para a melhoria do PIB através do crescimento econômico é direcionar os esforços em termos de gestão e políticas públicas com um enfoque mais voltado para os setores líderes da economia, uma vez que esses setores são mais dinâmicos e demandam de componentes que outros setores subordinados podem produzir, transferindo assim ao longo do tempo crescimento e aumentando a dinamicidade socioeconômica da economia local.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico medido pelo PIB, que analisa o bem-estar apenas pela renda, o IDH se propõe a observar o desenvolvimento humano presente em determinado município. Considerando a renda como um dos meios para o desenvolvimento e não como seu fim. A tabela 7 a seguir demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Tabela 7: IDHM no ano de 2010 para municípios em situação crítica de desenvolvimento.

<b>Municípios</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Longevidade</b>	<b>IDHM Educação</b>	<b>IDHM</b>
Antônio João	0.633	0.799	0.526	<b>0.643</b>
Coronel Sapucaia	0.607	0.806	0.417	<b>0.589</b>
Japorã	0,547	0,791	0,337	<b>0,526</b>
Paranhos	0.566	0.811	0.444	<b>0.588</b>
Tacuru	0.615	0.782	0.434	<b>0.593</b>

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

**Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**

Muito alto desenvolvimento 0,800 - 1,000

Alto desenvolvimento 0,700 - 0,799

Médio desenvolvimento 0,600 - 0,699

Baixo desenvolvimento 0,500 - 0,599

Muito baixo desenvolvimento 0,000 - 0,499

Conforme a tabela 7 nota-se, que todos os municípios com exceção apenas de Antônio João apresentaram baixo desenvolvimento humano, isso se deve em certa medida a menor porcentagem de população ocupada a alta concentração de renda entre os 10% mais ricos e o baixo desempenho no PIB.

Analisando o IDHM desses municípios, pode-se observar um desempenho pouco expressivo, demonstrando assim que o desenvolvimento carece de avanços. Todos os municípios possuem IDHM menores que a média do estado de Mato Grosso do Sul, reforçando a ideia de que municípios localizados em regiões periféricas apresentam dificuldades na superação do subdesenvolvimento seja por falta de investimentos em setores chaves na economia, ou falta de políticas públicas que visem impulsionar o desenvolvimento. Enfrentando

assim problemas de saúde precária, baixos níveis educacionais e menores médias salariais entre seus habitantes. Confirmando assim o que Machado (2005) e Torrecilha (2013) relatam em seus trabalhos, que a faixa de fronteira é considerada uma região de necessidades latentes, carente de ações consistentes, que promovam seu desenvolvimento.

A saúde desempenha um papel importante para melhoria e elevação do desenvolvimento de um município a tabela 8 a seguir apresenta alguns indicadores de saúde para esses municípios.

Tabela 8: Indicadores de saúde no ano de 2016

<b>Municípios</b>	<b>Estabelecimentos de saúde SUS</b>	<b>Mortalidade infantil para mil nascidos vivos</b>	<b>Óbitos de menores de 1 ano</b>	<b>Nascidos vivos</b>
Antônio João	5	18,4	3	163
Coronel Sapucaia	7	15,63	5	320
Japorã	6	11,9	2	168
Paranhos	9	18,99	6	316
Tacuru	6	21,62	4	185

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

Em relação aos indicadores de saúde o que mais chama a atenção é o elevado percentual de mortalidade infantil, todos os municípios apresentam médias superiores à do Brasil que é de 10,9 por mil nascidos vivos (IBGE, 2020). Os mais altos percentuais são em Tacuru com 21,62 mortes a cada mil nascidos vivos e Paranhos com 18,99. Ao longo dos anos esse percentual vem diminuindo, e isso se deve a melhorias no Sistema Único de Saúde, realizados pelo Governo do estado de Mato Grosso do Sul. As reformas em hospitais, construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de compras de equipamentos e capacitação de servidores colaborou. Porém ainda carecem de avanços, em certa medida, o percentual elevado de mortalidade infantil se deve a falta de unidades especializadas em atendimento, todos esses municípios dependem de atendimento especializado de outros municípios os quais possuem estrutura de saúde especializada.

Segundo Myrdal (1960) e Sen (2001) o desenvolvimento não se consegue apenas com melhorias na distribuição de renda e na ampliação da produção, mas também com a garantia ao acesso a serviços públicos de qualidade, em especial aqueles que mantêm os níveis de vida e têm reflexo nos indicadores sociais, como a saúde. O acesso a serviços adequados de saúde auxilia no bem estar da população, colaborando para elevação nos indicadores de desenvolvimento.

O coeficiente de GINI funciona como um termômetro da desigualdade, e consiste em um número entre 0 e 1, quanto menor o índice, menor a desigualdade e quanto maior, mais elevada é a desigualdade. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo ser usado também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. A seguir a tabela 9 apresenta o coeficiente GINI nos municípios em situação crítica de desenvolvimento.

Tabela 9: Coeficiente de GINI no ano de 2010

<b>Municípios</b>	<b>GINI</b>
Antônio João	0.54
Coronel Sapucaia	0.55
Japorã	0.66
Paranhos	0.64
Tacuru	0.60

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Os municípios apresentam elevada desigualdade conforme demonstrado pelo coeficiente de GINI, o que evidencia a situação crítica vivenciada por sua população. Conforme demonstrado na tabela 9 os municípios com as maiores desigualdades são Japorã com 0,66, Paranhos com 0.64 e Tacuru com 0.60. Embora o estado de Mato Grosso do Sul apresente menor desigualdade que o Brasil, todos os municípios em situação crítica de desenvolvimento na faixa de fronteira sul mato-grossense apresentam maior desigualdade e concentração de renda.

Japorã é o município com a maior desigualdade, com coeficiente de GINI de 0,66, o que demonstra a elevada concentração de renda entre seus habitantes. Aonde poucas pessoas possuem elevados montantes de patrimônio e riqueza, enquanto muitas pessoas não possuem o necessário para subsistência. Entre os 79 municípios de Mato Grosso do Sul Japorã classifica-se em 76º na economia, estando entre as mais baixas do estado, com apenas 4,5% da população ocupada em atividades formais, a menor do estado. No ranking da educação está na 77º posição, e apresenta 47,71% da renda apropriada pelos 10% mais ricos (IBGE, 2020).

Paranhos é o segundo município com alta desigualdade, com coeficiente de GINI de 0,64 classifica-se como a 79º economia, a mais baixa do estado, possuindo apenas 7,4% da população ocupada em atividades formais. Estando em 74º no ranking na educação, e apresentando 48,71% da renda apropriada pelos 10% mais ricos (IBGE, 2020). Tacuru é o terceiro município com alta desigualdade, classificando-se na 73º posição na economia do

estado, 63º no ranking da educação, possuindo população ocupada em atividades formais de 6,6% e apresentando 46,38% da renda apropriada pelos 10% mais ricos.

Os demais municípios de maneira semelhante também apresentam péssimos desempenhos em seus indicadores socioeconômicos, e estão na situação de círculo vicioso do subdesenvolvimento. Sendo caracterizados como uma região periférica com baixo dinamismo econômico e social. Assim, sua população lida diariamente com a baixa qualidade de vida, sendo relegados a marginalização social, ou seja, não podem fazer parte de determinados grupos e ter acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e moradia dignos. Sendo impedidos como diria Sen (2000) de exercer suas liberdades substanciais básicas.

Segundo Hoffmann (2010) a curva de Lorenz, utilizada para o cálculo do coeficiente de GINI, pode subestimar o valor real da desigualdade se as famílias mais ricas forem capazes de usar a renda de forma mais eficiente do que as famílias de baixa renda, ou vice-versa. Assim, levando em conta esse fator, tem-se a possibilidade que a desigualdade real nesses municípios seja ainda mais elevada do que expressa pelo coeficiente de GINI. Por fim, estes baixos desempenhos nos indicadores socioeconômicos demonstram a significativa desigualdade acentuada pela situação de círculo vicioso em relação ao desenvolvimento, o que coloca esses municípios em situação crítica de desenvolvimento.

De acordo com Rosseau (1755) a desigualdade social, essa demonstrada de forma extrínseca, pode, deve e precisa ser alterada. No entanto, dificilmente podem ser revertidas apenas pelo próprio indivíduo, em geral essas desigualdades só alcançam mudanças quando existem esforços coletivos por meio da coesão social com o apoio do estado com políticas públicas voltadas a transformação social.

Segundo Myrdal (1960, p.43) "O jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais". Sendo assim, regiões periféricas, com alta concentração de renda e desigualdade ao buscarem implantar uma visão liberal, deixam que o mercado dite as regras do jogo. E assim seu resultado, o aumento das desigualdades, conforme pontuado por Myrdal é apenas questão de tempo para que se concretize. Uma vez alcançado essas regiões adentram no processo de causação circular cumulativa, o que torna cada dia mais acentuado sua natureza desigual e mais difícil de ser revertido.

Por fim, salientamos que as questões de desenvolvimento vão muito além do escopo dos indicadores socioeconômicos, porém, eles são essenciais pois auxiliam a retratar, mensurar e avaliar a realidade socioeconômica de um território, além de servir de base para criação de

políticas públicas que auxiliem na melhoria das condições de vida e bem estar social. Segundo Sen (2000) a expansão e melhoria dos serviços de saúde, educação e seguridade social criam oportunidades para os indivíduos e contribui diretamente para ampliação das capacidades humanas e para qualidade de vida, além de melhorar o desenvolvimento de um país ou região. Os investimentos nessas áreas básicas, produzem resultados efetivos e notáveis no desenvolvimento e na qualidade de vida da população no longo prazo. E assim parafraseando Sen (2000) uma vez que o desenvolvimento é alcançado ele proporciona liberdade para os indivíduos e essa liberdade não se torna apenas o fim primordial, mas também o meio principal do desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que uma região supere o subdesenvolvimento existem barreiras que precisam ser superadas, a desigualdade, a fome, a pobreza, a baixa escolaridade e a informalidade são alguns exemplos. No entanto, a identificação do cenário socioeconômico realizada por meio de análise dos indicadores é um dos primeiros passos nessa jornada. Através dela é possível conhecer com mais profundidade a realidade e o contexto social e econômico de um território. A análise dos indicadores de desenvolvimento permite também a mensuração da situação vivenciadas nos mais diversos aspectos como, educação, saúde, emprego e renda e auxiliam na formulação de políticas públicas mais assertivas, com as demandas da sociedade.

Através da teoria constatou-se que as chances de uma região superar sua condição de periferia por conta própria é difícil, até podem existir exceções, porém elas não são regras, não é porque uma região conseguiu melhorar sua condição por meio de suas potencialidades locais, que necessariamente todas as demais regiões também podem conseguir. O que acaba acontecendo é a estagnação e perpetuação de muitas regiões ao subdesenvolvimento. O que se percebe é que sem planos adequados de desenvolvimento, pautados em políticas públicas eficientes, seguidos de boa gestão, planejamento público e concertação social a maioria dessas regiões estão fadadas a permanecer nessa situação (PREBISCH, 1949; HIRSCHMAN, 1958; MYRDAL, 1960; FURTADO, 1961; SEN, 2001).

Sendo assim este trabalho surgiu da necessidade de se analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Uma vez que esses municípios são considerados periféricos e apresentam menor desenvolvimento e tendência à permanência no ciclo vicioso do subdesenvolvimento. A análise foi baseada nos indicadores socioeconômicos oficiais disponibilizados pelos órgãos públicos e abrangem o período de 2005 a 2016.

Em linhas gerais a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense é marcada por diversas fragilidades, tais como: poucas oportunidades de emprego, menor renda per capita, elevada informalidade, baixo desempenho da educação básica e alta porcentagem da população beneficiária do Programa Bolsa Família. Os menores indicadores desses municípios são os de emprego e renda.

O setor que mais contribui para o PIB é o de comércio e serviços apresentando 61% de contribuição, o segundo setor com maior expressividade é o agropecuário com 25% e o setor

industrial representa 14%. Em relação ao IFDM emprego e renda o que se percebe pela média dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense é um declínio ao longo dos anos. Em 2005 se registrou uma média de 0.57, em 2010, 0.56 e em 2016, 0.51, apesar de haver expectativa de crescimento com o passar dos anos, não é o que se percebe na região, pelo contrário, houve retração na variável emprego e renda, o que conseqüentemente afetou o desenvolvimento socioeconômico da região.

Já o IFDM educação demonstrou evolução no período analisado, percebe-se um crescimento significativo, no ano de 2005 os municípios apresentavam regular desenvolvimento com 0,57. Em 2010 eles avançam para moderado desenvolvimento com média de 0,65. Em 2016 houve avanço na educação, porém os municípios permaneceram com desenvolvimento moderado, com média de 0,74, enquanto, a média dos demais recortes geográficos foram superiores para todo o período analisado. A média no IDEB para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ensino fundamental no ano de 2017 foi de 5,0 e do ensino médio de 3,4. Esses resultados mostram o baixo desempenho desses municípios em relação a educação básica, o que por conseqüência também afeta o desenvolvimento.

No IFDM saúde também se observa um crescimento positivo para os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense ao longo dos anos. A média da região em 2005 era 0.64 em 2010 subiu para 0.69 e em 2016 para 0.76 passando assim de regular para moderado desenvolvimento, no entanto, ao comparar com os demais recortes geográficos o crescimento é menor, enquanto os demais cresceram em média 10% os municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense crescem apenas 5% no IFDM saúde ao longo dos anos.

As médias do GINI mostraram que os municípios localizados sobre a faixa de fronteira sul mato-grossense apresentam mais desigualdades que os demais municípios de MS que não estão sobre a faixa de fronteira. Ou seja, os municípios localizados na faixa de fronteira sul mato-grossense mesmo fazendo parte do estado de Mato Grosso do Sul, apresentam maior desigualdade que os municípios de MS que não estão localizados sobre a faixa de fronteira. Isso se deve em certa medida as especificidades presentes no contexto fronteiriço.

Além da elevada desigualdade outro indicador que também chama atenção são os altos volumes renda concentrados nas mãos dos 10% mais ricos, em contra partida com a porcentagem de pobres e extremamente pobres que também é elevada. De maneira geral os indicadores de saúde apresentam melhores desempenhos, no entanto carecem de avanços. Já os



indicadores de educação são moderados e em alguns municípios são baixos. Esses problemas acabam atingindo de maneira mais intensa principalmente as classes com menor poder aquisitivo e por consequência as mais dependentes dos serviços que são financiados pelo Estado, o que acaba refletindo no aumento do desemprego, violência, marginalização, informalidade e desalento social.

Apesar de apresentar indicadores abaixo da média a situação socioeconômica dos municípios melhorou ao longo do período de análise, em 2005, 34% dos municípios estavam no círculo vicioso, já em 2010 esse número caiu para 20,5% e em 2016 diminuiu para 12%. Houve melhoria de 5% no quantitativo de municípios em situação de círculo virtuoso dentro dos 12 anos que compreendem a análise. A maioria dos municípios, 66% está na situação de tendendo ao desenvolvimento, porém chama-se a atenção o fato de não haver nem um município em situação de tendendo ao crescimento no ano de 2016. Ao longo dos anos observou-se a diminuição no quantitativo de municípios nessa situação, e por fim no ano de 2016 não existe mais nenhum município tendendo ao crescimento.

Os municípios de Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru continuam na situação de círculo vicioso desde o ano de 2005, apesar de uma pequena melhoria em seus indicadores, esses municípios não conseguiram romper com o círculo vicioso, o que novamente reforça a teoria da causação circular cumulativa proposta por Myrdal e a teoria do círculo vicioso de Nurkse. Segundo esses autores pela própria natureza cumulativa e circular do processo de desenvolvimento uma região que apresente baixos desempenhos em seus indicadores, elevada pobreza e desigualdade, tende a se manter ou até mesmo piorar essa situação com o passar do tempo. E é justamente o que se percebe nesses municípios, todos permanecem na mesma situação, demonstrando baixos indicadores de educação, saúde, emprego e renda e estão em situação crítica de desenvolvimento socioeconômico, carecendo assim de ações rápidas e assertivas que revertam essa difícil situação enfrentada por sua população.

Apenas 10 municípios, o que representa 22% do quantitativo de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense encontram-se na situação de círculo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: Bonito, Caarapó, Dourados, Itaquiraí, Jateí, Juti, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Rio Brillante. Esses municípios apresentaram bons desempenhos em todas as variáveis analisadas, educação, saúde, emprego e renda. Em comparação ao ano de 2005 apenas três municípios avançaram para essa classificação, Jateí e Juti estavam na situação

de tendendo ao desenvolvimento e Bonito tendendo ao crescimento. Os demais municípios permaneceram na situação de círculo virtuoso ao longo da análise e melhoraram seus indicadores de maneira significativa. Novamente esses fatos reforçam a teoria de Myrdal e Nurkse.

Assim, os resultados obtidos neste trabalho visam auxiliar na compreensão sobre a realidade socioeconômica dos municípios fronteiriços. Essas informações podem contribuir para elaboração, gestão e planejamento de políticas públicas focalizadas nos problemas e especificidade próprias de regiões de fronteira. A situação enfrentada nesses municípios exige ações/iniciativas coerentes com a realidade dos municípios de fronteira que contemplem os problemas específicos e característicos dessa região. Para que assim seja fomentado/viabilizado o desenvolvimento socioeconômico desse território. Nesse sentido, espera-se que os governantes atuem sobre as lacunas e fragilidades presentes nesses municípios e evidenciadas por esse trabalho.

De maneira geral, esta análise foi realizada com o intuito de subsidiar a discussão sobre o desenvolvimento nos municípios fronteiriços, apresentando assim com mais profundidade a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, por meio de seus respectivos indicadores socioeconômicos. Proporcionando conhecimento e reflexão sobre aspectos vivenciados na fronteira que muitas vezes são negligenciados ou “não cabem” ao diálogo público.

Ao término deste trabalho conclui-se que na maioria das vezes o que vai produzir o desenvolvimento em um território é simples, complexo é a maneira como isso será conduzido. Assim o processo de concertação social se torna um mecanismo essencial para que o desenvolvimento seja alcançado e os indivíduos possam desfrutar de qualidade de vida e bem-estar social adequados.

Tendo em vista esses resultados, a maior limitação deste trabalho foram a falta de dados atualizados, devido á pandemia do Covid-19, e os cortes de verbas o censo demográfico não foi realizado, e alguns órgãos governamentais interromperam a publicação de dados, o que acabou dificultando e comprometendo em certa medida o andamento e a ideia inicial desse trabalho, exigindo que ele fosse adaptado para o período no qual haviam dados disponíveis. Por conta disso acreditamos que novos trabalhos possam ser desenvolvidos no momento em que os dados atualizados forem disponibilizados pelos órgãos oficiais competentes.

Para que assim, possa-se existir um histórico do desenvolvimento nessa região, que auxiliem a sociedade e gestores públicos a acompanharem a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e atuem no sentido de melhorar o desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Outros possíveis temas de pesquisas que poderiam ser realizados no intuito de complementar e ampliar a discussão proposta nesse trabalho são:

- Analisar qual é a efetividade e autonomia do planejamento público e municipal para a fronteira?
- Seria possível pensar em ações/ projetos propositivos para os municípios em situação de círculo vicioso? (Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos e Tacuru)
- Seria a especialização produtiva de Mato Grosso do Sul responsável por gerar ainda mais abismos, exclusões e contribuir para o processo de periferização?
- Quais as possibilidades para a diversificação produtivas para os municípios fronteiriços?
- O crime em regiões de fronteira seria uma opção viável, necessária para sobrevivência ou escolha individual?
- O lado estrangeiro seria o responsável pelos baixos salários ao aumentar a oferta de mão de obra?
- Como ocorre a dinâmica do mercado de trabalho em regiões fronteiriças?
- Existe viabilidade para o progresso através do setor industrial para os municípios fronteiriços sul mato-grossenses? Quais?
- Quais os caminhos devem ser trilhados para superação do subdesenvolvimento fronteiriço sul mato-grossense?

## Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 49-63, 2008. DOI: 10.1590/S1413-45192008000100004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11843>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

AMARAL, P. Nobel 1974: Gunnar Myrdal. In: **Nobel 1974: Gunnar Myrdal**. Terraço econômico, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://terracoeconomico.com.br/nobel-1974-gunnar-myrdal/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ANZALD/A, G. **Borderlands/La Frontera: The new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

ARCE, J. M. V. Al otro lado de la línea. Representaciones socioculturales en las narrativas sobre la frontera México-Estados Unidos. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 62, n. 2, p. 125-149, abr./jun. 2000.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Dados do coeficiente de GINI** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 15.set.2021.

Babbie, Earl. 1990. **Survey Research Methods**. 2d ed. Belmont, Calif.: Wadsworth Publishing Company.

BAPTISTA, L. T. D. **Arranjo produtivo local de turismo em Ponta Porã-MS: uma proposta para o desenvolvimento fronteiriço**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, PPGDRS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2016.

BARBOSA, F. R.; MOREIRA G. B.; MARIN, S. R. A pobreza multidimensional nos municípios de Mato Grosso do Sul. **REVISTA DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA**, Ponta Porã, ano 2019, v. 3, n. 2, ed. 1, p. 173-189, 10/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2QkrXDt>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BARBOSA, F. R. G. M. **Índice de desenvolvimento dos municípios da Microrregião de Dourados-MS: uma aplicação da análise fatorial**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, 2000.

BASSAN, D. S. Alguns aspectos teóricos do desenvolvimento com o olhar na região do Vale do Paranhana. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.16, n.29, p. 39-47. jun. 2014.

BELARMINO, O. M; VIEIRA, R. M. Desenvolvimento fronteiriço: Uma análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. **Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras**, Toledo - PR, p. 517-537, 2020. Disponível em: <https://gpfronteras.wixsite.com/coloquio-fronteiras> Acesso em: 07.jan.2021.

\_\_\_\_\_. Mapa: **Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2005**. Ponta Porã: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

\_\_\_\_\_. Mapa: **Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2010**. Ponta Porã: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

\_\_\_\_\_. Mapa: **Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016**. Ponta Porã: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

\_\_\_\_\_. Mapa: **Panorama da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense nos anos de 2005, 2010 e 2016**. Ponta Porã: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

BIDERMAN, C., COZAC, L. e REGO, J. M. **Conversas com Economistas Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? In: BOISIER, S. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Homo Sapiens, 2001.

BONENTE, B. I. Realismo e emancipação: crítica explanatória à teoria do desenvolvimento. In: **XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR)**, 2009, Niterói. Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2009a.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979. **Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências**. Brasília. 1979.

\_\_\_\_\_. (Ministério da Integração Nacional). **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de**

Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: [s. n.], 2005. 418 p. Disponível em: <https://bityli.com/YZdGh>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Disponível em: <https://bit.ly/37ifsl6> Acesso em: 4 dez. 2020.

BRITO, A. R. **Gestão de políticas públicas para bens comuns em território fronteiriço: o caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)**. Orientador: Fabrício José Missio. 2018. 158 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.) - UEMS, Ponta Porã, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/PLXmW>. Acesso em: 18 maio 2021.

CADASTRO ÚNICO. **Bolsa família**, disponível em: <https://bit.ly/2I93CzA> Acesso em: 15.set.2021.

CARDOSO, F. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí SP: Paco, 2018.

CASTELLO, I. R. Áreas de Fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados? In: **Práticas de Identificação nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Instituto Goethe; ICBA,1995.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **História da Cepal**. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CORRÊA, A. **Políticas públicas para a integração regional da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul: um estudo da “borda fronteira Brasil/Paraguai”**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo, 2019.

COSTA, M. C. V. **Desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

FARIAS, G. E. G. **Diagnóstico socioeconômico e produtivo da faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2006-2016**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, MS, 2019.

FERRERA DE LIMA, J. A face obscura do desenvolvimento regional. In: **Desenvolvimento regional: discussões e reflexões**. Org. SIEDENRG, D. R.; LOCK, F. do N.; LONDERO, J. C. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011.

FERRERA DE LIMA, J.; HERSEN, A.; KELIN, C. F. **Desenvolvimento humano municipal no Oeste do Paraná: o que mostram os indicadores?** G&DR, Taubaté, v. 12, n.1, p. 157-173, 2016.

FERRERA DE LIMA, Jandir (org.). **Desenvolvimento regional fronteiro no Brasil**. Toledo: UNIOESTE, 2020.

FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro**. São Paulo: Atlas. 2007, p. 44.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **IFDM – Ano base 2005, 2010 e 2016**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2020.

FREITAS, E. de. "**Subdesenvolvimento e os problemas sociais**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://bit.ly/2Xb4ngb>. Acesso em 08 de julho de 2020.

Furtado, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].

\_\_\_\_\_. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política** 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **O subdesenvolvimento revisitado**. In: *Economia e Sociedade*. 1ª ed., Campinas, 1992b.

\_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

\_\_\_\_\_. **Análise do modelo brasileiro**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [1973].

GALVÃO, A. C. F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GHETTI, I. B. L. **A questão urbana no universo fronteiro: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã / MS**. Orientador: Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim. 2008. 101 p. Dissertação (Mestrado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2636>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GOETTERT, J. D. **Fronteiras Quando o “paraíso” e o “inferno” moram ao lado: identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai).** Dourados: UFGD, 2017. 125 p. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/221/131/411-1>. Acesso em: 24 fev. 2020.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Revista Mana, Estudos de Antropologia Social**, v. 3, n. 1, p. 7-39, abr. 1997.

HIRSCHMAN, A. Efeitos de fluência e polarização. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) **Economia Regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

\_\_\_\_\_. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico.** New Haven: Yale University Press, 1958.

\_\_\_\_\_. **The strategy of economic development.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medida de desigualdade e pobreza.** Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO. **La dinámica del desarrollo humano regional. 2002.** Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2002\\_es.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2002_es.pdf) Acesso em: 29. dezembro 2020.

IFDM - **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal,** Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/> Acesso em: 9. junho.2020.

IDESF Estudo: A lógica econômica do contrabando. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2017/10/26/estudo-a-logica-economica-do-contrabando/> Acesso em: 28 setembro de 2021.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v36, n. 1, p. 51-72, 2002.

KRÜGER, C. et al. **Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira.** n. 4, p. 22, 2017.

LAMBERTI, E. **Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.** 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

LEWIS, W. A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES R. F. Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: O Caso Do Brasil. **Texto Para Discussão N°358, CEDEPLAR/FACE/UFMG,** Belo Horizonte, 2009.



LUGO, A. Reflexiones sobre la teoría de la frontera, la cultura y la nación. In: Michaelsen, Scott; Johnson, David E. (Comp.). **Teoría de la frontera: los límites de la política cultural**. Buenos Aires: Gedisa, 2003.

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília, DF, n. 20, p. 1-554, jun. 2005. Edição especial. Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2005.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB - Porto Alegre, 1998.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Programa Calha Norte**. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy\\_of\\_programa-calha-norte](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte) Acesso em: 12.nov.2021.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. MEC/ISEB - Coleção Textos de Economia contemporânea. Rio de Janeiro, 1960.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento**. Brasília: UnB, 1970.

\_\_\_\_\_. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968 [1957].

MOURA, A. (1990), **O evangelho do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In Agarwala, A. N.; Singh, S. P.(eds.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969 [1952].

\_\_\_\_\_. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957 [1953].

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, [s. l.], v. 5, ed. 2, p. 37-48, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477> . Acesso em: 25 jun. 2021.

OLIVEIRA, T. C. M. de. A FRONTEIRA DO ARCO CENTRAL E SUA REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL. In: PÊGO, Bolívar. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. v. 4, cap. 4, p. 57-66. ISBN 978-85-7811-364-3. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20200109%20-%20livro\\_frenteirasdobrasil\\_vol%204\\_completo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20200109%20-%20livro_frenteirasdobrasil_vol%204_completo.pdf). Acesso em: 25 jun. 2021.

PEDROLLO-MACHADO, C. C. **Estado e Desenvolvimento Econômico: uma análise de Mato Grosso do Sul no período 2008-2015**. 2018. - f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e

Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

PÊGO. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central**. Organizadores: Bolívar Pêgo (Coordenador) ... [et al.] - Rio de Janeiro: Ipea, MDR, 2019 v. 4. 354 p. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35256&Itemid=444](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35256&Itemid=444) Acesso em: 27. jan. 2021.

PIFFER, M. A dinâmica da base econômica regional. In: PIACENTI, Carlos Alberto. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipú, 2016. p. 108-121.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1949].

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Dados de gastos de Mato Grosso do Sul** Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/> Acesso em: 10.nov.2021.

RAIHER, A. **A Faixa de Fronteira Brasileira e o Desenvolvimento Humano**. In: Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional – UNIOESTE, 2020. p. 16-34. ISBN 978-65-00-01930-8.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento humano municipal no sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza**. In: Acta Scientiarum. Disponível em: Doi: 10.4025/actascihumansoc.v36i2.24809 Acesso em: 29.dez.2020.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento humano nas regiões brasileiras: o que fazer? **Revista Espacios**, [s. l.], v. 38, ed. 51, p. 28-42, 2017. Disponível em: [revistaespacios.com/a17v38n51/17385128.html](http://revistaespacios.com/a17v38n51/17385128.html). Acesso em: 25 jun. 2021.

ROUSSEAU, J. J. – **A origem da desigualdade entre os homens**; tradução de Ciro Mioranza. – São Paulo, SP: Lafont, 2017.

REICHEL, H. J. e GUTFREIND, I. **Fronteira e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

RIBEIRO, C. P. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: Influência no debate sobre a questão regional brasileira**. Orientador: Hoyêdo Nunes Lins. 2010. 130 f. TCC (Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFMS, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123744>. Acesso em: 14 jan. 2021.

RIBEIRO A. **Desigualdades regionais do Brasil**. INFOESCOLA. Disponível em: <https://bityli.com/5Zfdl> Acesso em: 22.dez.2019.

ROCHA, A. A. da. **Uma análise do crescimento econômico na faixa de fronteira: o caso do Paraná**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de

Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus/Toledo. 2013.

ROCHA, S. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão n.721)

ROSTOW, Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não comunista)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANT'ANA, M. **The evolution of the concept of development: from economic growth to human development**. Louvain-la-Neuve: Inter-University Attraction Pole, 2008.

SANTOS, J. A. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero**. Disponível na internet: <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%203a7.pdf>. acesso em março de 2020.

SEMAGRO Secretaria de estado de meio ambiente e desenvolvimento econômico, produção e agricultura familiar. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**. Disponível em: <https://bityli.com/jBolb> Acesso em: 20.out.2020.

SEN, A. (2001), **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. Lua Nova - Revista de Cultura Política, no .28/29, 1993. Original inglês, 1989.

SCHUMPETER, J. A. (1982). **Teorias do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural.

SCHUMPETER, J. A. ([1911] 1961) **The Development Economics**. Oxford: Oxford University Press, 1961.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SCHERMA, M. A. Cidades-gêmeas e integração: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. USP. 2016.

SCHERMA, M.; VRECHE, C. Os direitos humanos dos povos tradicionais na fronteira oeste do Mato Grosso do Sul durante o regime militar: uma análise a partir dos relatórios da comissão da verdade. In: **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.7, n.36, 2016, p.40-56.

SHIKIDA, P. F. A.Economia do crime: teoria e evidências empíricas a partir de um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Piraquara (PR). **Revista de Economia e Administração**, v. 4, n. 3, p. 315-342, 2005.

SILVA, Daniel Neves. "**Estado Novo e a Marcha para o Oeste**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/estado-novo-marcha-para-oeste.htm>. Acesso em: 12.nov.2021.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas. 2009.

TORRES, H. A fronteira paulista. In: MARQUES, Eduardo, TOREES, Haroldo. São Paulo – **Segregação, Pobreza e Desigualdade Sociais**. Senac: São Paulo, 2004.

TORRECILHA, M. L. **A gestão compartilhada como espaço de integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, R. M. **A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Estado de Mato Grosso do Sul-MS, no Período de 1990 a 2010: Uma Aplicação do Método Estrutural Diferencial**. 2012. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia do Desenvolvimento, UFRGS, Porto Alegre, 2012.